

**CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE JUIZ DE FORA
SILVANA DE FÁTIMA COSTA FERREIRA**

**CAMINHO DA ROÇA:
AS (TRANS)FORMAÇÕES DE JECA TATU NAS METAMORFOSES DE
MONTEIRO LOBATO**

Juiz de Fora

2018

SILVANA DE FÁTIMA COSTA FERREIRA

**CAMINHO DA ROÇA:
AS (TRANS)FORMAÇÕES DE JECA TATU NAS METAMORFOSES DE
MONTEIRO LOBATO**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção ao título de Mestre em Letras, do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, CES/JF, área de concentração: Literatura Brasileira. Linha de pesquisa: Literatura Brasileira: tradição e ruptura.

Orientador: Prof. Dr. William Valentine Redmond

Juiz de Fora
2018

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca CES/JF – CES/JF

F383

Ferreira, Silvana de Fátima Costa,
Caminho da roça: as (trans)formações de Jeca Tatu nas metamorfoses de Monteiro Lobato / Silvana de Fátima Costa Ferreira, orientador William Valentine Redmond. – Juiz de Fora : 2018.
118 p.

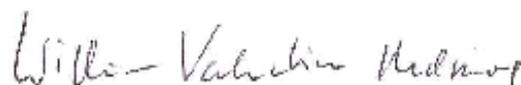
Dissertação (Mestrado – Mestrado em Letras: Literatura brasileira) – Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, 2018.

1. (trans)formações. 2. Jeca Tatu. 3. Metamorfoses. 4. Pensamento.
5. Monteiro Lobato. I. Redmond, William Valentine, orient. II. Título.

CDD: B869.1

FERREIRA, Silvana de Fátima Costa.
Caminho da roça: as (trans)formações
de Jeca Tatu nas metamorfoses de
Monteiro Lobato. Dissertação apresentada
como requisito parcial para a obtenção do
título de Mestre em Letras, do Centro de
Ensino Superior de Juiz de Fora, CES/JF,
área de concentração: Literatura
Brasileira. Linha de pesquisa: Literatura
Brasileira: tradição e ruptura, realizada no
segundo semestre de 2018.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. William Valentine Redmond (CES/JF)



Prof. Dra. Valéria Cristina Ribeiro Pereira (CES/JF)



Prof. Dr. Anderson Luiz da Silva (EPCAR – Barbacena/MG)

Examinado (a) em: 03 / 09 / 2018.

À memória de meu pai, Silvestre, de
minha mãe, Elza e de meu irmão,
Marcello.

Cada um, ao seu modo, me ajudou a
percorrer este caminho.

AGRADECIMENTOS

Aos meus queridos pais, Silvestre e Elza, por terem nos conduzido – a mim e a meus irmãos – mais com atitudes do que com palavras, pelo caminho da honestidade, da solidariedade, da alteridade, do amor e do respeito pelas pessoas e pelas coisas da natureza. Ao meu pai, também, por aguçar minha imaginação com suas deliciosas histórias contadas ao pé do fogo, que despertaram em mim o desejo de aprender a ler; aprendizado que se iniciou com minha mãe e com o livreto Jeca Tatu: A Ressurreição, de Monteiro Lobato. Gratidão e saudade.

Agradeço também a oportunidade de ter encontrado neste percurso um grupo de professores que se tornou muito querido; admirado e respeitado. Ao mesmo tempo em que comprometido com a faina acadêmica, sempre encontrou espaço para um bate papo, um “como vai sua pesquisa?”, um café, um sorriso, um abraço.

Outro grande encontro foi com a minha turma – heterogênea nas idades, nas origens, na formação acadêmica e, ainda assim, com tantas afinidades; um grupo de onde tirei apoio nos momentos em que a caminhada parecia não me levar a lugar nenhum, ou quando, muitas vezes, não sabia em qual direção seguir. Sofremos, nos preocupamos, rimos e nos ajudamos mutuamente. Que os nossos caminhos continuem ligados e que os laços se estreitem ainda mais.

Agradeço ao meu orientador William Valentine Redmond por toda sua gentileza; aos professores Valéria Cristina Ribeiro Pereira e Rodrigo Fialho Silva pelas leituras e valiosas sugestões durante a etapa de qualificação; ao professor Anderson Luiz da Silva por ter aceito o convite de se juntar a nós ainda que na parte final do trajeto; a Estela Máris Medeiros Jardim, companheira de turma, colega de trabalho e colaboradora fundamental na formatação desta pesquisa; e aos funcionários do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora pela atenção e presteza nos momentos em que foram solicitados.

Não poderia deixar de mencionar minha gratidão a José Antônio Braga Gonçalves - o Jota, companheiro que se juntou à minha caminhada quase no fim do percurso, mas que foi de fundamental importância para que eu chegasse até aqui por todo o incentivo e apoio logístico.

Por fim, mas não menos importante, aos amigos e familiares que, perto ou longe, sempre acreditaram em mim. Não faltou da parte deles, em momento algum, a crença nas minhas escolhas nem no meu ritmo de caminhar. Gratidão.

RESUMO

FERREIRA, Silvana de Fátima Costa. **Caminho da roça**: as (trans)formações de Jeca Tatu nas metamorfoses de Monteiro Lobato. 118 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado em Letras). Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

Este estudo dedicou-se a percorrer o caminho das (trans)formações do personagem Jeca Tatu, nas metamorfoses de pensamento do escritor Monteiro Lobato. Jeca Tatu nasceu em 1914, como o caboclo preguiçoso, parasita da terra; causou muita polêmica e tornou-se metáfora do atraso nacional. Em 1918, influenciado por ideias diferentes das que levaram à criação do primeiro Jeca, Lobato se desculpa com seu personagem quando o descobre doente, parasitado, abandonado pelo poder público. E o reconstrói como homem curado e próspero, imagem que o escritor deseja para todo brasileiro doente, do campo ou da cidade. Em 1924, Jeca Tatu curado se transforma em garoto propaganda dos medicamentos dos laboratórios Fontoura, e passa a ser conhecido como Jeca Tatuzinho. Sua última aparição será em 1947, transmutado no trabalhador rural sem terra, explorado pelo patrão, o Zé Brasil. Desde seu nascimento até sua última aparição, o caboclo de Monteiro Lobato acendeu polêmicas e refletiu várias questões sociais, e continua, mesmo na ausência de seu criador. Mais que um personagem, Jeca Tatu transmutou-se num dos discursos de Monteiro Lobato.

Palavras-chave: (trans)formações, Jeca Tatu, metamorfoses, pensamento, Monteiro Lobato

ABSTRACT

This study aims at following the transformations of the character Jeca Tatu in the metamorphosis in the thinking of the writer Monteiro Lobato. Jeca Tatu began in its literary birth in 1914 as a lazy farm laborer and a parasite on the land. It caused great discussions and became a metaphor of national backwardness. In 1918, influenced by different ideas from those which helped to create the first Jeca, Lobato begged for pardon for his literary character when he discovered that the laborer was in fact sick and full of parasites and abandoned by public health. He was reconstructed as a cured and prosperous individual, an image that the writer desired for every sick Brazilian, whether in the field or in the city. In 1924, the cured Jeca Tatu was transformed into an image of propaganda of the medicines of the laboratory Fontoura and became known now as Jeca Tatuzinho. His last appearance would be in 1947 when the farm laborer became a worker without his own land, exploited by the owner of the land as Zé Brasil. From his birth to his last appearance, this laborer provoked discussions and was a reflection of various social problems and continued so in the absence of his creator. More than a mere character in the writings, he was transformed into the social discourse of Monteiro Lobato.

Keywords: transformations, Jeca Tatu, metamorphoses, thinking, Monteiro Lobato.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	09
2	A EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO DE MONTEIRO LOBATO NAS METAMORFOSES DE JECA TATU: TRÊS REPRESENTAÇÕES LITERÁRIAS DO CAMPO BRASILEIRO	16
2.1	JECA TATU: PRODUTO DA MISTIÇAGEM, RESULTADO DO AMBIENTE OU REPRESENTAÇÃO SOCIAL PARA OS BRASILEIROS CULTOS?.....	23
2.2	A VOCAÇÃO DE JUCA NA CRIAÇÃO DO JECA.....	30
2.3	O PRISMA QUE DESNATURA AS REALIDADES.....	56
3	JECA TATUZINHO – DE PARASITA A PARASITADO: A REDENÇÃO DE UM ESTEREÓTIPO	65
3.1	A MITOLOGIA BRASÍLICA E O MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA AO MACAQUEAMENTO FRANCÊS.....	69
3.2	“O CAIPIRA NÃO É ASSIM. ESTÁ ASSIM”.....	73
3.3	JECA TATUZINHO – A REDENÇÃO DE UM ESTEREÓTIPO.....	85
4	ZÉ BRASIL – NOVO NOME, NOVA ROUPAGEM: ALEGORIA DO TRABALHADOR EXPLORADO	91
4.1	SOMOS TODOS JECAS TATUS.....	92
4.2	A ÚLTIMA TRANSMUTAÇÃO DO JECA: ZÉ BRASIL.....	102
5	NO CAMINHO DA ROÇA	110
6	CONCLUSÃO	114
	REFERÊNCIAS	118

1 INTRODUÇÃO

A grande coisa duma viagem não é o chegar – é o ir (LOBATO, 1957).

Caminho da roça foi o mote que escolhemos para falar das transformações de pensamento de Monteiro Lobato nas suas interpretações do homem rural brasileiro do início do século XX, cuja figura representativa criada pelo escritor foi o personagem Jeca Tatu.

A expressão **caminho da roça** é usada na quadrilha, apresentação de dança das festas de junho, em homenagem a Santo Antônio, São João e São Pedro, típicas do folclore brasileiro. Nessa dança de casais, os pares se vestem a caráter, à moda do caipira, vestem-se a fim de parecer jeca – os homens usam roupas velhas, surradas, deixando à mostra alguns remendos, o chapéu é de palha e, geralmente, velho e desfiado. As mulheres usam vestidos muito coloridos, de chita (tecido muito barato); capricham na maquiagem, de modo a ficar bem exagerada e, claramente fora de moda ou, em outras palavras, jeca.

No **Dicionário Houaiss Conciso** (2011, p. 561), jeca é adjetivo daquele “que mora na roça; caipira e, por extensão, que revela falta de refinamento; cafona”. Também é sinônimo de jeca-tatu, substantivo que define o “habitante do interior rural brasileiro, especialmente da região centro-sul, jeca; caipira; matuto” (HOUAISS, 2011, p. 561), cuja etimologia é o nome do personagem do conto **Urupês** (1914), do escritor Monteiro Lobato, tornado substantivo comum.

No mesmo dicionário, na página 828, o verbete roça define-se por terreno de lavoura ou simplesmente plantação, podendo ter um significado mais abrangente quando se refere à zona rural, ao campo. Também é sinônimo de roçado, que remete ao local onde o plantio é feito e onde, previamente, foi feita uma limpeza do terreno para abrir espaço para o cultivo, ou seja, foi roçado.

Durante a dança da quadrilha, quando o narrador grita **caminho da roça**, os casais se põem a andar em fila única, com a dama na frente e o cavalheiro atrás dela, numa alusão ao caminhar pelas trilhas formadas no terreno pela passagem de animais ou do próprio homem, trilha que o camponês percorre para chegar ao seu local de cultivo, ao seu roçado ou, simplesmente, sua roça.

O nosso caminho da roça será recontar, em uma perspectiva que mistura olhares históricos, sociológicos e biológicos (e também lembranças da infância vivida na **roça**) a trajetória do emblemático Jeca Tatu, o caminho que levou José Bento Monteiro Lobato ao reconhecimento de literato de talento, cujo estilo ímpar e inovador o levou a ser considerado, em 1943, por ninguém menos que Oswald de Andrade, como o precursor do modernismo: “Você foi o Gandhi do modernismo. Jejuou e produziu, quem sabe, nesse e noutros setores a mais eficaz resistência passiva de que se possa orgulhar uma vocação patriótica” (ANDRADE, 2004, p. 50 apud CECCANTINI, 2014, p. 44).

Jeca Tatu também foi o caminho que minha mãe, professora leiga e habitante da zona rural, tomou para nos levar – a mim e a meus irmãos – ao mundo das palavras escritas; na época um mundo que cabia dentro do almanaque do Biotônico Fontoura, a única literatura impressa a que tínhamos acesso então.

Hoje, professora de Biologia, Jeca Tatu é o caminho que percorro com meus alunos para falar de parasitoses e problemas ambientais e sanitários que ainda coabitam em muitos espaços do Brasil; falo também das queimadas, do atraso no campo que até hoje pode ser visto em várias partes, e também da importância da informação, do conhecimento, como medida profilática para várias doenças que, mesmo no século XXI, atingem um grande contingente da nossa população, brasileiros como o Jeca, ignorados pelo poder público, o poder dos homens de gabinete, daqueles que, como dizia Lobato, “[...] não penetram nos campos de medo dos carrapatos” (LOBATO, 1957, t.1, p. 364).

Metamorfose, vocábulo usado por Aluizio Alves Filho (2003) no título de seu livro **As metamorfoses do Jeca Tatu: a questão da identidade do brasileiro em Monteiro Lobato**, pareceu-nos se encaixar na descrição do pensamento, da vida e da obra do escritor. Assim como o Jeca, Lobato passou por várias fases, tanto profissionalmente quanto ideologicamente, e essas fases se fizeram presentes na sua literatura e na sua “literatice”. É necessário ressaltar que essas mudanças de pensamento nas (trans)formações do personagem não subjetivam ou fragmentam

[...] a objetividade da questão social, mas ao contrário, faz dela matéria-prima e dela retira, inclusive, sua força crítica face às correntes fetichizações da questão nacional ainda hoje presentes na sociedade brasileira. São as metamorfoses do Jeca as responsáveis, em grande medida, pela renovação a cada geração do interesse pela obra e atuação de Lobato (ALVES FILHO, 2003, p. 15).

O Jeca nasceu Tatu, cresceu Tatuzinho e morreu Zé Brasil, pois ao longo do caminho, seu criador passou por várias metamorfoses de pensamento, mantendo sempre, porém, a convicção de ser o Brasil um país muito atrasado nas questões agrárias e, conseqüentemente, não obter progressos uma vez que, ainda no início do século XX, éramos “um país que ainda professava sua vocação agrícola” (AZEVEDO; CAMARGOS; SACCHETTA, 2000, p. 31).

O objetivo desta pesquisa foi percorrer o caminho de volta e refazer a trajetória de Jeca Tatu, que acabou por se tornar um estereótipo do camponês brasileiro do início do século XX. Essa estrada já foi percorrida incontáveis vezes por diferentes estudiosos da vida e obra lobatiana que, no percurso, fizeram paradas mais breves ou mais longas em determinados pontos, para observar mais atentamente a paisagem e buscar indícios de que estavam seguindo na direção dos destinos almejados.

Nosso destino é a literatura, mas as paisagens observadas no trajeto foram fotografadas de vários ângulos – o histórico, o sociológico, o filosófico, o biológico, o pedagógico, entre os muitos que a obra, e em especial, esse personagem de Monteiro Lobato nos oferece como perspectiva de observação, análise e admiração. Como afirma Alves Filho (2003, p. 8), “estudar Monteiro Lobato é como abrir uma janela para o mundo”. Nesse caminhar passamos por muitas construções onde abrimos muitas janelas, mas tivemos que deixar outras tantas fechadas ou semicerradas.

Em vários momentos, seguimos pela estrada mais movimentada, frequentemente percorrida, em outros, abrimos algumas picadas, buscando nosso próprio ritmo de caminhar. E, aí, procuramos seguir como Lobato (1957): “Há a estrada real, ampla, macadamizada, frequentadíssima, e há as picadas que podemos abrir marginalmente no matagal chapotado. Quase todo mundo toma pela estrada e pouquíssimos se metem pelas picadas” (LOBATO, 1957, t. 2, p. 6).

Criação do, até então, desconhecido escritor José Bento Monteiro Lobato, Jeca Tatu aparece pela primeira vez no artigo **Velha praga**, publicado em 12 de novembro de 1914, no jornal **O Estado de São Paulo**. No entanto, é no segundo artigo, veiculado pouco mais de um mês depois, em 23 de dezembro, no mesmo jornal, que Monteiro Lobato desenha, com palavras que imprimem imagens e em traços fortes e caricatos, a figura do caipira paulista e fixa, de forma indelével, o estereótipo do homem do campo no imaginário brasileiro.

De acordo com Luca (2014)

Nos artigos que lhe trouxeram fama e reconhecimento, escritor não economizou adjetivos para compor um perfil ácido do caboclo, tido como soturno e arredo à civilização, incapaz de evolução, impenetrável ao “progresso”, indisciplinado e refratário ao trabalho árduo e contínuo, quantidade negativa que vegetava no isolamento e na ignorância (LUCA, 2014, p. 361, grifo nosso).

O primeiro artigo já havia suscitado polêmica, pois com ele o escritor, além de lançar seu contundente protesto contra as queimadas no Vale do Paraíba, também faz uma crítica ao que ele considera alienação das elites letradas que, para Lobato, segundo afirma Alves Filho (2003) seriam os intelectuais, os políticos, os jornalistas, mais preocupadas com o fogo que arde na Europa, em virtude da Primeira Guerra Mundial, do que com nossos próprios incêndios, os das queimadas provocadas pelo “caboclo considerado o mata-pau da terra: constritor e parasitário, aliado do sapé e da samambaia, um homem baldio e inadaptável à civilização” (LOBATO, 1957, t. 1, p. 367).

Desde seu nascimento até sua última aparição, em 1947, aí transmutado em Zé Brasil, o camponês sem-terra e explorado pelo patrão, Jeca veio fazendo aparições esporádicas ao longo da vida de seu criador, (re)acendendo polêmicas e refletindo questões sociais.

Em um primeiro momento, Monteiro Lobato condensa sua visão de fazendeiro naquele que se tornaria a metáfora do atraso nacional, Jeca Tatu, a quem responsabiliza pela destruição de matas e do solo em virtude de práticas agrícolas arcaicas como as queimadas; além de ser um adepto da lei do menor esforço, tirando da terra somente o necessário para sua subsistência; um preguiçoso alienado.

Alguns anos mais tarde, influenciado pelas ideias higienistas de alguns amigos como Arthur Neiva e Belisário Pena, Lobato muda sua concepção acerca do camponês, e pede desculpas ao Jeca, afirmando que sua indolência devia-se ao parasitismo que lhe sugava as forças para trabalhar a terra e cuidar da propriedade. Assim, depois de medicado e curado, Jeca Tatu torna-se um saudável e próspero produtor rural, dono de sua própria terra, ressurgindo com o nome de Jeca Tatuzinho.

Passados 33 anos da sua criação, o **caipira** reaparece como retrato do trabalhador rural sem terra e explorado pelo patrão, quando então passa a se chamar Zé Brasil.

Segundo Vanessa Balsanéllo Xavier (2010), José Guilherme Merquior descreve Monteiro Lobato como um publicista (cuja definição fomos buscar no **Dicionário Houaiss Conciso** (2011): “jornalista ou escritor que escreve sobre política, economia, questões sociais ou jurídicas etc. de interesse do público; articulista” (HOUAISS, 2011, p. 771), ou seja, que “discute problemas de interesse coletivo, buscando para isso uma comunicação ampla com seus leitores. Contudo esse pensador não debate apenas temas de interesse público, mas também procura fazer com que o tema discutido atinja um grande número de pessoas” (XAVIER, 2010, p. 23).

Ainda conforme Xavier (2010), Guilhermino Cezar complementa esse pensamento, ao afirmar que a obra lobatiana divide-se em duas partes, a de imaginação e a de debate e esclarecimento, atuando, assim, na esfera da denúncia social bem como na da imaginação criadora. Xavier afirma também que, de acordo com Eliana Yunes, este tipo de escritor questionava nossa realidade sociocultural e problematizava, através de seus personagens e suas histórias, “uma vivência moderna nas letras com uma crítica sistemática ao conformismo mental e social da velha guarda, enquanto buscavam em nossa realidade marcas do nacionalismo mais realistas e mais autênticas” (YUNES, 1983, p. 51 apud XAVIER, 2010, p. 23).

Para a análise da trajetória e da (trans)formação do personagem, fez-se imprescindível uma reflexão acerca da literatura associada aos contextos socioculturais e históricos de Monteiro Lobato porque, mais que um escritor, o pai de Jeca Tatu, Jeca Tatuzinho e Zé Brasil, foi proclamador de várias posições ideológicas e de questões sociais polêmicas, naquela época e ainda hoje.

Ultrapassando os limites da literatura, o emblemático Jeca acabou por se tornar o próprio discurso de seu criador, representando nas suas metamorfoses a evolução do pensamento de Monteiro Lobato. Vale lembrar que cento e quatro anos depois, o Brasil continua discutindo as questões suscitadas por Lobato com a criação de Jeca Tatu e suas transformações – queimadas e seus prejuízos ambientais e econômicos, parasitismo, reforma agrária, diferenças sociais, corrupção na política e voto de cabresto, latifúndio, soberania e nacionalidade, por exemplo.

Refletimos sobre os três momentos em que o **caipira** é representado na literatura de Monteiro Lobato, relacionando essas representações às diferentes fases da vida do autor. Nossa análise também buscou compreender como um personagem que, segundo Alves Filho (2003), ocupa pouco espaço nos escritos de seu criador – numa obra de mais de oito mil páginas, Jeca Tatu ocuparia bem menos que a centésima parte – perpetua-se por tanto tempo no imaginário social (Alves Filho, 2003, p. 27).

Os vários retratos do camponês brasileiro são, claramente, fruto das mudanças de posição ideológica do escritor, influenciadas pelas transformações na sociedade da época e pelas leituras de Lobato. A aceitação e fixação do primeiro estereótipo – Jeca Tatu, do artigo **Urupês**, de 1914 – deveu-se, na nossa interpretação, a dois aspectos que serão explorados no decorrer deste trabalho. Um deles foi o fato de a primeira metamorfose de pensamento do escritor ter ocorrido alguns anos depois da primeira, e impactante, aparição do Jeca, no transcurso de quatro anos, em 1918, tempo suficiente para a imagem caricaturada ganhar corpo e ser aceita como paradigma. O outro aspecto foi a publicação do referido artigo no livro, de mesmo título – **Urupês**, que ganhou várias reedições e que, mesmo com os prefácios (escritos pelo próprio Lobato) se desculpando com sua criação pela injustiça cometida depois de haver descoberto, através das campanhas sanitárias de Arthur Neiva e Belisário Pena, que o “Jeca não é assim, ele está assim”, continuou perpetuando a imagem do Jeca preguiçoso, o sacerdote da “Lei do Menor Esforço”, imagem que surgiu como esboço no primeiro artigo, **Velha praga**, e que é nitidamente desenhada, com os traços da caricatura (uma das especialidades de Lobato) em **Urupês**.

Nas versões posteriores, a imagem do caipira livre das condições que o levavam a tanta preguiça não ganha força suficiente para suplantar o Jeca Tatu, ignorante e preguiçoso, pois Jeca Tatuzinho surge apenas como uma superação dos problemas apontados por Lobato no primeiro Jeca e não condiz com a realidade; é um conto onde escritor parece colocar seu desejo de ver o camponês (e por extensão, todo o país) curado e próspero. E Zé Brasil, além de ter sido criado 33 anos depois, em 1947, não “viveu” por muito tempo, em virtude do falecimento de Monteiro Lobato em 1948.

Buscamos na análise das obras **Urupês** (2009) – onde estão os artigos **Velha praga** (1914) e **Urupês** (1914) –, **A barca de Gleyre** (1957), **Ideias de Jeca Tatu**

(2008), **Problema vital** (1956), **Cidades mortas** (2009) e **A onda verde** (2008), conhecer um pouco do estilo da escrita de Monteiro Lobato, bem como examinar as modificações do pensamento desse escritor partindo das metamorfoses sofridas por Jeca Tatu.

Analisamos também estudos de escritores lobatianos como Marisa Lajolo (2000 e 2014)), Cassiano Nunes (2000), Carmen Lúcia de Azevedo; Marcia Camargos e Vladimir Sacchetta (2000), Aluizio Alves Filho (2003), Alice Mitika Koshiyama (2006) e Eliana Yunes (2011), além de uma gama de artigos, dissertações e teses que revelam a história de Monteiro Lobato e de seu Jeca Tatu sob diferentes perspectivas.

Nossa abordagem contou ainda com as posições de Antonio Candido (2010), em **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**, que utilizamos para estabelecer um parâmetro comparativo entre as concepções do escritor e a figura do camponês do interior paulista apresentada na pesquisa deste sociólogo.

A importância desta pesquisa se justifica na medida em que, mesmo após transcorridos cento e quatro anos da sua criação, Jeca Tatu e suas metamorfoses continuam a suscitar polêmicas e a provocar a busca por outras respostas, seja no que diz respeito ao imaginário estereotipado do camponês brasileiro, seja pelos diferentes discursos proferidos por seu criador nas diferentes fases desse personagem.

2 AS (TRAN)FORMAÇÕES DO PENSAMENTO DE MONTEIRO LOBATO NAS METAMORFOSES DE JECA TATU: TRÊS REPRESENTAÇÕES LITERÁRIAS DO CAMPONÊS BRASILEIRO

Tão antiga quanto a ideia de 'Brasil' tem sido a sua própria representação literária. Mais do que um tema recorrente na literatura brasileira, contudo, a busca de uma identidade nacional para o país constituiu um dos principais motivos de empenho dos homens de letra (ALVES FILHO, 2003, p.16).

“Não existe um sistema de entendimentos que possa servir de base comum à civilização urbana e à multiplicidade das culturas sertanejas” (WILLEMS, 1944, p. 9 apud LIMA, 1997, p. 4). Segundo Nísia Trindade de Lima (1997), essa distância cultural é enfatizada por Emílio Willems, que termina por definir o Brasil como uma mistura de diferentes culturas localizadas na mesma fronteira política. “Permanece, assim, em cena o tema recorrente dos obstáculos à construção da nacionalidade no país” (LIMA, 1997, p. 4).

Para Alves Filho (2003) a literatura é fecunda na construção de identidades nacionais. Ele aponta como exemplos o romancista José de Alencar com **Iracema** (1865) e o poeta Antônio Gonçalves Dias, com **I-Juca Pirama** (1860), ambos “calcados na teoria do 'bom selvagem' de Jean Jacques Rousseau (1762), transformaram o 'índio' em símbolo da nossa nacionalidade” (ALVES FILHO, 2003, p. 23).

Em 1902, a prosa científica de Euclides da Cunha, **Os sertões**, ofereceu-nos uma imagem expressiva do sertanejo como sendo, **antes de tudo, um forte**, imagem que resultou da participação de Euclides da Cunha como correspondente do jornal **O Estado de São Paulo** na Guerra de Canudos (1896-1897), e sua obra pode ser considerada uma epopeia da vida sertaneja em sua luta cotidiana contra a paisagem e a incompreensão das elites.

“Insurgindo-se contra a mitificação que os literatos das cidades faziam do habitante do interior” (AZEVEDO; CAMARGOS; SACCHETTA, 2000, p. 32), em 1914, surge no cenário jornalístico e literário uma nova imagem, possuidora de um significativo valor representativo do povo brasileiro – o Jeca Tatu. E, na opinião de Lima (1997), nenhum tipo, entre os muitos criados na literatura brasileira, com a intenção de representar a identidade nacional, conseguiu se enraizar no pensamento

social brasileiro tanto quanto a criação de Monteiro Lobato. O sociólogo e professor Aluizio Alves Filho (2003), em seu livro **As metamorfoses de Jeca Tatu**: a questão da identidade do brasileiro em Monteiro Lobato, submete esse emblemático personagem a uma significativa análise, evidenciando as influências históricas e sociais que condicionaram seu processo de construção e transformação, bem como o de formação de uma identidade nacional.

No século XX, com o desenvolvimento da literatura regionalista e modernista, várias identidades brasileiras foram construídas. Entre estas, o Jeca Tatu de Monteiro Lobato e o Macunaíma (1928) de Mário de Andrade, que vieram a constituir-se nas mais popularizadas e duradouras construções de identidades brasileiras alimentadas por tipo literário (ALVES FILHO, 2003, p. 23).

Com o artigo **Velha praga** (1914), o fazendeiro que se fez escritor, crítica, de forma irônica e indignada, o atraso do comportamento do camponês paulista e sua prática de realizar queimadas, que provocaria o empobrecimento do solo e inviabilizaria a agricultura. Lobato descreve o homem do campo como um ignorante seminômade que, instalado em qualquer pedaço de terra ergue, de um dia para o outro, seu rancho de sapé, queima matas e estabelece uma roça mínima, suficiente apenas para sua miserável subsistência. Quando a terra torna-se improdutiva, ele parte, com sua família, em busca de outra terra.

No rastro desse primeiro artigo surge, no mesmo ano, **Urupês**, em que o fazendeiro amplia sua crítica ao caboclo e contrapõe-se à tradição romântica da literatura de José de Alencar, que apontava como geradora de uma nação forte a mestiçagem do branco com o índio. Apoiado em teorias sociais de cunho racista em voga na época como a de Louis Agassiz, segundo aponta Alves Filho (2003), o criador do Jeca Tatu lança a ideia de que a mistura de raças gera um tipo passivo, fraco e preguiçoso.

A história da literatura nos mostra, no decorrer dos anos, uma imagem multifacetada e, por vezes, controversa e contraditória de Monteiro Lobato. Por muitos, talvez pela maioria, ele é conhecido como o criador do **Sítio do Picapau Amarelo**, o **pai da Emília**, considerado o precursor de nossa literatura infantil. Mas ele foi também o advogado que queria ser pintor e que, durante as aulas na faculdade de Direito, fazia caricaturas de seus professores; o fazendeiro que virou escritor, e criticou duramente o camponês brasileiro na figura de Jeca Tatu; o escritor

que virou editor, de si mesmo e de outros; o crítico de pintura que ridicularizou a arte modernista da pintora Anita Malfati; o cidadão progressista que defendia o petróleo nacional como fonte geradora de progresso e soberania, para citar suas facetas mais conhecidas. Marisa Lajolo (2000), em seu livro **Monteiro Lobato: um brasileiro sob medida**, atribui essa personalidade multiforme do escritor a uma visão moderna e arrojada de mundo, em constante sintonia com seu momento histórico e suas transformações.

A análise das (trans)formações de Jeca Tatu passa, obrigatoriamente, por um exame, ainda que breve, do contexto histórico e social no qual viveu o escritor porque, mais do que conceber um personagem, Lobato representou um grupo social, fazendo desse personagem um dos seus muitos discursos.

O pensamento de Monteiro Lobato vai se (re)desenhando nas metamorfoses pelas quais passa Jeca Tatu. Inicialmente seu discurso mostra sua preocupação com a ocupação destrutiva do solo e a decadência da região do Vale do Paraíba paulista. Enio Passiani (2002), em seu livro **Na trilha do Jeca: Monteiro Lobato, o público leitor e a formação do campo literário no Brasil**, afirma que:

Lobato, [...], era um escritor que valorizava a observação cuidadosa do ambiente que o cercava - fruto da influência das teorias científicas do início do século - para justamente cumprir aquele que julgava ser o papel social do intelectual: produzir conhecimento e torná-lo acessível a um público sempre maior. [...]

A literatura militante de Lobato procurava conquistar um público cada vez mais amplo, apontar para seus leitores os problemas do país e convidá-los para a ação. *Monteiro Lobato é, acima de tudo, arguto crítico social, um homem preocupado com os destinos do seu país* (Azevedo, 1997, p. 58). É fácil notarmos tal característica ao longo de toda sua obra. Já no seu primeiro livro de contos, *Urupês*, [...] o escritor paulista denuncia as queimadas comuns nas regiões interioranas do Estado [...]. Em *Cidades mortas*, Lobato nos oferece a triste realidade do Vale do Paraíba, [...]. O livro *O problema vital* alerta quanto ao problema do saneamento do país e é inteiramente dedicado à campanha da vacinação. A lista poderia continuar e seria extensa. O que é preciso frisar é o engajamento do escritor em praticamente todas as questões sociais do país: [...] (PASSIANI, 2002, p. 249-250).

O poder do discurso, uma vez que aquele que o elabora manifesta seu ponto de vista acerca de acontecimentos, situações, conjunturas, pessoas, entre outros, pode ser observado na figura de Jeca Tatu, no artigo **Urupês**, no qual a fala do narrador impede que o personagem se expresse, e exhibe um camponês

incapacitado de qualquer posicionamento – não sabe trabalhar a terra, não sabe pensar ou falar, não sabe votar conscientemente, é um alienado preguiçoso:

Jeca Tatu permanece inerte, sem reação em todas as situações. É passivo, não trabalha. Quando comparece às feiras, leva sempre coisas *‘que a natureza derrama pelo mato e ao homem só custa o gesto de espichar a mão e colher’*. *‘Seu grande cuidado é espremer todas as consequências da lei do menor esforço’* (LOBATO, 1971, p. 148 apud TORRECILLAS, 2009, p.2-3).

Leandro Dalcin Castilha (2007), no artigo intitulado **A construção de um sentido de “caipira” no “Jeca Tatu” de Monteiro Lobato**, afirma que a obra literária de Lobato “pode ser considerada um dos discursos fundadores da memória construtora de um dos sentidos para o enunciado ‘caipira’ e de certa imagem do trabalhador rural brasileiro” (CASTILHA, 2007, p. 73, grifo do autor). Em **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**, Antonio Candido (2010) usa o termo **caipira** para designar aspectos culturais que, segundo ele, “tem a vantagem de não ser ambíguo (exprimindo, desde sempre um modo de ser, um tipo de vida, nunca um tipo racial)” (CANDIDO, 2010, p. 27), como o usou Lobato na construção do Jeca. Resulta desse discurso a criação de um estereótipo, que passa a incidir sobre todo trabalhador rural brasileiro e desmistifica o herói romântico de José de Alencar.

A criação e a incorporação de estereótipos faz parte do nosso cotidiano. Citando Pereira (2002, p. 50), Ângela Maria Mendes (2009), no artigo **Estereótipos e o discurso pedagógico**, que trata da criação e incorporação de estereótipos através de três formas de linguagem: as HQs, textos e música, declara que:

Os estereótipos surgem em diversos tipos de contextos, cumprindo uma série de funções relacionadas às características particulares de sua emergência, tais como [...] atender às necessidades da identidade social. (MENDES, 2009, p. 1).

Em **Urupês**, Monteiro Lobato nos apresenta, segundo sua visão de fazendeiro, ao estereótipo do caipira brasileiro: apático, negligente, acomodado, preguiçoso, incapaz de implementar qualquer melhoria em seu modo de vida. Nasce o Jeca Tatu. “Está criado o estereótipo do caipira – homem que não se adapta à civilização [...]” (TORRECILLAS, 2009, p. 3).

De acordo com Castilha (2007):

Os pressupostos de Foucault acerca da relação verdade-poder permitem estabelecer um elo entre o discurso de Lobato sobre o 'caipira' e o poder que esse discurso exerce na sociedade quando passa a ser aceito como 'verdade' [...] (CASTILHA, 2007, p. 72, grifo do autor).

Em sua dissertação, intitulada **Os Brasis de Monteiro Lobato: de Jeca Tatu ao desencantamento**, Xavier (2010), citando Eni Orlandi (1983), afirma que texto é igual a discurso, “portanto, à medida que Lobato ia escrevendo seus textos, [...], discursava sobre uma causa. E o Jeca seria a representação do caboclo do interior, a crítica humanizada por Lobato” (XAVIER, 2010, p. 5). E ainda:

Seguindo a ideia do mesmo autor, o intenso debate que envolveu a figura de Jeca Tatu desde sua primeira aparição, girava em torno, fundamentalmente, do papel da questão racial na construção da nacionalidade e das possibilidades de modernização do país. O Jeca deu margem para muitas interpretações logo na sua primeira versão. Para uns, era o retrato fiel do homem sertanejo do norte e do sul, para outros, era uma vítima da irresponsabilidade social do governo, e para os críticos do projeto liberal, era o exemplo que colocava em dúvida a viabilidade do jogo democrático. Havia ainda os que o avaliavam como um produto do meio e aqueles que o consideravam exagerado (XAVIER, 2010, p. 5-6).

Mudam as percepções sociais do escritor, muda também a imagem do Jeca. Em 1918, influenciado pelas ideias higienistas dos médicos Arthur Neiva e Belisário Pena, cujas expedições sanitárias aos estados de Goiás e do Nordeste denunciaram as terríveis condições de vida no interior do Brasil, Lobato escreve **Três milhões de idiotas**, artigo que, mais tarde, irá compor o livro **O problema vital** (1956). Nele o escritor declara:

O nosso tipo de habitação rural não varia de norte a sul. Paredes de pau a pique ripadas de taquara, barreadas a mão e colmadas de sapé, palmas ou cascas de árvore. O barro ao secar contrai-se e lagarteia-se de inumeráveis rachaduras – couto propício a ninhação de insetos domiciliares. Em regiões de bom clima, terra fértil e boas águas, a expedição Neiva-Belisário acampou em cidadesinhas onde não foi possível obter uma informação segura relativa ao itinerário, porque não existia *um só individuo que não fosse mais ou menos idiota!* [...] Três milhões de quantidades negativas, incapazes de produzir, roendo, famintas, as sobras da produção alheia – e o que é pior, condenadas ao mau fado de viveiros do parasito letal para que bem assegurada fique a futura e permanente contaminação dos sadios... (LOBATO, 1956, p. 239-242).

As campanhas sanitárias dessa época disseminam ideias que buscam transformar as comunidades, que vivem sob os efeitos negativos da transmissão de doenças, naquelas em que a saúde e a educação seriam seus pilares. Sobre isso, Xavier (2010) afirma:

Conforme De Luca, a abordagem sanitária encontrou em Lobato e na *Revista do Brasil* um lugar privilegiado de construção e difusão, levando “abalos significativos para a apreensão da questão étnica”. A *Revista do Brasil* divulgou farto material sobre a questão sanitária. [...]

Nesse momento, para Lobato, o problema estava nas moléstias que atingiam a população dos sertões, e a solução era fácil, como podemos constatar nos trechos de *Problema Vital*: [...] “Das três endemias pavorosas que fazem do Brasil uma nação pobre, aparvalhada e fragilima, se nem todas são curáveis, são todas evitáveis” (XAVIER, 2010, p. 70-71).

Nesse momento, Monteiro Lobato passa a ver o homem do campo com outros olhos, e seu discurso ganha nova perspectiva. O artigo **O problema vital**, publicado em 1918, marca essa nova perspectiva lobatiana e, sobre esse assunto, Mário Luís Simões Filho (2009) afirma:

[...] o criador de Jeca Tatu culpabiliza [...] o estado verminoso do caboclo, denominado naufrago da fisiologia, viveiro ambulante de vermes, pela indolência, [...] pelo cansaço e pelo fatalismo do homem rústico do Brasil [...] Monteiro Lobato acusa a política brasileira, a falta de saneamento e o abandono do homem do campo, que escravizado pela ‘miséria econômica’ e pela miséria fisiológica é impedido de criar riqueza. Nesse momento, Lobato se aproxima de Euclides da Cunha (SIMÕES FILHO, 2009, p. 62-63).

Em **Jeca Tatu: A Ressurreição**, outro texto que passa a compor o livro **O problema vital** (1956), Lobato reitera seu novo ponto de vista acerca do caboclo e seu meio, deixando claro seu encantamento pelas atuais medidas de saneamento em fase de implementação no país que, para ele seriam indicativos inquestionáveis do ingresso do Brasil na modernidade. Sobre essa questão, Simões Filho (2009), em seu artigo **Representações do homem do campo em Monteiro Lobato: de Jeca Tatu a Zé Brasil**, esclarece que:

Desejoso da possibilidade de transfigurar a feição nacional tacanha e atrasada, em feição de progresso e prosperidade, Monteiro Lobato transforma sua narrativa numa espécie de texto publicitário a serviço da campanha de saneamento do país, [...] (SIMÕES FILHO, 2009, p. 66).

Seguindo a linha publicitária, o escritor reedita, em 1924, a ressurreição do Jeca, com o título de **Jeca Tatuzinho**. A esse respeito, Xavier (2010) afirma que, na análise de Tania Regina de Luca, esse foi “o texto que alcançou maior importância durante a Campanha de Saneamento, [...] difundido nas páginas do Almanaque Fontoura” (XAVIER, 2010, p. 54). Ainda sobre esse tema, Xavier (2010) enfatiza que:

Jeca Tatuzinho é uma pequena história que conta de maneira didática a cura das doenças do Jeca através dos medicamentos. Curado, transformou-se em homem próspero e trabalhador. Este ideal foi espalhado como propaganda do Biotônico Fontoura. Havia a certeza de que, tendo sua saúde física recuperada, a população rural estaria apta para o trabalho agrícola contribuindo, assim, para o progresso econômico do país. Na história de Jeca Tatuzinho, havia todo um discurso sobre o ideal de uma vida sã, produtiva e útil à nação (XAVIER, 2010, p. 54).

Lima (1997), no artigo **Jeca Tatu e a representação do caipira brasileiro**, aponta que a “ideia da recuperação ou regeneração do Jeca Tatu não pode ser dissociada de todo um contexto que se implantava no estado de São Paulo, [...] o estabelecimento do Código Sanitário Rural, em 1917” (LIMA, 1997, p. 14).

Importa ressaltar que 23 anos depois da “ressurreição” do Jeca, e persistindo no tema do homem do campo, Monteiro Lobato lança sua terceira versão do caipira. Patrocinado pela Editoria Vitória, ligada ao Partido Comunista Brasileiro, em 1947, Monteiro Lobato publica o panfleto **Zé Brasil**, a última fase do Jeca.

Na figura de Zé Brasil, está uma nova reformulação da compreensão de Lobato a respeito do atraso do campo, quando aponta o latifúndio, e não a apatia do caboclo, como maior obstáculo ao desenvolvimento do país. Esse último Jeca traz em seu discurso a defesa dos pequenos agricultores, trabalhadores, muitas vezes, sem terra, denunciando a estrutura agrária brasileira e a exploração do trabalhador rural pelos fazendeiros.

Conforme Xavier (2010), as transmutações do Jeca são, na verdade, aquelas vividas por seu criador que, por sua vez, seriam resultado das mudanças pelas quais a sociedade brasileira passava. Dessa forma, defini-lo como arquétipo do camponês brasileiro ou estereótipo do caipira não é tarefa das mais fáceis, pois em torno do Jeca não se encontram apenas questões sociais, mas, sobretudo, questões pessoais e do pensamento de seu criador (XAVIER, 2010, p. 113).

2.1 JECA TATU – PRODUTO DA MISTIÇAGEM, RESULTADO DO AMBIENTE OU REPRESENTAÇÃO SOCIAL PARA OS BRASILEIROS CULTOS?

Quando escrevo, pinto – pinto menos mal do que com o pincel (Lobato, 1957).

Jeca Tatu “nasceu” em 12 de novembro de 1914, ano em que explodiu a Primeira Guerra Mundial, em um editorial do jornal **O Estado de São Paulo**. Juca nasceu 32 anos antes, em 18 de abril de 1882, em Taubaté, primogênito de José Bento Marcondes Lobato e Olímpia Augusta Monteiro Lobato, proprietários das fazendas Paraíso e Santa Maria.

Jeca é o personagem que tornou o nome Monteiro Lobato conhecido não apenas entre os literatos, mas também para os leitores do jornal **O Estado de São Paulo**. Juca é o apelido de infância de José Renato Monteiro Lobato que, ainda menino, por volta dos 11 anos, decidiu se chamar José Bento por conta da intenção de, um dia, usar uma bengala que apresentava a inscrição das iniciais do nome de seu pai – JBML. Bengalas e chapéus, naquele tempo, eram complemento indispensável à elegância masculina.

O menino Juca cresceu no meio dos livros, passando boa parte de sua infância na biblioteca da casa de seu avô materno, José Francisco Monteiro, o visconde de Tremembé. A biblioteca do avô era um lugar fascinante e os livros, principalmente os que traziam ilustrações, “seduzem-no ainda mais do que a figura do imperador Pedro II, que conhece como hóspede do avô numa das últimas viagens imperiais a São Paulo” (LAJOLO, 2000, p. 13). Aos 22 anos, conversando por carta com seu amigo de faculdade, Godofredo Rangel, descreve parte do conteúdo desse mundo que foi uma parte grande de sua infância:

A biblioteca de meu avô é ótima, tremendamente histórica e científica. Merecia uma redoma. Imagina que nela existem *Zend-Avesta*, o *Mahabarata* e as obras sobre o Egito de Champolion, Maspero e Breasted; e o Larousse grande; o Cantú grande; e o Elysée Reclus grande e inúmeras preciosidades nacionais como a coleção inteira da *Revista Ilustrada* do Angelo Agostini, a do *Novo Mundo* de J. C. Rodrigues e mais coisas assim (LOBATO, 1957, t. 1, p. 50-51).

Com a mãe, dona Olímpia, Juca aprende a ler, a escrever e a contar. Passando depois disso para um professor particular e, daí então, a frequentar as

poucas escolas particulares existentes em Taubaté. E é no Colégio Paulista que começa sua caminhada pelo mundo das letras como escritor, colaborando em **O Guarany**, jornalzinho estudantil, onde, sob os pseudônimos de Josbem e Nhô Dito, assina uma crítica a um almanaque bastante popular na época, e uma crônica dos acontecimentos do cotidiano escolar (LAJOLO, 2000, p. 14).

Em 1898, aos 16 anos, perde seu pai, José Bento; dona Olímpia morre no ano seguinte. Sua guarda, bem como a de suas irmãs, é assumida pelo visconde, seu avô materno que, desconsiderando a vocação do neto pelas Belas Artes, determina que Juca se matricule na Faculdade de Direito:

No país dos bacharéis – como alguns definiam o Brasil daquele período – um diploma de médico, engenheiro ou advogado significava garantia de acesso às esferas institucionais da República. Obter o título de “doutor” tornava-se condição *sine qua non* para os rapazes bem nascidos – mesmo para os que não pretendessem exercer a profissão. Tínhamos “doutores em leis, doutores em comércio, doutores em farmácia, doutores em dentaduras, doutores em engenharias, doutores em medicina. E academias sobre academias se fundam cá e lá, de Comércio, de Letras, de Poucas Letras, de Nenhumas Letras, de Costura”, ironizaria mais tarde o próprio Lobato (AZEVEDO; CAMARGOS; SACCHETTA, 2000, p. 15).

Seguindo o caminho traçado por seu avô, em 1900 José Bento ingressa nas Arcadas, como era conhecida a Faculdade de Direito, colocando de lado o sonho de tornar-se pintor, carregando na bagagem as lembranças da infância na fazenda, um forte desejo de se dedicar às artes plásticas, uma enorme vocação literária e um “inconformismo crônico, responsável pela renitente mania de querer transformar o mundo” (AZEVEDO; CAMARGOS; SACCHETTA, 2000, p. 16).

Enfrentava o tédio das aulas desenhando caricaturas dos professores.

‘Fiz’, diria mais tarde, ‘ato de presença na Academia, no *quantum satis* para obter diploma – mas está claro que em vez de aproveitar o miolo dos meus lentes, aproveitava-lhes as caras, como modelos vivos das minhas caricaturas’. Em meio ao corpo docente constituído de autênticos ‘perobas’, duas exceções apenas. ‘Adorei Pedro Lessa e nunca perdi uma palavra de Almeida Nogueira. Eram artisticamente inteligentes’, diria (AZEVEDO, CAMARGOS, SACCHETTA, 2000, p. 17).

O interesse por economia e negócios Lobato deve, muito provavelmente, Almeida Nogueira; quanto a Pedro Lessa, sua marca deixada no jovem José Bento foram os ideais de justiça e a busca incessante por liberdade de pensamento e expressão, características que se tornaram marcantes na obra lobatiana (AZEVEDO; CAMARGOS; SACCHETTA, 2000).

Já em 1904, em carta enviada a seu “amigo por escrito”, apesar da pouca idade, Lobato (1957) diz a Rangel:

Estamos moços e dentro da barca. Vamos partir. Que é a nossa lira? [...] Saber sentir, saber ver, saber dizer. E tem você de rangelizar a tua lira, [...], e eu de lobatizar a minha. Inconfundibiliza-las. Nada de imitar seja lá quem for. [...] Temos de ser nós mesmos, apurar os nossos Eus, formar o Rangel, [...], o Lobato. [...] seja você mesmo, porque ou somos nós mesmos ou não somos coisa nenhuma. E para ser si mesmo é preciso [...] uma vigilância incessante [...] tudo conspira para que sejamos [...] carneiros dos vários rebanhos - [...] políticos, religiosos ou estéticos. Há no mundo o ódio à exceção – e ser si mesmo é ser exceção. [...] e defendê-la contra todos os assaltos de uniformização: isto me parece a grande coisa (LOBATO, 1957, t. 1, p. 81- 82- 83).

Se a vida acadêmica lhe trazia aborrecimento e tédio, era na literatura que Monteiro Lobato encontrava refúgio. Presidiu e colaborou como escritor na sociedade literária dos segundanistas de Direito e figurou na comissão de redatores do jornal do Centro Acadêmico Onze de Agosto, agremiação fundada em 1903. “Lobato transitaria com desenvoltura do tom panfletário para um estilo mais leve, que beirava o picaresco” (AZEVEDO; CAMARGOS; SACCHETTA, 2000, p. 18). Os autores afirmam:

No início da vida universitária Lobato apenas clamava contra a decadência generalizada. Agora, procura indicar os caminhos para superá-la. Aos vinte e um anos, numa das poucas vezes em que discursou perante os colegas, fez profissão de fé pelos valores de justiça, liberdade e igualdade social. “Atualmente só vemos um ideal bastante generoso, bastante amplo para acolher em seu seio tudo quanto a mocidade tiver de mais superiormente generoso, de mais finamente intelectual, de mais grandiosamente altruísta – o socialismo.” E encerra sua fala afirmando que a regeneração da humanidade passava pela extinção da miséria, pela destruição das classes e, mais do que isso, pela moralização da própria moral, explicitando qual deveria ser o verdadeiro papel de uma agremiação como o Onze de Agosto. (AZEVEDO; CAMARGOS; SACCHETTA, 2000, p. 18).

Em 1904, com o conto **Gens ennuyeux**, Monteiro Lobato vence um concurso realizado pelo Centro Acadêmico e dá mostras de seu talento ao criar uma prosa bem construída, forte, maleável, corrente e, sobretudo, espirituosa, nas palavras de Amadeu Amaral, jornalista do **Correio Paulistano**, um dos jurados do concurso (AZEVEDO; CAMARGOS; SACCHETTA, 2000).

Fora dos limites da academia, Lobato reunia-se com amigos todos os dias da semana, a partir das sete da noite no Café Guarani, onde o grupo, autodesignado Cenáculo, encontrava-se para discutir, principalmente, literatura. Do Café Guarani

partiam para o chalé amarelo da Rua Vinte Um de Abril, no Belenzinho, onde primeiro foi morar Godofredo Rangel, depois Ricardo Gonçalves e, por último, Lobato. À república estudantil do Belenzinho deram o nome de Minarete. Em *A Barca de Gleyre*, Lobato (1957) rememora como surgiu a denominação do chalé:

Estou a imaginar como surgiu a denominação do chalezinho. Ricardo entra lá pela primeira vez, vai à sacada e encanta-se com a vista agreste, com o coqueiro ao lado e a paineira à esquerda. E numa expansão: “Mas é uma torre, Rangel! Veja que amplidão de vista se descortina! Uma torre – um Minarete! (LOBATO, 1957, t. 1, p. 23)

“No Minarete, muita brincadeira, muita literatura, muita literatice. A literatice, por exemplo, fica por conta de pastiches de *Tartarin de Tarascon*, romance do escritor francês Daudet (1867-1942), espécie de bíblia do grupo” (LAJOLO, 2000, p. 17).

O Minarete, sugestão de Lobato, foi também o nome dado ao jornal de Pindamonhangaba fundado por Benjamim Pinheiro, com objetivo de se tornar prefeito, o que aconteceria em 1907, quatro anos após o lançamento do semanário. “O Minarete proporcionaria a todos, particularmente a Lobato, espaço para grandes proezas. Nele deram vazão a uma enorme criatividade” (AZEVEDO; CAMARGOS; SACCHETTA, 2000, p. 21), porém seus artigos eram quase sempre sobre temas particulares da república estudantil do chalé do Belenzinho e não interessavam de fato aos habitantes de Pinda. No periódico, Lobato escrevia sob vários pseudônimos como Lobatoyewsky, Guy d'Hã, Martinho Dias ou apenas Yewsky (LAJOLO, 2000).

O tempo dedicado ao estudo formal era apenas o suficiente para ser aprovado nos exames e completar o curso. Sujeito político que era, poderia ser constantemente encontrado nas reuniões do Centro Acadêmico; com os amigos do Cenáculo no Café Guarani, ou no Minarete (o chalé), onde compartilhavam pensamentos, anseios e muita literatura. Além dos grandes autores ingleses e franceses como Shakespeare e Balzac, o jovem José Bento lia também pensadores como Le Bon, Augusto Comte, Herbert Spencer, Kant e Machiavel. Mas é Nietzsche que, nessa época, desperta-lhe maior entusiasmo. Sobre ele, diria a Rangel na carta de agosto de 1904:

Rangel: há muito que quero insistir em Nietzsche, [...]. Considero Nietzsche o maior gênio da filosofia moderna – e o que vai exercer maior influência. [...] O nosso primeiro ponto de referência. Nietzsche está *au delà du bien et*

du mal, trepado num topo donde tudo vê nos conjuntos, e onde a perspectiva não é a nossa perspectivazinha horizontal. Dum banho de Nietzsche saímos lavados de todas as cracas [...] que nos desnaturam a individualidade. Da obra de Spencer saímos spencerianos; da de Kant saímos kantistas; da de Comte saímos comtistas – da de Nietzsche saímos tremendamente nós mesmos. O meio de segui-lo é seguir-nos. ‘Queres seguir-me? Segue-te!’ Quem já disse coisa maior? [...] Ele é isso. Corre na frente com o facho, a espantar todos os morcegos e corujas e a semear horizontes (LOBATO, 1957, t. 1, p. 65-66-67).

Formado, o doutor José Bento retorna a Taubaté e para passar o tempo e se livrar do tédio dedica-se à leitura, à reescrita de textos, mantém sua colaboração no jornal **O Minarete**. Colabora também em **O Povo**, jornal de Caçapava, para o qual desenha o logotipo. Além disso, volta com frequência a São Paulo para encontrar os amigos e matar as saudades das animadas conversas no Café Guarani, afirmam Azevedo, Camargos e Sacchetta (2000).

Desse cotidiano pacato e monótono, vivido em compasso de espera, Monteiro Lobato vai prestando contas miúdas a um companheiro seu de faculdade e de Cenáculo, Godofredo Rangel, que, também formado, tinha regressado às suas Minas natais (LAJOLO, 2000, p. 19).

Assume, em 1906, o cargo de promotor de Areias, cidade pequena do Vale do Paraíba, e tão pacata quanto Taubaté, onde o tempo escorre lentamente, típico das cidades mortas com suas vidas ociosas, onde tem horas de sobra para se dedicar à leitura (e partilhar os comentários com Rangel), e à pintura de aquarelas. As “horas vagas são tantas, que datam daí muitos dos contos posteriormente publicados em revistas e mais tarde enfeixados em *Urupês*, livro de contos de 1918” (LAJOLO, 2000, p. 21).

Casa-se em 1908, e muda-se da hospedaria onde reside (e na qual ocupou o mesmo quarto que havia ocupado Euclides da Cunha, quando viveu em Areias para supervisionar o conserto de uma ponte) para um casarão de dez janelas. E, segundo Azevedo, Camargos e Sacchetta (2000), enquanto Purezinha dirige a casa e prepara o enxoval do primeiro filho, as preocupações financeiras com o aumento da família o levam a traduzir artigos do jornal londrino **Weekly Times** (uma edição semanal com os melhores artigos do jornal diário **The Times**) para **O Estado de São Paulo**; escreve contos para a **Tribuna de Santos** e para **A Gazeta de Notícias**, do Rio de Janeiro, além de fazer caricaturas e desenhos para a revista **Fon-Fon**.

Deixa Areias e a carreira de promotor, em 1911, quando morre seu avô e assume a Fazenda do Buquira, concretizando o sonho de tornar-se fazendeiro, do qual fala na carta, a Rangel, de junho de 1904:

Estou prestes a fechar o meu curso. Entro na ‘vida prática’ em dezembro e creio que realizarei o meu sonho: ser fazendeiro. A minha vida ideal (isto é, de ideias) está a pingar o ponto final. Vou morrer – vai morrer este Lobato das cartas. E nascerá um que te fale em milhos e porcos, e te dê receita para acabar com o piolho das galinhas (LOBATO, 1957, t. 1, p. 61).

A enorme propriedade de 1.515 alqueires de terra, de acordo com Cassiano Nunes (2000), já bastante desgastada pela monocultura do café, na Serra da Mantiqueira, com um casarão de 80 janelas e portas “toma-lhe todas as energias. Com a paixão que o caracterizava, envolve-se nas novas tarefas empenhando-se em tornar a fazenda rendosa por meio de projetos audaciosos” (AZEVEDO; CAMARGOS; SACCHETTA, 2000, p. 29). Entre os projetos, está o de fundação de um colégio que, nas palavras do próprio Lobato serviu “para aproveitar duas coisas: um casarão imenso deixado pelo meu avô e um parente que não conseguiu estudar. [...] Já inauguramos o externato – o internato fica para o ano que vem” (LOBATO, 1957, t.1, p. 305).

Apaixonado pelos seus projetos e mostrando novas facetas, nesse tempo Lobato deixa de lado a escrita, e confessa a Rangel: “Até erva-de-passarinho me deu no estilo. Perdi o jeito de escrever por força deste delicioso hábito de não escrever que estou adquirindo” (LOBATO, 1957, t.1, p. 309). Na mesma carta, de 07 de agosto de 1911, ele fala também sobre o projeto de uma capelinha que fez para uma de suas irmãs e de como estava trabalhando nisso como arquiteto e construtor, ajudando o carpinteiro e o pedreiro a ajustar lambrequins e a pregar telhas que eram novidade para os construtores. É possível perceber sua satisfação e seu envolvimento no projeto de arquitetura por este trecho da carta:

Que felicidade construir! Não me esquecerei nunca destes dias passados a lidar com a torrinha em ponta de flecha, a dez metros do solo, sob o sol. Nunca meu tempo correu tão depressa. [...] A felicidade humana é diretamente proporcional à velocidade com que passamos o tempo [...]. Meus dias da capelinha têm, sabe quantas horas? Nem seis. E a minha impressão é de serem horas de vinte minutos apenas. A verdadeira vida dum artista deve ser esta que estou levando – vida de aprendizagem, com a teve o Wilhelm Meister de Goethe. Viver todas as vidas – depois pintar a Vida (LOBATO, 1957, t. 1, p. 310).

Apesar do prazer das tarefas diárias da fazenda, a literatura continua a ser sua grande companheira, ainda que apenas como leitor de obras estrangeiras e brasileiras, como nos tempos de faculdade ou nos períodos de total desocupação vividos em Areias. Mantém também a frequência de sua correspondência com seu amigo Rangel, recebendo seus contos, lendo e fazendo suas críticas. Quanto a si mesmo, Lobato (1957) acreditava que não fosse capaz de escrever nada interessante, dizia não ser criativo, que só poderia descrever ou copiar da natureza.

Sou incapaz de literatura; convenci-me disso em Areias, onde tive todo o lazer possível e não produzi nada. Minha literatura não é de imaginação – é pensamento descritivo; não cria – copia do natural. Em suma, sou pintor! Nunca pinte nada que me agradasse. Quando escrevo, pinto – pinto menos mal do que com o pincel. Copista, portanto, e só (LOBATO, 1957, t. 1, p. 315).

Mesmo acreditando-se incapaz de literatura e, inteiramente mergulhado na vida de fazendeiro, entre a construção de um chiqueiro, o conserto da máquina de beneficiar café, a plantação de milho, erguendo paióis ou remodelando as acomodações de suas galinhas *legorns*, Lobato continuava cheio de ideias para suas escritas. Enquanto erguia benfeitorias na fazenda, construía dentro de si seus projetos literários. Sua inspiração vinha do ambiente a sua volta: “Quantos elementos cá na roça encontro para uma arte nova! Quantos filões! E muito naturalmente eu gesto coisas, [...]” (LOBATO, 1957, t. 1, p. 362). Em uma mesma carta, a de 07 de fevereiro de 1912, ao seu “amigo por escrito” é possível perceber como Monteiro Lobato caminhava com desenvoltura entre esses dois universos:

Lino escreve-me. Conta que para te publicar *Os Legionários da Ciência* arranhou O Paiz. Felizardo! Com passinhos de lã vais caminhando para a Academia [...] E eu cá a criar galinhas e porcos. Minha academia vai ser a Sociedade Nacional de Agricultura.

[...]

Já te expus a minha teoria do caboclo, como o piolho da terra, o *Porriño decalvans* das terras virgens? Ando a pensar em coisas com base nessa teoria, um livro profundamente nacional, sem laivos nem sequer remotos de qualquer influência europeia. Muito possível que te vendo impresso n'O Paiz, a inveja, essa fecunda espóra, me force a escrevê-lo. Se não sair, será mais um casulo que seca sem dar borboleta (LOBATO, 1957, t. 1, p. 325-326).

E a vida de fazendeiro segue, em meio ao plantio de milho e feijão, à colheita do café, à criação de galinhas e porcos, sempre buscando conhecimento científico para aplicar em seus projetos na fazenda, fosse nas suas leituras ou recorrendo a especialistas, para aumentar a produtividade, importando animais para aprimorar

geneticamente as raças ou remodelando ou construindo novas instalações para empregados ou para as criações.

Mas, a despeito de não se achar escritor, segue com seus projetos literários, gestados e nascidos da realidade, da observação. E comenta com o amigo: “Quantos elementos cá na roça encontro para uma arte nova! Quantos filões! E muito naturalmente eu gesto coisas, [...]” (LOBATO, 1957, t. 1, p. 362). Monteiro Lobato vislumbrava uma proposta nova, que fosse genuinamente brasileira, pois que para ele “entre os olhos dos brasileiros cultos e as coisas da terra há um maldito prisma que desnatura as realidades. E há o francês, o maldito macaqueamento francês” (LOBATO, 1957, t.1, p. 362), referindo-se à literatura feita no Brasil tomando como modelo o europeu, principalmente o francês.

2.2 A VOCAÇÃO DE JUCA NA CRIAÇÃO DO JECA

No fundo não sou literato, sou pintor. Nasci pintor, mas como nunca peguei nos pincéis a sério [...], arranjei, sem nenhuma premeditação, este derivativo de literatura, e nada mais tenho feito senão pintar com palavras (Lobato, 1957).

O ano de 1914 é o terceiro de Monteiro Lobato como fazendeiro; é também o ano em que tem início a Primeira Guerra Mundial. O conflito que se desenrola na Europa afeta a economia brasileira e o preço do café e, conseqüentemente, a situação financeira da fazenda, cujo solo já estava bastante desgastado por ocasião da herança e que já não respondia positivamente aos esforços e aos investimentos de Lobato. As dificuldades econômicas aumentam e surgem também problemas com seu administrador, a quem ele tenciona dispensar os serviços, pois, como afirma a Rangel na carta de 15/05/1914, estava cansado de ser hóspede em sua fazenda, cansado de sua literatura, de fazer fotografias, pintar aquarelas e ler uns Balzacs. Iria assumir, ele mesmo, a administração, ou em suas palavras, da reserva passar à ativa.

Não satisfeito com a demissão, o ex-administrador conspira contra o patrão e tenta levar com ele todos os outros empregados, no intuito de deixar o fazendeiro sem mão de obra para a colheita do café. Essa mudança de atitude frente aos negócios o coloca em relação direta com os trabalhadores, com os caboclos, como eram chamados, a quem ele observa o comportamento:

Na convivência diária com os caboclos espanta-se como desrespeitam a natureza que os alimenta, abriga e sustenta. Repara – tal como fazem hoje os ecologistas – no quanto destroem a caça nativa, derrubam velhas árvores e reduzem a floresta a carvão. ‘Atualmente estou em luta contra quatro piolhos desta ordem – agregados aqui das terras. Persigo-os, quero ver se os estalo nas unhas. Meu grande incêndio de matas deste ano a eles o devo. Estudo-os. Começo a acompanhar o piolho desde o estado de lêndea, no útero duma cabocla suja por fora e inçada de superstições por dentro’, diz ao amigo confidente (AZEVEDO; CAMARGOS; SACCHETTA, 2000, p. 30).

Se a situação financeira da fazenda já não era confortável e a convivência com o caboclo queimador de mato desagradava ao fazendeiro, a seca de 1914 parece ter atuado como um estopim na revolta de Lobato, que redige um violento artigo e o envia ao jornal **O Estado de São Paulo**.

Os meses de julho e agosto são, naturalmente, os de maior índice de incêndios naturais por conta das condições climáticas. Um vasto conhecimento sobre as questões da natureza e seu frágil equilíbrio, Lobato demonstra amplamente na correspondência com Rangel, como também deixa claro no trecho do artigo que diz: “É peculiar de agosto, e típica, esta desastrosa queima de matas; nunca, porém, assumiu tamanha violência, nem alcançou tal extensão, como neste tortíssimo 1914 [...]” (LOBATO, 2009, p. 160).

O artigo, escrito em fins de outubro e publicado em 12 de novembro de 1914, se inicia com uma crítica às preocupações dos brasileiros com a guerra na Europa, mas indiferentes ou alheios aos problemas nacionais: “Andam todos em nossa terra por tal forma estonteados com as proezas infernais dos belacíssimos ‘vons’ alemães, que não sobram olhos para enxergar males caseiros” (LOBATO, 2009, p. 159). E continua, relatando a falta de chuvas e a extensão do incêndio, assim como os prejuízos ecológicos advindos de extensa e longa queima, com a propriedade de um ecologista. Suas críticas também se dirigem às autoridades e à sua incapacidade de adoção de um modelo de agricultura mais sustentável, essencial num país cuja base da economia era essencialmente agrícola.

Preocupa à nossa gente civilizada o conhecer em quanto fica na Europa por dia, em francos e cêntimos, um soldado em guerra; mas ninguém cuida de calcular os prejuízos de toda sorte advindos de uma assombrosa queima destas. As velhas camadas de húmus destruídas, os sais preciosos que, breve, as enxurradas deitarão fora, rio abaixo, via oceano; o rejuvenescimento florestal do solo paralisado e retrogradado; a destruição das aves silvestres e o possível advento de pragas insetiformes; a alteração para pior do clima com a agravação crescente das secas; os vedos e aramados perdidos; o gado morto ou depreciado pela falta de pastos; as

101 particularidades que dizem respeito a esta ou àquela zona e, dentro delas, a esta ou àquela situação agrícola. Isto, bem somado, daria algarismos de apavorar; infelizmente no Brasil subtrai-se, somar ninguém soma (LOBATO, 2009, p. 160).

E, segundo Lobato (2009), o fazendeiro, a causa dessa desastrosa prática de fazer queimadas é uma só: o caboclo, aquele que vive nas zonas fronteiriças, no limite da civilização e é inadapável a ela; o barba rala, um urumbeva, um parasita, um piolho da terra. A descrição continua e os adjetivos se sucedem: espécie de homem baldio, seminômade, adepto da lei do menor esforço, preguiçoso, alienado, mudo e sorna. “Encoscorado numa rotina de pedra, recua para não adaptar-se” (LOBATO, 2009, p. 161).

Lobato (1957), que se considera um pintor e não um escritor – “[...] arranjei, sem nenhuma premeditação, este derivativo de literatura, e nada mais tenho feito senão pintar com palavras. Minha impressão predominante é puramente visual” (LOBATO, 1957, t. 1, p. 252). – pinta a figura do camponês brasileiro, derramando em profusão as suas tintas de cores nada alegres, em pinceladas caricatas e burlescas, através de suas metáforas e neologismos, traços muito marcantes de sua escrita:

É de vê-lo surgir a um sítio novo para nele armar a sua arapuca de ‘agregado’; nômade por força de vagos atavismos, não se liga à terra como o campônio europeu: ‘agrega-se’, tal qual o ‘sarcoptes’, pelo tempo necessário à completa sucção da seiva circunvizinha; feito o que, salta para adiante com a mesma bagagem com que ali chegou. Vem de um sapezeiro para criar outro. Coexistem em íntima simbiose: sapé e caboclo são vidas associadas. Este inventou aquele e lhe dilata os domínios; em troca o sapé lhe cobre a choça e lhe fornece fachos para queimar a colmeia das pobres abelhas (LOBATO, 2009, p. 161).

A figura do camponês que Lobato enxerga, começa a ser esboçada em **Velha praga**, mas é em **Urupês** que o escritor, muito provavelmente influenciado pelo estilo Balzac – o estilo de não alisar a pedra, não usar lixas e não enfraquecer a grandeza dos personagens, criando uma multidão de gente viva nos seus romances (LOBATO, 1957, t. 1, p. 355) - expõe em detalhes sua visão do caboclo.

A imagem que Lobato constrói bate de frente com os ideais românticos, contradizendo “não só a retórica patrioteira, mas também o processo de idealização das minorias – índios, caboclos, negros e caipiras – às quais a tradição literária romântica atribuía perfil épico e idealizado” (LAJOLO, 2000, p. 26). Depois de expor,

“sem mistificação, a conduta do agente deletério, habitante das zonas limítrofes do mundo civilizado, onde jamais logra penetrar” (AZEVEDO; CAMARGO; SACCHETTA, 2000, p. 31), ou, na linguagem do próprio escritor, depois de gestar e parir seu camponês, chega o momento de batizá-lo, de dar a ele um nome. E então, no final do artigo **Velha praga**, vêm surgindo Manoel Peroba, Chico Marimbondo e Jeca Tatu, nomes que, segundo Lajolo (2000), tornariam anônimos os réus que o fazendeiro acusava da prática deletéria das queimadas:

Quando se exaure a terra, o agregado muda de sítio. No lugar fica a tapera e o sapezeiro. Um ano que passe e só este atestará a sua estada ali; o mais se apaga como por encanto. A terra reabsorve os frágeis materiais da choça e, como nem sequer uma laranjeira ele plantou, nada mais lembra a passagem por ali de Manoel Peroba, de Chico Marimbondo, de Jeca Tatu ou outros sons ignaros, de dolorosa memória para a natureza circunvizinha (LOBATO, 2009, p. 164).

Para a aparente surpresa do escritor, o artigo alcança grande repercussão; comentários ecoam por todo canto, não apenas pelo tom incisivo e a veemência das palavras, mas talvez, segundo Lajolo (2000), ou principalmente, porque a voz do escritor fez eco com a insatisfação dos velhos fazendeiros paulistas que se consideravam prejudicados pela política vigente. A carta escrita a Rangel, em 22 de novembro, ou seja, dez dias após a publicação de **Velha praga**, dá-nos uma ideia dessa repercussão e da surpresa às quais nos referimos:

Publiquei a semana passada um artigo no Estado e, com surpresa, recebi a propósito cinco cartas e um convite da Sociedade de Cultura Artística de S. Paulo para fazer uma conferência lá. Em vez disso, eu e minha mulher fomos ler o tal artigo, cheios de vontade de gostar – e nada vimos que provocasse o entusiasmo dos paulistas (LOBATO, 1957, t. 1, p. 365-366).

Sem esperar que o fogo da polêmica se transformasse em cinzas, o fazendeiro envia outra carta ao jornal **O Estado de São Paulo**, que será publicada em 23 de dezembro, pouco mais de um mês depois da primeira. Intitulado **Urupês**, esse “artigo denuncia principalmente o grande desconhecimento que os brasileiros da época tinham em relação ao interior do país e seus habitantes” (NUNES, 2000, p. 11). Nesse artigo, porém, Lobato fixa a imagem do caboclo em apenas um dos três personagens presentes no primeiro – o nome Jeca Tatu soa mais alto que Manoel Peroba ou Chico Marimbondo. “Nascia Jeca Tatu, enterrava-se de vez o indianismo

romântico da literatura regional” (AZEVEDO; CAMARGOS; SACCHETTA, 2000, p. 32).

Comparado ao Jeca de **Urupês**, o que nasce em **Velha praga** é apenas um esboço. É no segundo artigo que Lobato desenha mais nitidamente os traços do caboclo do Vale do Paraíba. “A imagem do caboclo desenhada em **Velha praga** – desprovido de força de vontade e senso estético, feio e grotesco – é largamente ampliada no segundo artigo” (AZEVEDO; CAMARGOS; SACCHETTA, 2000, p. 32). Características como ignorância e preguiça do camponês, que Lobato enxergava na sua convivência com os empregados da fazenda, são acentuadas, chegando a caracterizá-lo como “o sacerdote da Grande Lei do Menor Esforço” (LOBATO, 2009, p. 171). O autor acrescenta: “Quando comparece às feiras, todo mundo logo advinha o que ele traz: sempre coisas que a natureza derrama pelo mato e ao homem só custa o gesto de espichar a mão e colher [...]” (LOBATO, 2009, p. 170).

Urupês, título do segundo artigo, é uma referência aos fungos, conhecidos como urupês de pau podre, que se formam muito rapidamente na matéria orgânica principalmente de origem vegetal, dela retiram o necessário para a sobrevivência e reprodução, e desaparecem tão rapidamente como surgiram. A metáfora faz alusão ao modo de vida do caboclo, um agregado (como já anunciado no primeiro artigo, **Velha praga**), que deixa o lugar onde vivia tão repentinamente quanto chegou, assim que se esgotarem as provisões que a natureza ao redor oferece. “Para Lobato, o Jeca Tatu é o urupê de pau podre que vegeta na mata” (NUNES, 2000, p. 11): “um piraquara do Paraíba, maravilhoso epítome de carne onde se resumem todas as características da espécie” (LOBATO, 2009, p. 169). Jeca é o anti-herói “cuja constante postura, de cócoras, é emblemática de sua resignação e subserviência” (AZEVEDO; CAMARGOS; SACCHETTA, 2000, p. 33).

Sobre a escolha do nome, afirmam os autores do livro **Monteiro Lobato, furacão na Botocúndia**:

Batizou-o assim devido a reminiscências de vinte anos antes, em torno de uma velhinha chamada Gertrudes, moradora de um rancho à beira da estrada da Fazenda Paraíso, cujo neto, Jeca, reunia todas as características inerentes ao personagem: ‘bichinho feio, magruço, arisco, desconfiado, sem jeito de gente’. A princípio pretendia dar-lhe o sobrenome ‘peroba’, mas como soara bem, decide substituí-lo por Tatu, inspirado nas reclamações que seu capataz vinha fazendo sobre os estragos causados pelo animal nas roças de milho (AZEVEDO; CAMARGOS; SACCHETTA, 2000, p. 31-32).

Na opinião de Alves Filho (2003), são vários os coelhos que Lobato tenta acertar com seu cajado. Sua crítica é, inicialmente, dirigida aos indianistas, a quem ele julgava sem noção da realidade, pois falavam do Brasil sem sair de seus gabinetes. “A nossa literatura é fabricada nas cidades por sujeitos que não penetram nos campos de medo dos carrapatos” (LOBATO, 1957, t. 1, p. 364).

O outro alvo é pessoal: como fazendeiro, Lobato andava tendo problemas com alguns camponeses: “Atualmente estou em luta contra quatro piolhos desta ordem – “agregados” aqui das terras. Persigo-os, quero ver se os estalo nas unhas. Meu grande incêndio de matas deste ano a eles o devo” (LOBATO, 1957, t. 1, p. 363).

Um terceiro ponto, muito provavelmente, foi a curiosidade (ou a necessidade) de testar a aceitação da sua forma/estilo de escrita, já que, quanto a isso Lobato nos parece bastante inseguro, afirmando a Rangel inúmeras vezes que não era escritor, que não tinha talento.

Ainda podemos considerar que, sendo Lobato um arguto crítico social, segundo afirmam Azevedo, Camargos e Sacchetta (2000), um homem preocupado com os destinos de seu país, sua intenção era expor, sem “o maldito prisma que desnatura as realidades”, a conduta do homem rural que trazia muitos malefícios ao meio ambiente; e à qual era creditada a decadência da produção cafeeira do Vale do Paraíba, sua região de origem.

Acreditamos que, na concepção de Lobato, o Jeca poderia representar uma metáfora do atraso nacional, pois sua relação com a terra e a natureza se mostrava como “um dos principais entraves ao desenvolvimento de um país que ainda professava sua vocação agrícola” (AZEVEDO; CAMARGOS; SACCHETTA, 2000, p. 31). Nele também se inseria uma denúncia contra os governantes que se mostravam indiferentes à condição do campo e do atraso de seus trabalhadores bem como a incapacidade de adotar políticas mais modernas que reverteressem essas condições.

Um outro aspecto a se considerar seria o que ele mesmo afirma a Rangel neste trecho de carta de 03 de julho de 1915:

A história do cabocismo... Aquilo foi fabricação histórica para bulir com o Cornélio Pires, que anda convencido de ter descoberto o caboclo, [...]. O caboclo de Cornélio é uma bonita estilização – sentimental, poética, ultra romântica, fulgurante de piadas – e rendosa. O Cornélio vive, e passa bem, ganha dinheiro gordo, com as exhibições que faz de ‘seu caboclo’. Dá caboclo em conferências a 5 mil réis a cadeira e o público mijja de tanto rir. [...] Ora,

meu Urupês veio estragar o caboclo do Cornélio – estragar o caboclismo (LOBATO, 1957, t. 2, p. 40).

Estragar o caboclismo poderia significar abrir espaço para o Jeca “desnudar as asperezas e as mazelas dos sertões esquecidos em sua ‘realidade’” (SOUZA, 2017, p. 65, grifo do autor), pois segundo Lobato: “O caipira estilizado das palhaçadas teatrais fez que o Brasil nunca pusesse tento nos milhões de pobres criaturas humanas residuais e sub- raciais que abarrotam o interior. Todos as têm como enfeites da paisagem [...]” (LOBATO, 1957, t. 2, p. 68).

Segundo vários lobatólogos, geralmente baseados na biografia de Monteiro Lobato escrita por Edgard Cavalheiro, quando as cartas com os artigos **Velha praga** e **Urupês** foram publicadas no jornal **O Estado de São Paulo**, Lobato já escrevia para vários jornais de cidades do interior paulista, apesar de ser nome desconhecido nos centros literários do país.

Em 1918, quando ocorre a publicação da segunda edição do livro de contos **Urupês**, o próprio Lobato cria uma versão, que se tornou acriticamente repetida, de acordo com Alves Filho (2003): a de que seu artigo teria sido publicado por engano, fora da seção para a qual havia sido enviado – a seção de Queixas e Reclamações – e, então, o fazendeiro, por obra do acaso, teria se transformado em escritor. Quanto ao prefácio da 2ª edição de **Urupês** (LOBATO, 1918), vamos transcrevê-lo na íntegra como retirado da tese de Milena R. Martins (2003):

Em 1914, nos primeiros meses da guerra, o autor não passava de um simples lavrador, incrustado na serra da Mantiqueira, (...) o pobre fazendeiro limitou-se a ‘tocar’ alguns que eram seus agregados e... a vir pela imprensa. Escreveu e mandou para as Queixas e Reclamações de ‘O Estado de S. Paulo’ a tal catilinária mãe dos Urupês. Este jornal publicando-a fora dessa secção estimulou o fazendeiro a reincidir. Reincidiu. E quando deu acordo de si virara o que os noticiaristas chamam gravemente: ‘homem de letras’. Ora aí está como as coisas se encadeiam, e como por obra e graça de meia dúzia de Neros de pé no chão corre mundo mais um mau livro (MARTINS, 2003, p. 186-187).

Alves Filho (2003) menciona várias razões para confirmar que não houve acaso na publicação das cartas de Lobato fora da seção para a qual foram enviadas. A primeira razão apontada foi a evidência (após uma consulta à coleção do jornal) de que não era praxe de **O Estado de São Paulo** publicar cartas de seus leitores em 1914, como a imprensa atualmente faz; apenas em ocasiões esporádicas. A divulgação dessas reclamações também nunca eram feitas na íntegra. “Recebida a

correspondência, o jornal sintetizava-a e, em linguagem própria, dava uma minúscula nota a respeito” (ALVES FILHO, 2003, p. 35). As reclamações normalmente versavam sobre problemas cotidianos das cidades – iluminação, policiamento, abastecimento de água:

A longa ‘carta’ do ‘humilde lavrador’, em linguagem rebuscada, carta que possuía até título (Velha praga), estava totalmente fora dos parâmetros do reproduzível nas páginas do jornal e seria um contra-senso que alguém perdesse tempo para escrevê-la e enviá-la para a seção de ‘queixas...’ na esperança de vê-la publicada como carta de leitor. O jornal não possuía espaço dedicado a este tipo de ‘colaboração’ (ALVES FILHO, 2003, p. 35).

Abriremos aqui um parêntese nos argumentos de Alves Filho (2003) para discorrer um pouco a respeito da linguagem da carta de Lobato, rebuscada como afirma o pesquisador, em comparação com a linguagem do jornal, com a qual ela deveria ter sido publicada.

Monteiro Lobato, em vários trechos de sua correspondência com Godofredo Rangel, demonstra ser não apenas um leitor quase que compulsivo, mas também um analisador, um crítico das leituras que fazia. Chegou a ler dicionário para apurar seu vocabulário:

Mandei vir o dicionário de Aulete, que ainda é o melhor, e estou a lê-lo. Aventura esplêndida, Rangel[...] (LOBATO, 1957, t.1, p.239).

Essa leitura nos vai dando firmeza, com o conhecimento da exata propriedade dos vocábulos [...] (LOBATO, 1957, t.1, p. 241). [...] Estou lendo e marcando as palavras úteis para o meu caso, os sentidos figurados aproveitáveis nessa ‘nossa’ literatura, etc. Ainda estou no ‘A’ e já tenho belos achados (LOBATO, 1957, t. 1, p. 241, grifo do autor).

Em muitos trechos de **A barca de Gleyre** (1957), há referência ao estilo de escrita de Euclides da Cunha, a quem Lobato admirava bastante, e que, enquanto trabalhava como jornalista em **O Estado de São Paulo**, fez a cobertura da Guerra de Canudos. A história de seu livro **Os sertões** é baseada nesse trabalho. Em um dos trechos, na mesma carta em que fala de sua pesquisa no dicionário **Caldas Aulete**, Lobato contrapõe o estilo de Euclides ao estilo jornalístico de escrita:

Euclides da Cunha foi um grande ledor de léxicos. Nos Sertões eu notei como ele fugia à vulgaridade sem cair no abstruso, por meio do emprego de palavras que o jornalismo não estafou (porque a cachorro que achata todas as palavras da língua é sempre o jornalismo). Em vez de prematuro, imaturo. Implexo por complexo, etc. Uma variação dos prefixos habituais da

imprensa – e a frase fica mais fina, toda petulante de distinção. A desgraça em tudo é a vulgaridade – o “toda-gente” (LOBATO, 1957, t. 1, p. 241).

Outro trecho de carta, a de 11 de setembro de 1911, que não deixa dúvidas sobre a admiração de Lobato pelo estilo de Euclides da Cunha e um certo desprezo pelo estilo da imprensa é o que destacaremos a seguir:

Volto ao Euclides. Estive a lê-lo e pareceu-me que a sóbria e vigorosa beleza do seu estilo vem de não estar cancerado de nenhum dos cancros do estilo de toda gente – estilo que o jornalismo apurou até o ponto de bala acadêmico, [...] Euclides evita prepor o adjetivo ao substantivo, [...]. Por exemplo: [...], ‘esguia palmeira’. O que na mecânica da leitura o cérebro tem de representar ao receber a impressão de um desses adjetivos (sem ter ainda recebido a impressão do substantivo posposto) é uma qualidade vaga e dissipada em extremo, capaz de mil articulações diversas: ao passo que na forma contrária – ‘palmeira esguia’, [...] a impressão é de extrema nitidez e vigor; o cérebro representa a coisa indicada pelo substantivo e imediatamente a qualifica ou determina com o adjetivo posposto. Ora, em Euclides não há adjetivos prepostos aos substantivos, ao passo que no estilo de jornal é esta a forma que predomina [...] (LOBATO, 1957, t. 1, p. 312).

A comparação continua nas duas páginas seguintes, onde Lobato critica o uso dos verbos “ter” e “haver” em formas compostas como “havam feito”, “tinham estado comendo”, que seria o estilo dos jornais, contrapondo-se às formas verbais simples – estilo Euclides: “Euclides só emprega as compostas quando indispensáveis. Já o estilo de jornal só quer saber das compostas [...]” (LOBATO, 1957, t. 1, p. 312-313); e o uso dos advérbios terminados em “mente” (“outra asquerosa invenção do jornal”, segundo Lobato): “Claro que têm mais força as formas – ‘de leve’, ‘à larga’, ‘a sós – do que o ‘levemente’, o ‘largamente’, o ‘solitariamente’. Euclides é idiossincrático aos advérbios em mente e o estilo de jornal não quer outra coisa” (LOBATO, 1957, t. 1, p. 313).

Nossa intenção com esse parênteses foi ratificar as considerações apresentadas por Alves Filho (2003), ao mencionar a escrita refinada de Monteiro Lobato em contraponto ao estilo jornalístico. Voltemos, pois, aos argumentos deste lobatólogo sobre a alegoria do fazendeiro que, de repente, por obra de dois artigos, se transforma em escritor.

O segundo argumento que Alves Filho (2003) apresenta é o de que, desde 1909, Monteiro Lobato já era colaborador remunerado desse jornal. Em 1º de julho desse ano, Lobato (1957) escreve a Rangel: “Tenho mandado uns artigos para A Tribuna de Santos e publicado n'O Estado de S. Paulo umas traduções do Weekly

Times [...] Quando encontro coisas muito interessantes, traduzo-as e mando-as para o Estado e eles me pagam 10\$000” (LOBATO, 1957, t. 1, p. 250). Alves Filho (2003) comenta também acerca de um artigo que Lobato publicou nesse mesmo jornal, em 30 de outubro de 1913, pouco mais de um ano antes da publicação de **Velha praga**. Segundo o pesquisador, que se baseou na biografia de Monteiro Lobato escrita por Edgard Cavalheiro, o artigo, assinado, tinha o título **Entre duas crises** e foi escrito com a finalidade de analisar a situação dos cafeicultores face à queda do preço do café, em 1913. Portanto, finaliza Alves Filho (2003), já tendo Lobato espaço de colaborador nesse jornal, não faz sentido escrever “uma rebuscada 'carta reclamação', remetendo-a para a seção que, sabidamente, tinha por princípio publicar a reclamação, mas não a 'carta'” (ALVES FILHO, 2003, p. 36, grifo do autor).

O terceiro e último argumento, também podemos encontrar na correspondência de Monteiro Lobato com seu amigo Godofredo Rangel. No trecho da carta, já citado anteriormente nesse trabalho, o escritor fala sobre o artigo que havia publicado em **O Estado de São Paulo**. Além de usar a palavra “artigo” e não “queixa”, “reclamação” ou “carta”, Lobato não comenta nada sobre o tal engano que o jornal teria cometido ao publicar sua correspondência fora da seção para a qual teria sido enviada. “Em suma, na versão pública o 'humilde lavrador' fala em 'carta ao leitor', mas, em correspondência privada, em 'artigo'” (ALVES FILHO, 2003, p.36, grifo do autor).

Desde o início da leitura das cartas de Lobato a Godofredo Rangel, publicadas em **A barca de Gleyre**, pode-se perceber um Lobato aficionado por livros, um consumidor voraz de todo o tipo de leitura, mas não um consumidor qualquer – suas leituras vinham sempre acompanhadas de análises e julgamentos, muitos dos quais ele comentava com seu amigo por correspondência. Mas, à medida que nossa leitura foi avançando, foi possível notar que Lobato não lia apenas por prazer ou por ser um quase viciado em livros e no ato de ler. Ele estava estudando para se tornar um escritor, como outros profissionais o fazem em suas respectivas faculdades. Buscava a originalidade combinada com a realidade. Analisava tudo que lhe caía nas mãos:

Na pintura de cenas Graça Aranha é criador. Tudo vive. [...]
 Outra cena que me ficou: [...]. Originalíssima e com uns toques épicos.
 Suas descrições de florestas fazem-me sentir um mormaço e um cheiro de

folhas e musgos molhados. Não é mais a mata descrita pelas receitas de Chateaubriand. É mata, mato de verdade. Os escuros dos verdes, os úmidos, os fofos, a calma dos troncos, a paciência de tudo, a paulama, a cipoeira, os farfalhos [...]. Equivale a Antonio Parreiras – o nosso único pintor que pinta matas certas (LOBATO, 1957, t. 1, p. 52-53).

Muito antes do nascimento do Jeca Tatu, o escritor já manifestara a Rangel suas intenções de escrever um livro. Há vários trechos em **A Barca de Gleyre** já citados neste trabalho que podem comprovar isso. E muitos outros podem ser acrescentados. Essa correspondência, mantida por mais de quarenta anos, sempre teve como assunto principal a literatura, não só suas impressões das obras lidas, como também críticas e sugestões que trocavam sobre a escrita um do outro, além das correções gramaticais que Rangel fazia nos textos do amigo. Originalidade, estilo e ineditismo eram características que Monteiro Lobato admirava e também perseguia para fazer a sua literatura; buscava incansavelmente “lobatizar sua lira”, “inconfundibilizá-la”. “Somos vítimas de um destino, Rangel. Nascemos para perseguir a borboleta de asas de fogo – se a não pegarmos, seremos infelizes; e se a pegarmos, lá se nos queimam as mãos” (LOBATO, 1957, t. 1, p. 81). Ainda bem jovem, em 1904, na faculdade, portanto, Monteiro Lobato (1957) comenta sobre o que pensa sobre como fazer essa literatura que eles tanto perseguiram:

Tua carta é um atestado da tua doença: literatura errada. Julgas que para ser um homem de letras vitorioso faz-se mister uma obsessão constante, uma consciente martelação na mesma ideia – e a mim a coisa me parece diferente. Tenho que o bom é que as aquisições sejam inconscientes, num processo de sedimentação geológica. Qualquer coisa que cresça por si, como a árvore, apenas arrastada por aquilo que Aristóteles chamava entelequia – e que em você é o rangelismo e em mim o lobatismo. [...] Perguntas quantas horas ‘literatizo’. Nem uma, meu caro, porque só leio o que me agrada e só quando estou com apetite. [...] Ler e comer só quando há apetite; fora daí é um insuportável corvée. [...] Sare, homem! Estás malíssimo de engurgitamento literário. Vomite o Flaubert (LOBATO, 1957, t. 1, p. 47-49).

Aperfeiçoar seu estilo e fazer algo novo foram suas buscas constantes: “Estilo é como nariz na cara: [...] não há dois iguais. [...] a gente procura, por efeito de mil influências, aperfeiçoar o estilo – aperfeiçoar o nariz”, diria Lobato a Rangel, em 1915. E continua. Sobre originalidade, comenta:

Há a estrada real, ampla, macadamizada, frequentadíssima, e há as picadas que podemos abrir marginalmente no matagal chapotado. Quase todo mundo toma pela estrada e pouquíssimos se metem pelas picadas. Resultado: engrossam-se as fileiras do estilo redondo e só um ou outro

conserva o nariz que Deus lhe deu. Por aperfeiçoar o 'estilo' temos de entender exaltar-lhe as tendências congeniais, não conformá-lo segundo um certo padrão na moda (LOBATO, 1957, t. 2, p. 6).

Mas, segundo o autor, a criação era processo inconsciente, uma produção do seu “útero mental”, numa espécie de amálgama que ligaria as teorias, lidas e apreendidas, com as coisas do mundo real, tudo dentro do seu estilo. Neste trecho da carta de 19 de setembro de 1912, quando Lobato (1957) já vivia na fazenda, podemos notar a busca pelo real, ou seu estudo do mundo real:

Ando, [...] a reler Kipling, e meu próximo conto será feito sob sua égide. Um conto de animais, aves. Fiz um grande lago perto da casa e enchi-o de marrecos de Pekin, patos indígenas, gansos, mergulhões. E estou estudando o palmípede para escrever a história do tanque (LOBATO, 1957, t. 1, p. 332).

E sobre os processos inconscientes, Lobato confessa ao amigo: “[...] muito naturalmente eu gesto coisas, ou deixo que se gestem dentro de mim num processo inconsciente, que é o melhor: [...]” (LOBATO, 1957, t. 1, p. 362). E, nessa mesma conversa epistolográfica, fala sobre a obra literária que está gestando, na qual “aparecerá o caboclo como o piolho da serra, tão espontâneo, tão bem adaptado como nas galinhas o piolho de galinha, [...]”. E continua: “Já te escrevi sobre isso, e se a ideia volta e insiste, é que de fato está se gestando bem vivinha e será parida no tempo próprio” (LOBATO, 1957, t. 1, p. 363). De fato, Monteiro Lobato já havia comentado sobre “o caboclo queimador de mato” em correspondências anteriores: uma de novembro de 1911; outras duas em 1912. Na primeira, a referência é muito superficial, apenas uma citação e nem é especificamente sobre seus próprios escritos, mas sobre os de Rangel, quando comenta sobre as vantagens dos romancistas brasileiros em ter assuntos não explorados com os quais trabalhar:

Uma das vantagens do romancista brasileiro é poder lidar só com virgindades. Nenhum tema nosso tem ‘barriga suja’. A literatura faz *pendant* com a lavoura; ambas só lidam com matas virgens, terras virgens. Tudo está por fazer. [...], quanto elemento de primeira ordem à espera dos Balzacs e Zolas, [...] A Terra Roxa, “o caboclo queimador de mato”, o bandoleiro *avant coureur* da civilização representada pelo colono italiano: o bandoleiro espanta o ‘barba-rala’ e permite que o calabrês se fixe na terra grilada; a invasão italiana nas cidades – [...]; a fusão das raças nas camadas baixas – e na alta [...] (LOBATO, 1957, t. 1, p. 317, grifo nosso).

Nas cartas de 1912, há duas referências ao caboclo como piolho da terra. A primeira, na carta de fevereiro, Lobato (1957) pergunta a Rangel: “Já te expus a minha teoria do caboclo, como o piolho da terra, o *Porrigo decalvans* das terras virgens? Ando a pensar em coisas com base nessa teoria, um livro profundamente nacional, sem laivos [...] de qualquer influência europeia” (LOBATO, 1957, t. 1, p. 326). Quase dois meses depois, em abril, novamente comenta com seu amigo: “Vou ver se consigo escrever um conto, o *Porrigo decalvans*, em que considerarei o caboclo um piolho da terra, uma praga da terra” (LOBATO, 1957, t. 1, p. 327).

Suas teorias sobre o caboclo e os planos de escrever sobre ele parecem ter adormecido pois, meses mais tarde, em setembro desse mesmo ano, comenta sobre os planos de escrever uma crônica sobre o tanque, para a qual havia construído o lago perto de casa e enchido de aves aquáticas (passagem de **A Barca de Gleyre** já mencionada anteriormente). Em 1913, nas poucas cartas publicadas, não há nenhuma referência a planos de escrita ou a assuntos escolhidos para tal empreendimento.

Só voltaria a falar no tema do caboclo como parasita da terra em 20 de outubro de 1914, numa carta relativamente longa quase que totalmente ocupada por esse assunto e na qual há detalhes de suas ideias para a obra. Comenta, inicialmente, os filões não explorados que existem no campo; afirma que não sabe como será essa obra – um romance ou talvez uma série de contos com uma ideia central – e que o caboclo aparecerá como o piolho da serra. Conta ao amigo que está em luta com quatro piolhos, agregados da fazenda, aos quais responsabiliza pelo incêndio das matas da fazenda desse ano. E a carta segue, com Lobato (1957) dando detalhes do que escreveria sobre o caboclo:

Estudo-os. Começo a acompanhar o piolho desde o estado de lêmea, no útero duma cabocla suja por fora e inçada de superstições por dentro. [...] Vê-lo virar menino, [...], queimar o primeiro mato, [...], casar e passar a piolhar a serra nas redondezas do sítio onde nasceu, [...]. Contar a obra de pilhagem e de predação do caboclo. A caça nativa que ele destrói, as velhas árvores que ele derruba, as extensões de matas lindas que ele reduz a carvão. [...]

Queima toda uma face de morro para plantar um litro de milho. [...] Um dia aparece o pó da Pérsia que afugenta a piolhada: o italiano. Senhorea-se da terra, cura-a, transforma-a e prospera. O piolho, afugentado, vai parasitar um chão virgem mais adiante.

Como você vê, não é fantasia nem carocha. É uma coisa que está aí e ninguém vê por causa do tal prisma. Rangel, é preciso matar o caboclo que evoluiu dos índios de Alencar e veio até Coelho Neto [...] (LOBATO, 1957, t. 1, p. 363-364).

E termina essa carta dizendo ao amigo: “Vamos, Rangel, toca a andar. Quem sabe se estamos *perto*? Às vezes a gente chega inopinadamente”(LOBATO, 1957,t. 1, p. 365, grifo do autor).

Quando Monteiro Lobato enviou esta carta a Rangel, muito provavelmente a outra, enviada ao jornal, também já estava pronta, ou pelo menos já bastante gestada, posto que, em **Velha praga** há um pequeno trecho que diz: “À hora em que escrevemos, fins de outubro, chove” (LOBATO, 2009, p. 159). Assim começa o sexto parágrafo do artigo. Porém, na leitura da carta enviada a Rangel, a impressão deixada foi de que o projeto de escrever sobre o caboclo ainda era um embrião; que o escritor ainda estava estudando seu tema.

O que teria levado Lobato a escrever tão rápido e enviar para o jornal, se o projeto inicial era um livro – um romance ou uma coletânea de contos? Teriam sido seus aborrecimentos com os camponeses e com os agregados, a quem dizia dever o incêndio de suas matas? Anos mais tarde ele confessaria a Rangel ter descoberto ser a indignação sua melhor inspiração: “[...] verifiquei que só escrevo coisas que prestem quando sob a influência da indignação. É a minha musa, a Cólera!” (LOBATO, 1957, t. 2, p. 213). Ou foi uma aposta do escritor nos seus instintos, na sua veneta, como ele gostava de dizer: “Meu hábito em tudo é por de lado métodos e seguir as intuições da veneta. Acho a veneta algo muito sério e misterioso, Rangel. É como se uma força dentro de nós cochichasse” (LOBATO, 1957, t. 1, p. 13); e quis fazer um teste para ver a aceitação do tema e de seu estilo?

Ou talvez sua intenção fosse criar polêmica ao confrontar a imagem romantizada do caboclo com a sua, no seu estilo Balzac de dizer direto:

Rangel, Rangel! Balzac me assombra É gênio dos absolutos. [...] Pinta a largas espatuladas. Diz o essencial, [...] mas não alisa a pedra, não usa lixas, não lhes enfraquece a grandeza. Que tipos! Que prodígios! Que coerência! Que fertilidade! Que mina! Que celeiro de ideias e imagens! Que multidão de gente viva estua dentro de seus romances! (LOBATO, 1957, t. 1, p. 354-355).

Muito já se falou sobre o momento da criação do Jeca Tatu e do fato de Lobato estar revoltado com os colonos, com problemas na fazenda e coisas do gênero; todas as razões que colocam seu lugar de fala na posição do fazendeiro que usou a literatura para fazer um desabafo, versão criada e alimentada pelo próprio escritor.

Segundo Martins (1998):

A curiosidade acerca dos bastidores da criação literária vem de longe no que se refere à obra lobatiana. Não foram poucos os que buscaram motivos para a criação do Jeca Tatu, por exemplo, no período em que Lobato era fazendeiro (MARTINS, 1998, p. 36).

Alves Filho (2003) salienta dois pontos para análise na correspondência citada anteriormente. O primeiro destaque é para a referência de Lobato a deixar que ideias novas, ou como ele denominou, os filões literários, fossem surgindo naturalmente, de um processo inconsciente. O segundo ponto em evidência é a crítica do escritor à alienação das elites, principalmente as urbanas, cultas, intelectuais sabedores de tudo o que se passava na Europa, mas sem conhecer de fato as coisas da terra.

Como afirma Alves Filho (2003), Monteiro Lobato, leitor atualizado que era, certamente conhecia as “teorias sociais” de seu tempo, teorias racistas como as de Louis Agassiz, desacreditadas a partir de meados do século XX, que apontavam a degeneração das raças como resultado da mestiçagem. O naturalista suíço, após visitar o Brasil em 1868, escreveu em seu livro, intitulado **A journey in Brazil**, o seguinte: “Qualquer um que duvide dos males da mistura de raças [...] venha ao Brasil. Não poderá negar a deterioração decorrente da amálgama das raças mais geral aqui que em qualquer outro país do mundo...” (SCHWARCS, 1993, p. 13 apud ALVES FILHO, 2003, p. 52).

A essas teorias apreendidas nos livros somaram-se concepções do experienciado, do vivido, como aponta Alves Filho (2003), desde a infância, no convívio com os mestiços moradores e trabalhadores rurais, ou agregados, das fazendas de sua família. Gestou no seu inconsciente a imagem de um caboclo fruto das teorias que absorvera das leituras amalgamadas com suas experiências, “tendo por parâmetro sistema de valores derivado de sua situação de classe” (ALVES FILHO, 2003, p. 53). E concluindo, o sociólogo afirma: “Juntei elementos que me possibilitaram teorizar: O Jeca Tatu parece ser produto do encontro entre teorias em voga nas primeiras décadas do século XX – que Lobato conhecia – com representações que ele adquiriu no vivido” (ALVES FILHO, 2003, p. 53).

Como já mencionado anteriormente, é no artigo **Urupês** que o esboço da figura do camponês ganha forma definida, a que ficaria cristalizada no imaginário

brasileiro como representativa do homem rural; uma imagem construída, segundo o próprio criador, a partir de sua visão de fazendeiro: “Se não tivesse virado fazendeiro e visto como é realmente a coisa, o mais certo era estar lá na cidade a perpetuar a visão erradíssima do nosso homem rural” (LOBATO, 1956, t. 1, p. 364-365).

Acerca das construções feitas inconscientemente, no vivido, ou seja, no que diz respeito à imagem do caboclo nascida das construções lobateanas do ponto de vista do fazendeiro, fomos buscar elementos no trabalho de Antonio Candido (1918-2017), **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida** – com o propósito de estabelecermos um parâmetro entre a concepção de Monteiro Lobato da realidade rural e as pesquisas desse renomado sociólogo.

O estudo de Candido, realizado nos anos de 1948 e 1954, no município de Bofete, interior do estado de São Paulo, tinha por objetivo conhecer, em linhas gerais, quais seriam e como eram obtidos os meios de vida num grupamento de caipiras; de que forma estariam ligados socialmente, como refletiriam suas formas de organização e ajuste ao meio. “Pareceu conveniente, para compreender os demais aspectos da cultura caipira, adotar um ponto de partida situado no nível modesto mas decisivo da realidade econômica” (CANDIDO, 2010, p. 21).

Primeiramente Candido (2010) procura distinguir os termos **rústico** e **caipira** quando assevera que:

No caso brasileiro, rústico se traduz praticamente por *caboclo* no uso dos estudiosos, tendo provavelmente sido Emílio Willems a utilizar de modo coerente a expressão *cultura cabocla*; e com efeito aquele termo exprime as modalidades étnicas e culturais do referido contato do português com o novo meio. Entretanto, no presente trabalho o termo *caboclo* é utilizado apenas no primeiro sentido, designando o mestiço próximo ou remoto de branco e índio, que em São Paulo forma talvez a maioria da população tradicional. Para designar aspectos culturais, usa-se aqui *caipira* que tem a vantagem de não ser ambíguo (exprimindo desde sempre um modo de ser, um tipo de vida, nunca um tipo racial), e a desvantagem de restringir-se quase apenas, pelo uso inveterado, à área de influência histórica paulista. Como neste estudo não saímos dela, o inconveniente se atenua (CANDIDO, 2010, p. 27).

Temos, portanto, que o termo **caipira** é mais abrangente que **caboclo** e se refere aos aspectos culturais de diferentes grupos étnicos, não apenas aos grupos cuja descendência se deve à mestiçagem de brancos e índios, que é ao que o termo **caboclo** se refere. Para exemplificar, Candido (2010) cita a obra **Conversas ao pé**

do fogo, de Cornélio Pires, na qual o autor descreve o **caipira branco**, o **caipira caboclo**, o **caipira preto**, o **caipira mulato**; e afirma que essa seria a maneira correta de usar esses termos porque propõe a incorporação desses diferentes tipos étnicos ao universo da cultura rústica de São Paulo, em um processo que integrou esses diferentes grupos em um conjunto bastante uniforme, e que, segundo ele, poderia se chamar **acaipiramento** ou **acaipiração**.

Quando Monteiro Lobato (1914) fala do homem rural em **Velha praga**, usando, por várias vezes a expressão “caboclo queimador de mato”, ele estaria se referindo ao caboclo – mestiço de branco e índio, perceptível na expressão “barba rala”, segundo Alves Filho (2003); e que, de acordo com a pesquisa de Candido (2010), forma talvez a maioria da população tradicional de São Paulo. “Jeca Tatu é, [...], segundo os fatores mais estruturais da descrição até aqui considerada, um caboclo de barba rala (produto da mestiçagem de branco com índio), [...]” (ALVES FILHO, 2003, p. 31).

Lobato não foi o primeiro a retratar as condições de vida e os tipos humanos das regiões rurais do Brasil. Antes, cronistas e viajantes como Saint Hillaire, várias vezes citado na pesquisa de Antonio Candido (2010), já haviam descrito o isolamento, a ociosidade, a ignorância e o abandono em que viviam essas populações. Contudo, a representação dos traços físicos e comportamentais desses brasileiros mantinha-se inexecuível, fosse por meio da escrita ou por meio de imagens, em razão das grandes distâncias, tanto territoriais quanto socioculturais que separavam as populações das diferentes regiões do Brasil. Mas, apesar das referidas distâncias, pode-se verificar nos relatos semelhanças de hábitos, habitação e de crenças.

Passaremos, agora, a uma análise comparativa de alguns trechos dos artigos de Monteiro Lobato com as descrições feitas na pesquisa de Candido (2010).

“É de vê-lo surgir a um sítio novo para nele armar sua arapuca de “agregado”; nômade por força de vagos atavismos, não se liga à terra como o campônio europeu: “agrega-se”, [...]” (LOBATO, 2009, p. 161). Sobre o termo **agregado**, Alves Filho (2003) buscou em Aurélio Buarque de Holanda sua definição, e nos coloca que, dentre as 12 (doze) definições que constam da edição de 1999 do **Novo Dicionário Aurélio**, é a décima primeira que melhor se aplica ao caso em questão, pois exprime o significado em que o termo é mais comumente usado nas regiões agrícolas do Estado de São Paulo; definindo “aquele que vive em fazenda ou sítio,

prestando serviços avulsos, sem ser propriamente um empregado. É com este significado, perpassado por 'ideologia patronal', que Lobato emprega o adjetivo em questão; [...]” (ALVES FILHO, 2003, p. 31, grifo do autor).

Sobre isso, em sua pesquisa, Candido (2010) aponta algumas classificações. Ele divide primeiramente em dois grupos os habitantes das zonas rurais: o morador permanente e o transitório. Para o morador permanente, a denominação é a de sitiante ou a de fazendeiro, dependendo da natureza da ocupação e da designação corrente de moradia: sitiante é o morador do sítio, de sua propriedade ou por arrendamento; o fazendeiro é aquele que tem a propriedade da fazenda, do sítio ou da sesmaria. Os termos fazenda e sítio diferem, normalmente, quanto ao tamanho e importância da propriedade e se emprega ou não mão de obra estranha à família; sendo que a fazenda “pressupõe a coexistência de pessoas não pertencentes à família, em número variável, e o contato mais seguido com núcleos de população concentrada” (CANDIDO, 2010, p. 74). A importância da participação dos membros da família no trabalho rural varia segundo os tipos de ocupação da terra, sendo maior entre os moradores transitórios e menor nas fazendas, onde o fazendeiro tem participação ativa na vida pública visto que pertence a um sistema aberto de compra e venda; enquanto no outro extremo ficam os moradores transitórios, cujo contato com outros é bem menor, às vezes raro, e sua produção é, basicamente, de subsistência.

Quanto ao habitante transitório (aquele que mais nos interessa aqui), há três escalas de classificação: o cultivador nômade, cuja natureza de ocupação é precária e a moradia é chamada capuava; o agregado, com ocupação consentida, e o posseiro, com a ocupação de fato e, assim como para os nômades, a moradia de ambos é designada por capuava. Nas palavras de Candido (2010):

Chama-se transitório o morador que, não tendo títulos legais, pode a cada momento perder a terra onde mora. As origens da sua fixação podem ser muitas; em nossa formação destaca-se o foragido das autoridades, por infrações quaisquer, e, por isso mesmo, interessado em se isolar. O agregado, como se sabe, distingue-se do posseiro porque tem permissão do proprietário para morar e lavrar a terra, sem qualquer paga salvo alguma prestação eventual de serviço. O posseiro não tem permissão e frequentemente ignora a situação legal da terra que ocupa [...] (CANDIDO, 2010, p. 73-74).

Excetuando-se os latifúndios, mantidos com trabalho escravo, irradiou-se pelo território paulista a forma de ocupação do proprietário ou posseiro, relativamente

estável, cuja manutenção da propriedade era baseada no trabalho da família e na cooperação entre vizinhos, muitas vezes na forma de mutirões, visto que, na sua maioria absoluta, esses proprietários eram desprovidos de recursos econômicos. As indústrias domésticas eram a principal fonte de produção de utensílios, roupas e de manipulação de alimentos, por exemplo; e o cumprimento de tarefas de urgência, principalmente, como combate a incêndios, plantio e colheita, trabalhos vinculados a um calendário agrícola e que, dessa forma, requerem sua realização em períodos determinados pelas condições climáticas, eram baseados na colaboração vicinal. Essa configuração mantinha a autossuficiência da família em relação ao agrupamento e deste em relação a outros grupos mais distantes.

Paralelamente a esses dois elementos de fixação, cabe aqui ressaltar a presença de grande quantidade de terras disponíveis que, segundo Candido, desempenhavam duplo e contraditório papel. Por um lado, permitia o reequilíbrio de situações tornadas economicamente difíceis, em virtude das divisões das propriedades por motivo de herança ou em face da impossibilidade de provar sua posse; por outro, tornaram-se um estímulo à mobilidade do caipira. E, para o sociólogo, esses dois fatores são bem mais relevantes para explicar a impermanência do camponês do que sua instabilidade pura e simples, que lhe é atribuída, usando sua mestiçagem e a ascendência indígena como determinantes desse caráter nômade - condições sociais, portanto, em vez dos aspectos biológicos atribuídos à condição do caboclo.

Candido (2010) assinala que:

A posse, ou a ocupação de fato da terra, pesou na definição da sua vida social e cultural, compelindo-o, frequentemente, ao *status* de agregado, ou empurrando-o para as áreas despovoadas do sertão, onde o esperava o risco da destruição física ou da anomia social. A respeito desta, invoca-se quase sempre como causa a preguiça, que seria um traço fundamental do caipira e responsável pelo baixo nível de sua vida (CANDIDO, 2010, p. 98).

Para o sociólogo, o caipira típico é o que compõe uma extensa categoria de agricultores que formam grupos sociais mais ou menos fechados culturalmente, muitas vezes sujeitos à necessidade de deslocamentos repentinos, em virtude da posse irregular da terra. “Cultura ligada a formas de sociabilidade e de subsistência que se apoiavam, por assim dizer, em soluções mínimas, apenas suficientes para

manter a vida dos indivíduos e a coesão dos agrupamentos” (CANDIDO, 2010, p. 93).

A compreensão dos níveis de autossuficiência social e econômica dessas sociedades deve considerar a presença de estratificação; onde a camada formada pelos fazendeiros (donos das fazendas de cana-de-açúcar, a princípio, depois de gado e, mais tarde, de café) participava ativamente das atividades de compra e venda, estabelecendo uma estreita relação com o mercado, cujas alterações eram sentidas com maior sensibilidade. Um segundo estrato, formado por proprietários do tipo sitiante que, por vezes, seguiam o ritmo dos fazendeiros e, em outras, se comportavam como os cultivadores instáveis (aqueles que formavam o terceiro estrato), produzindo apenas para consumo próprio ou vendendo seus produtos em escala muito reduzida. “Esta segunda categoria, de sitiantes, posseiros e agregados, é que define plenamente a economia caipira de subsistência [...]” (CANDIDO, 2010, p. 93); em que as atividades se baseiam em condições mínimas.

O estabelecimento dessas formas mínimas de sobrevivência acabou por levar ao anquilosamento de sua cultura e, assim como em sua ascendência indígena, observou-se no caboclo uma inconformidade, uma inadaptação às novas formas de produção, que utilizavam mão de obra servil, a princípio, e posteriormente, a assalariada do imigrante europeu. “O escravo e o colono europeu foram chamados, sucessivamente, a desempenhar o papel que ele não pôde, não soube ou não quis encarnar. E, quando não se fez cidadão, foi progressivamente marginalizado [...]” (CANDIDO, 2010, p. 96).

A presença da cultura caipira pode ser vista nas três camadas mas, para Candido, é na camada intermediária que se localizam as manifestações mais típicas, porém, o caipira típico é aquele que formou uma extensa camada inferior de “cultivadores fechados em sua vida cultural, embora muitas vezes à mercê dos bruscos deslocamentos devido à posse irregular da terra, e dependendo do bel-prazer dos latifundiários para prosseguir na sua faina” (CANDIDO, 2010, p. 95).

O trabalho de Candido (2010) aponta que os vagos atavismos aos quais Lobato se refere, quando fala do nomadismo do caboclo, não se devem unicamente à sua descendência do bandeirante português que miscigenou com o índio. O caboclo não se tornou um nômade em razão da herança genética e cultural do índio e da função primária do bandeirante, que era a de desbravar novas terras e, conseqüentemente, não fixar moradia por muito tempo num único lugar. Mais nos

parece que o caráter provisório impregnado na cultura caipira da camada inferior se deve à provisoriedade da posse da terra. “Expulso da sua posse, nunca legalizada; despojado da sua propriedade, cujos títulos não existiam, por grileiros e capangas – persistia como agregado ou buscava sertão novo, onde tudo recomeçaria” (CANDIDO, 2010, p. 96-97). “Um terreirinho descalvado rodeia a casa. O mato o beira. Nem árvores frutíferas, nem horta, nem flores – nada revelador de permanência” (LOBATO, 2009, p. 170). Essa instabilidade demandava uma existência baseada no mínimo “porque não é sua a terra; porque se o 'tocarem' não ficará nada que a outrem aproveite; [...]” (LOBATO, 2009, p. 172, grifo do autor); ou talvez porque ser expulso da terra já havia se tornado uma questão cultural e, quando isso ocorresse, não haveria muito a ser deixado para trás ou para ser carregado.

No tocante à anomia social atribuída ao caboclo, Monteiro Lobato invocou a preguiça como traço estrutural e condicionante de seu baixo nível de vida. “Seu grande cuidado é espremer todas as consequências da lei do menor esforço – e nisto vai longe. Começa na morada. Sua casa de sapé e lama [...]. Pura biboca de bosquímano. Móvel, nenhuma. [...]” (LOBATO, 2009, p. 170). Porém, segundo Candido (2010), essa interpretação:

[...] merece consideração mais detalhada, não só porque motivou aquele estereótipo, nas representações do homem da cidade, mas porque de fato fez com que o caipira se tornasse muitas vezes desajustado a formas posteriores de trabalho rural, principalmente quando se combinaram outros fatores de ordem biológica, como saúde e nutrição, quase sempre consideradas causas únicas (CANDIDO, 2010, p. 99).

O estereótipo mencionado é o da preguiça, da lei do menor esforço, imputada ao Jeca Tatu e fixada no imaginário social do cidadão como imagem do camponês, que mais tarde, em 1918, Monteiro Lobato atribuiria a aspectos biológicos, como o parasitismo, os quais Candido destaca como não sendo as únicas causas como quase sempre é considerado. Para o sociólogo, esses fatores são também sociais, e ele vai buscar sua origem na formação histórica do estado de São Paulo, onde o tipo humano ideal seria o aventureiro, em torno do qual se estabeleceram tendências sociais peculiares. “Aventureiros foram tanto os homens de prol quanto os pobres-diabos; os brancos e os mamelucos; os chefes e os apaniguados – irmanando-se na vida precária imposta pela mobilidade, num igualitarismo forçado, [...]” (CANDIDO,

2010, p. 99), uma das condições que dificultaram o surgimento de uma organização aristocrática, tendência surgida posteriormente com o implemento da lavoura escravocrata do café. Esse igualitarismo forçado legou ao caipira não apenas o caráter sumário e provisório do acampamento, mas também um sentido de igualdade, que o fez rejeitar a subordinação e a heteronomia, mais facilmente observadas no negro escravo ou ex-escravo, ou no colono europeu já previamente adaptado à rígida hierarquização da sociedade rural.

Sobre a preguiça, ou como coloca Candido (2010), a ociosidade – o verdadeiro flagelo do século XVIII – as origens estariam na escravidão indígena dos três primeiros séculos, cuja imagem ficou vinculada à concepção de trabalho comandado e ininterrupto, depreciativo para o caboclo que se esforçou para se distanciar de atividades que o confundissem com seus ancestrais nativos, ainda que a consequência dessa rejeição fosse a ociosidade. E quando a sedentarização determinou um rearranjo dos padrões e uma ressignificação dos valores sociais, os fundamentos da cultura caipira começaram a se configurar, a partir de um esboço que surgiu com a colonização. Enquanto as camadas superiores afazendaram-se em consequência do cultivo da cana-de-açúcar e da mão de obra escrava, as outras “contribuíram com uma cota apreciável de desocupados, de aventureiros deixados sem enquadramento pela desbandeirização (se for permitido o termo), e que contribuíram para a massa de agregados, posseiros, desbravadores, [...]” (CANDIDO, 2010, p. 100). O sociólogo acrescenta:

O recrutamento, as expedições oficiais ou oficiosas ao sertão remoto, as guerras do Sul na segunda metade do século XVIII e começo do século XIX parecem ter canalizado as formas mais desordenadas dessa perigosa vadiagem, [...].

De qualquer modo, ficaram no caipira não apenas certo pendor para a violência, como marcas nítidas de inadaptação ao esforço intenso e contínuo (CANDIDO, 2010, p. 100).

Contudo, essa perspectiva seria mais uma a ser considerada, uma vez que Candido (2010) aponta também determinantes econômicas e culturais dessa condição do caboclo que, pare ele, não deve ser considerada como “vadiagem, mas desnecessidade de trabalhar, que é outra coisa e, no caso, mais importante para caracterizar a situação” (CANDIDO, 2010, p. 100). Entre essas determinantes, distingue-se a já mencionada economia de subsistência somada à grande quantidade de terras virgens e extraordinariamente férteis. Cultivava-se apenas o

necessário para a sobrevivência, com mínima ou inexistente comercialização da produção; aliado a isso, a abundância de terras cultiváveis garantiam a recriação das condições favoráveis de plantio em caso de empobrecimento das terras antigas pelo uso de técnicas precárias, como as queimadas. Assim fazendo, o caipira recriava “as condições anteriores, não apenas de produtividade, como de isolamento, perpetuando a autossuficiência e tornando desnecessária a introdução de hábitos mais rigorosos de trabalho” (CANDIDO, 2010, p. 102). Também o tipo de cultura estava associado à posse da terra. Observou-se que o cultivador instável realizava apenas o plantio do que poderia ser colhido em poucos meses, como milho e feijão:

Vemos aí que o tipo de apropriação influi sobre a atividade agrícola, e ambos sobre a organização social – dificultando o progresso técnico e o aparecimento de formas mais ricas de contato inter-humano. Além disso, facilitam a mobilidade e a incerteza, que prolongam em nível precário o espírito de aventura e a repulsa ao trabalho (CANDIDO, 2010, p. 102).

A esse excerto da pesquisa de Candido (2010), podemos relacionar a passagem do artigo **Urupês**, na qual Monteiro Lobato associa a preguiça do Jeca às benesses da mandioca.

Da terra só quer a mandioca, [...] por ser um pão já amassado pela natureza. Basta arrancar a raiz e deitá-la nas brasas. Não impõe colheita nem exige celeiro. O plantio se faz com um palmo de rama fincada em qualquer chão. Não pede cuidados. Não a ataca a formiga. A mandioca é sem-vergonha. Bem ponderado, a causa principal da lombeira do caboclo reside nas benemerências sem conta da mandioca. [...] Mas enquanto dispuser de um pão cujo preparo se resume no plantar, colher e lançar sobre brasas, Jeca não mudará de vida. [...] Há bens que vêm para males. A mandioca ilustra esse avesso do provérbio (LOBATO, 2009, p. 172).

Com perspicácia e ironia, tão peculiares, e em traços bastante caricaturais, Monteiro Lobato desenha, no artigo **Urupês**, o que Candido (2010) assinala em sua pesquisa: para o criador do Jeca, a fertilidade da terra é inversamente proporcional ao esforço em cultivá-la; para o sociólogo, como a vida do caipira se estabilizou em torno de padrões mínimos, o agricultor foi inserido em um círculo fechado, desfavorável ao desenvolvimento de atividade intensa: “o desamor ao trabalho estava ligado à desnecessidade de trabalhar, condicionada pela falta de estímulos prementes” (CANDIDO, 2010, p. 102), pois o mínimo necessário à sobrevivência era

obtido com o mínimo de trabalho, ou, nas palavras de Candido (2010), o desamor ao trabalho era diretamente proporcional à desnecessidade de trabalhar.

Tendo se estabilizado, nos planos biológico e social, em torno de padrões mínimos, a cultura caipira deixava uma grande margem de tempo livre para o lazer. “O lazer era parte integrante da cultura caipira; condição sem a qual não se caracterizava, não devendo, portanto, ser *julgado* no terreno ético, isto é, ser *condenado* ou *desculpado*, segundo é costume” (CANDIDO, 2010, p. 102-103, grifo do autor).

No que se refere à dieta, o escritor também se aproxima bastante da realidade do caipira quando escreve em seu artigo: “Outro precioso auxiliar da calaçaria é a cana. Dá rapadura, e para Jeca, simplificador da vida, dá garapa. [...], torce a pulso sobre a cuia de café um rolete, [...]; açucara assim a beberagem, [...]” (LOBATO, 2009, p. 172). O sociólogo assinala que:

Pela manhã toma café simples. A expressão é não raro eufêmica, pois grande número de parceiros bebe, sob essa designação, um pouco de pó fervido na garapa, que faz assim as vezes de água e açúcar. A quantidade de pó varia, conforme as posses de cada um, costumando-se, mesmo, beber garapa fervida sem ele. O café propriamente dito é, em muitas casas, reservado para visitas e ocasiões especiais. Nas festas é de rigor, e o homem da cidade nem sempre compreende como a sua ocorrência nelas pode, por si só, constituir atrativo (CANDIDO, 2010, p. 149).

A religiosidade do caipira também cabe nesta análise posto que influenciava a quantidade de horas trabalhadas e o tipo de plantio, e foi também objeto da atenção de Monteiro Lobato na construção do seu camponês, bem como de Candido (2010) em sua pesquisa. Sobre as crenças do Jeca, Lobato escreveu no seu artigo, **Urupês**, que “Todos os volumes do Larousse não bastariam para catalogar-lhe as crendices, e como não há linhas divisórias entre estas e a religião, confundem-se [...], não havendo distinguir onde para uma e começa outra” (LOBATO, 2009, p. 176). Candido relata a “observância dos dias de guarda – os dias *desastrosos*, nos quais se acredita que o trabalho pode causar prejuízos graves, devido ao desrespeito pela norma religiosa” (CANDIDO, 2010, p. 103, grifo do autor). Esse sociólogo menciona ainda a existência de um calendário especial, que nem sempre coincidia com o da Igreja, por esta haver reduzido a quantidade de dias santificados, e o caipira manter a tradição, havendo a suspensão do trabalho em vários dias dedicados a diferentes santos. Além disso, Candido (2010) cita F. Nardy Filho e seu

estudo sobre a cultura religiosa da área ituana, que afirmou haver rezas diárias e muito pouco trabalho durante o mês de maio, consagrado à Santa Cruz pelos habitantes da zona rural dessas localidades. Assim escreveu Nardy Filho (1953 apud CANDIDO, 2010):

Se para a maioria a semana conta seis dias úteis, para o nosso jeca conta apenas quatro. No sábado ele não vai à roça, fica em casa preparando os seus aviamentos de caça e pesca, ou em preparativos para ir no domingo à vila; na segunda ele descansa da canseira do domingo (NARDY FILHO, 1953 apud CANDIDO, 2010, p. 103).

Para finalizarmos essa breve análise comparativa, podemos afirmar que a autonomia econômica do caipira baseada em padrões mínimos de subsistência, aliada à abundância de terras férteis e de fácil cultivo; aos fatores históricos do início da colonização do estado de São Paulo com o bandeirismo; à falta de mecanismos de comprovação da posse da terra; e até a fatores como as crenças religiosas, favoreceram “tanto o melhor ajustamento ecológico possível a uma situação alimentar medíocre, quanto a integração social mais plena (CANDIDO, 2010, p. 193). Ao elaborar seus mecanismos de equilíbrio ecológico e social, o caipira se adaptou a eles como sua própria razão de existir, enquanto cultura e sociabilidade. “Daí o *atraso* que [...] criou tantos estereótipos, fixados sinteticamente de maneira injusta, brilhante e caricatural, já no século XX, no Jeca Tatu de Monteiro Lobato” (CANDIDO, 2010, p. 96, grifo do autor).

Temos, até aqui, alguns argumentos que nos permitem apontar que, na criação do Jeca, Lobato mesclou suas gestações inconscientes, fruto do convívio e observação dos modos de vida do camponês, trabalhador ou agregado, das fazendas de sua família – cujo parâmetro de comparação eram os valores de sua posição social –, com as teorias sociais, aceitas no início do século XX, que apontavam a miscigenação como fator de enfraquecimento da população. Essa argumentação se baseia também em Alves Filho (2003), que afirma: “Juntei elementos que me possibilitaram teorizar: o Jeca Tatu parece ser produto do encontro entre teorias em voga nas primeiras décadas do século XX – que Lobato conhecia – com representações adquiridas no vivido” (ALVES FILHO, 2003, p. 53).

Monteiro Lobato também usou seu talento para a pintura, mais precisamente a caricatura e, portanto, exagerou muito nos traços do personagem. Esse exagero, essa acidez, além de vir a se tornar uma característica inconfundível na escrita de

Lobato, tinha também o objetivo de provocar a intelectualidade brasileira que, segundo Alves Filho (2003), se orientava por variáveis exógenas em detrimento das endógenas.

2.3 O PRISMA QUE DESNATURA AS REALIDADES

Entre os olhos do brasileiro culto e as coisas da terra há um maldito prisma que desnatura as realidades. E há o francês, o maldito macaqueamento do francês (LOBATO, 1957).

Outro ponto desse percurso que destacamos para análise é a crítica de Monteiro Lobato à alienação do brasileiro culto – “contradição entre o pensamento erudito e a realidade social, mediada pelo ‘francesismo’” (ALVES FILHO, 2003, p.54, grifo do autor). Acreditamos que o escritor incluía no grupo ao qual ele chamava de “brasileiro culto”, que enxergava a realidade sob “um maldito prisma que desnatura as realidades” e que pautava sua conduta pelos moldes europeus, mais comumente pelos padrões franceses, os literatos, os jornalistas e os políticos. Nos textos do escritor, dois trechos da escrita de Lobato podem corroborar com nosso entendimento: “A gente da cidade – como são cegas as gentes das cidades! Esses doutores, esses escrevedores nos jornais, esses deputados, [...]” (LOBATO, 1947, não paginado apud ALVES FILHO, 2003, p. 75). “A nossa literatura é fabricada nas cidades por sujeitos que não penetram nos campos de medo dos carrapatos” (LOBATO, 1957, t. 1, p. 364).

Assim sendo, afirma Alves Filho (2003), era natural que Lobato, na construção da imagem do homem rural, quisesse mostrar o que ele via e fazer uso do seu lugar de fala e, em vez dos aspectos positivos, destacasse os aspectos negativos representando o Jeca como uma caricatura, definindo-o pelo excesso, com formas e traços deformados, de maneira grotesca e, para alguns, cômica. Alves Filho acrescenta que pôr em evidência determinados aspectos significa ocultar outros e observa que “um modo de ver é também um modo de não ver; o enfoque sobre o objeto 'A' implica no desenfoque sobre o objeto 'B'” (MERTON, 1970 apud ALVES FILHO, 2003, p. 53).

Se eu não houvesse virado fazendeiro e visto como é realmente a coisa, o mais certo era estar lá na cidade a perpetuar a visão erradíssima do nosso

homem rural. O romantismo indianista foi todo ele uma tremenda mentira; e morto o indianismo, os nossos escritores o que fizeram foi mudar a ostra. Conservaram a casca... Em vez de índio, caboclo (LOBATO, 1957, t. 1, p. 364- 365).

Esse paradoxo entre nossa realidade social e a francofilia das elites urbanas que, para Lobato, pensavam o Brasil de fora para dentro, enxergavam o país com os olhos dos arquétipos estrangeiros, principalmente os franceses, e concebiam a identidade nacional condensada na imagem do caboclo, baseada em padrões extraídos dos livros europeus, como a teoria do bom selvagem de Rousseau foi, então, mais um alvo das críticas de Monteiro Lobato (ALVES FILHO, 2003).

Os dois artigos, principalmente o segundo, de acordo com a análise de Alves Filho (2003), permitiram chamar a atenção para assuntos bem mais intrincados do que os que ocupavam apenas superficialmente as produções literárias de então, pois, segundo o sociólogo e professor, para além da estereotipada preguiça, Lobato procura revelar questões fundamentais da nossa formação como sociedade, que por essa razão são, ainda na atualidade, tema de inúmeras análises. Questões como o já mencionado estado de alienação das elites, cujo parâmetro para entender o país vinha de fora, da Europa; ou o já corrompido sistema eleitoral; ou ainda a situação de abandono dos Jecas e o descaso com sua condição miserável.

Monteiro Lobato (2009) deixa clara sua crítica ao comportamento alienado das elites já no primeiro parágrafo, quando aponta a preocupação da sociedade letrada com a guerra na Europa – a Primeira Guerra Mundial – mas não enxerga o que acontece aqui: “Andam todos em nossa terra por tal forma estonteados com as proezas infernais dos belacíssimos 'vons' alemães, que não sobram olhos para enxergar males caseiros” (LOBATO, 2009, p. 159). E, na continuação do parágrafo, se coloca como aquele que tenta abrir os olhos das pessoas para o que ele chamou de males caseiros: “Venha, pois, uma *voz do sertão* dizer às gentes da cidade que se lá fora o fogo da guerra lavra implacável, fogo não menos destruidor devasta nossas matas, com furor não menos germânico” (LOBATO, 2009, p. 159, grifo nosso). O autor acrescenta ainda:

Preocupa à nossa gente civilizada o conhecer em quanto fica na Europa por dia, em francos e cêntimos, um soldado em guerra, mas ninguém cuida de calcular os prejuízos de toda a sorte advindos de uma assombrosa queima destas. As velhas camadas de húmus destruídas; os sais preciosos que, breve, as enxurradas deitarão fora, rio abaixo, via oceano; o rejuvenescimento florestal do solo paralisado e retrogradado; a destruição

das aves silvestres e o possível advento de pragas insetiformes; a alteração para pior do clima com a agravação crescente das secas; os vedos e aramados perdidos; o gado morto ou depreciado pela falta de pastos; as 101 particularidades que dizem respeito a esta ou aquela zona e, dentro delas, a esta ou aquela 'situação' agrícola.

Isto, bem somado, daria algarismos de apavorar; infelizmente no Brasil subtrai-se; somar ninguém soma (LOBATO, 2009, p. 160, grifo do autor).

Nesse excerto, pudemos entrever, além de um acurado conhecimento de ecologia e das consequências desastrosas dos possíveis desequilíbrios ambientais provocados pela prática das queimadas, uma crítica ao poder público. Segundo Azevedo et al. (2000), havia por trás dessas palavras bem mais que os interesses pessoais do fazendeiro; havia também uma denúncia à incapacidade do governo e dos grandes proprietários de terra na adoção de posturas mais modernas e econômica e ecologicamente mais sustentáveis, ou seja, “um desenvolvimento que não se fizesse à custa de deixar um rastro de áreas decaídas como acontecera com o próprio Vale do Paraíba” (AZEVEDO; CAMARGOS; SACCHETTA, 2000, p. 31).

Para melhor posicionarmos historicamente essa questão, buscamos uma breve contextualização da situação econômica do Vale do Paraíba nos anos finais do século XIX e no início do século XX. Segundo Xavier (2010), o Vale do Paraíba assumiu a posição central da produção de café no Estado de São Paulo desde o início dessa atividade. Os barões do café, como eram chamados os fazendeiros na época, tinham, por sua condição econômica, o controle político do Império, cuja base de produção era o latifúndio com emprego de mão de obra escrava. Várias mudanças circunstanciais, ocorridas na época, influenciaram a perda do status da referida região. Podemos citar a crise do regime monárquico e a consequente proclamação da república; e a abolição do regime de escravidão que gerou a necessidade da implementação do trabalho assalariado, como os principais acontecimentos de natureza política e econômica. Mas há também a questão ambiental, que teve efeitos diretos na queda de produtividade da lavoura cafeeira.

Segundo Boris Fausto (apud XAVIER, 2010):

[...] a crise do Vale nasceu da devastação dos solos, o que provocou o declínio da produtividade dos cafezais e do valor das terras. A riqueza se concentrou então, no estoque de escravos que tendia a se reduzir e acabar com a Abolição. Ao longo das décadas de 1880 e 1890, essas circunstâncias favoreceram a expansão cafeeira do Oeste Novo, contudo, na paisagem regional, ficaram os traços de uma ascensão social de meio século que se transformou numa acelerada decadência (FAUSTO, 1997, p. 197 apud XAVIER, 2010, p. 20).

O empobrecimento do solo pela monocultura do café; as práticas agrícolas atrasadas, e a descoberta de um solo mais favorável ao desenvolvimento dessa planta – a terra roxa – levaram a decadência ao Vale do Paraíba, deixando fazendas empobrecidas que, para voltarem a ser produtivas, exigiriam vultuosos investimentos que a “maioria dos fazendeiros não possuía. Era preciso modernizar, mas as restrições de crédito e as oscilações constantes no preço do café não permitiam que isso ocorresse” (XAVIER, 2010, p. 20). A melhor condição e qualidade dos solos e o emprego de técnicas mais modernas no plantio e no beneficiamento do café promoveram a expansão da economia cafeeira no oeste paulista, segundo Xavier (2010). Ainda de acordo com Xavier (2010), o início da crise da lavoura cafeeira na região do Vale e sua marcha para o oeste do Estado, correspondem aos últimos 20 anos do Império. No oeste paulista, a cafeicultura baseou-se nas relações capitalistas de produção e, nesse atual contexto econômico surge “uma nova burguesia do café que contava com o aparelho do Estado” (XAVIER, 2010, p.20). O fortalecimento econômico desse novo sujeito social, a nova burguesia, excluiu a antiga, a dos barões do café, que passaram a ver, na mudança da Monarquia para a República, a oportunidade de voltar a ocupar sua antiga posição econômica e social (XAVIER, 2010, p. 20-21).

E é nesse contexto histórico, social, econômico (e também literário) que está nosso escritor. Usando sua arte para proferir seus discursos, “Lobato se dividia entre dois objetivos: atender aos interesses dos cafeicultores da referida região, uma vez que era originário dela, e investir seu talento na busca da cultura nacional, [...]” (XAVIER, 2010, p. 21).

A decadência na qual mergulhara o Vale do Paraíba após a onda verde do café mudar-se para o oeste, será tema de seu livro de contos **Cidades mortas** (2009) publicado pela primeira vez em 1919, pela **Revista Brasil**, em que nas edições posteriores foram acrescentados alguns novos contos. O título do livro é também o título de um dos contos, escrito à época em que o então promotor residia em Areias. “Areias, Rangel! Isto dá um livro à Euclides [...]. Areias, tipo de ex-cidade, de majestade decaída. A população de hoje vive do que Areias foi” (LOBATO, 1957, t. 1, p. 167). A tônica do livro é a decadência econômica da região do Vale, a queda da produção cafeeira, e o cotidiano das cidades. Nele, Lobato ataca a realidade política, econômica (e também a pasmaceira literária) daquele tempo descrevendo em cada conto personagens típicos encontrados na sociedade. Fala de uma forma

crítica sobre assuntos recorrentes na época como os efeitos da queda do café na vida daqueles que sobreviviam às custas dele, sobre como era fraca e entediante a literatura da época, chegando até mesmo a citar nomes de autores como exemplo, sobre a desvalorização da honestidade, sobre a crueldade humana, sobre o nacionalismo exagerado (criticando a participação na primeira grande guerra), dentre outras realidades das quais fala com seu jeito tão peculiar, irônico e sagaz, sempre pintando com palavras e lobatizando sua lira.

Em **Ideias de Jeca Tatu** (2008), também publicado pela primeira vez em 1919, os textos defendem uma identidade brasileira e abordam temas diversos que vão das artes plásticas à literatura, da estética à mitologia, sempre com a visão crítica e autêntica de Lobato. O livro reúne 35 artigos do escritor publicados na **Revista do Brasil**, no jornal **O Estado de São Paulo** e, segundo o que próprio Lobato escreveu no Prefácio da 1ª edição, tem uma ideia central que unifica a maioria dos artigos – “um grito de guerra em prol da nossa personalidade” (LOBATO, 2008, p. 23). Esse grito de guerra é contra o macaqueamento francês, forma que usava Lobato para se referir à cópia dos padrões europeus, principalmente os franceses, que as elites procuravam seguir, fosse no vestuário, na arte ou na língua. “[...] imita quem assimila processos. [...]. Quem plagia não imita, macaqueia. E o que os paredros do *dernier cri* fazem não passam de caretas, [...] pinotes de monos glabros em face dos homens e das coisas de Paris” (LOBATO, 2008, p. 23).

O artigo **O Vale do Paraíba – diamante a lapidar** que, segundo nota de rodapé da edição de 2008 do livro **Ideias de Jeca Tatu**, foi incluído na edição de 1946 pelo próprio escritor, Monteiro Lobato critica a (falta de) atenção dispensada a essa região pelos governantes, e fala também sobre novas possibilidades de desenvolvimento econômico para o vale, além de narrar os eventos geológicos que levam à transformação das montanhas em vales, sempre no seu estilo de desenhar com as palavras. Sua aquarela de vocábulos inicia-se assim: “No seu silencioso afã desintegrador vai a Erosão demolindo as orgulhosas montanhas e criando os vales. É a grande fatora do Nivelamento, a pacientíssima obreira duma grande tarefa: transformar a crosta [...] em superfície lisa, [...]” (LOBATO, 2008, p. 217). O autor continua, descrevendo como quem narra, a transfiguração da montanha que, sob o efeitos dos agentes erosivos, resulta nas superfícies planas dos vales. “A Erosão é a mais cruel inimiga das montanhas. Onde existe uma, lá está ela atracada, a corroê-la

mecânica e quimicamente, a rasgá-la de ravinas, [...], e esfarelar-lhe a substância para o acamamento final dos vales” (LOBATO, 2008, p. 217). E segue pintando sua aquarela: “Que é um vale senão o corpo da montanha esmoído e aplastado niveladamente? E o homem recebe esse trabalho da Erosão como a maior das bençãos, porque é no solo assim [...] que ele pode aperfeiçoar as culturas” (LOBATO, 2008, p. 217).

Nos fragmentos do texto, percebe-se o refinado conhecimento do autor a respeito dos fenômenos geológicos, bem como a importância que Lobato (2008) atribui à erosão na formação dos vales, haja vista a escritura da palavra com letra maiúscula, como a personificar o fenômeno. Na sequência, surge a Serra da Mantiqueira e a formação do Vale do Paraíba: “O Vale do Paraíba é, pois, um filho da Mantiqueira – é a própria Mantiqueira desintegrada e aplastada em lençol lado a lado da corrente líquida que lhe constitui o eixo: o Rio Paraíba” (LOBATO, 2008, p. 218).

Porém, isso é apenas um percurso poético para atingir seu real escopo: denunciar o estado de abandono em que se encontra o Vale do Paraíba e apontar novos caminhos para a economia dessa região. “Mas tudo no Brasil ainda está em retardado *fieri*. Apesar de todas as suas vantagens naturais e estratégicas, o Vale do Paraíba só agora começa a erguer-se e a demonstrar o seu imenso valor econômico” (LOBATO, 2008, p. 218). O autor usa vários argumentos para discursar sobre a importância econômica da região; um deles é o nascimento das duas maiores metrópoles brasileiras – Rio e São Paulo – nos extremos desse vale. “Possui, pois, o vale um alto valor estratégico do ponto de vista comercial: o do celeiro colocado entre dois apetites recrescentes. Sua função será, cada vez mais, satisfazer esses apetites: abastecer esses dois grandes mercados” (LOBATO, 2008, p. 218). Lembra, ainda, a atividade cafeeira nas encostas dos morros onde o café era cultivado; mencionando o baixo valor das terras argilosas e inundáveis do vale, onde a cultura não poderia ser desenvolvida por questões edáficas e ecológicas.

A princípio passou por lá o Café, montado na Onda Verde, acampando nas terras mais altas dos contrafortes. As do vale, baixas, de formação argilosa e inundáveis, pouco valiam. [...] Mas o Café passou, na sua marcha atilesca rumo ao roxo terra oestino; como lembrança deixou casarões apalaçados nas cidades e a samambaia e o sapezal na morraria. E o Vale do Paraíba foi caindo na maior desolação (LOBATO, 2009, p. 218-219).

O autor critica o desenvolvimento desorganizado, sem previsões para o futuro: “[...] nunca o Vale do Paraíba foi olhado como 'um sistema', nem estudado na sua verdadeira significação. Como tudo no Brasil, teve um desenvolvimento ao deus-dará, [...]” (LOBATO, 2008, p. 219, grifo do autor). E termina apontando diretamente para aquele que ele considera responsável por enxergar o verdadeiro potencial da região, o Poder Público:

O que a Natureza podia fazer pelo Vale do Paraíba já fez e está fazendo; [...]. Resta que o homem 'condicione' o que falta, porque o que falta já não depende da Natureza, sim, e só, do homem. E não do homem que moureja em contato com a terra, o produtor, sim do que administra o Estado, faz leis, concebe planos de conjunto, prevê desenvolvimentos futuros.

O que o Vale do Paraíba pede é a intervenção construtiva do Estado para a obra, que só ele pode empreender, [...].

Um diamante só se transforma em brilhante depois de lapidado. O Vale do Paraíba só pede lapidação. (LOBATO, 2008, p. 221, grifo do autor).

Fizemos esse desvio no caminho da roça do Juca e do Jeca com o intuito de legitimar a imagem de crítico social atribuída a Monteiro Lobato por vários estudiosos de sua obra, como foi colocado, por exemplo, por Azevedo et al. (2000): “Monteiro Lobato é, acima de tudo, um arguto crítico social, um homem preocupado com os destinos do seu país” (AZEVEDO; CAMARGOS; SACCHETTA, 2000, p. 31).

Outro aspecto que podemos considerar relevante é a forma como a crítica ao caboclo foi desenhada, se comparada com o artigo sobre o abandono do Vale do Paraíba. Na primeira, o que Lobato desenha é uma caricatura, acentuando os traços negativos para contrapor sua imagem à do indianismo romântico; na segunda, o escritor suaviza seus traços, como a pintar uma aquarela. Incorporando um átimo do estilo lobateano, poderíamos dizer que a descrição da formação geológica do Vale do Paraíba estaria mais para uma narrativa e, como tal, uma prosa poética. E, a despeito da crítica ser nominalmente dirigida ao poder público (ao homem que administra o Estado), não se percebe a fúria latente dirigida ao caipira que foi usada, principalmente, no artigo **Urupês**.

Há, por fim, em **Urupês**, a incontestável censura ao sistema eleitoral brasileiro e uma denúncia ao chamado **voto de cabresto**, consequência da corrupção política na Primeira República. “O fato mais importante de sua vida é sem dúvida votar no governo. [...], vai pegar o diploma de eleitor às mãos do chefe Coisada, que lhe retém para maior garantia de fidelidade partidária. Vota. Não sabe em quem, mas vota” (LOBATO, 2009, p. 173).

Alves Filho (2003) afirma que a caricatura que Monteiro Lobato faz dos Neros de pés no chão encerra uma ambiguidade: ao pintar o Jeca parasita da terra, preguiçoso e avesso à civilização, queimador de mato e destruidor do solo, o autor deixa subentendido que a má qualidade da mão de obra brasileira, em especial, a mão de obra do campo, constitui um dos principais obstáculos ao desenvolvimento do país cuja vocação, a seu ver, era essencialmente agrícola. Em oposição, quando descreve as condições miseráveis do caipira, Lobato assinala o descaso com o qual o camponês é tratado.

Jeca não é objeto de nenhuma política efetiva (seja de emprego, saúde, habitação, etc.). Vivendo 'na penumbra das zonas fronteiriças', Jeca não tem papel formal na estrutura produtiva. Em decorrência, Jeca não tem direitos nem bens, Jeca não tem cidadania. Para a sociedade dividida em classes sociais e estruturada em torno do lucro, o Jeca real – o Jeca que vive na miséria – não interessa, não conta, não existe. Sendo assim, ele pode simplesmente ser tocado, 'como se toca um cachorro inoportuno, ou uma galinha que vareja pela sala' (ALVES FILHO, 2003, p. 60).

Ainda segundo Alves Filho (2003), para Monteiro Lobato, o que existe é o Jeca do imaginário dos escritores românticos que “não se metem a palmilhar sertões de Winchester em punho” (LOBATO, 2009, p. 167) e, em vez disso, descrevem o camponês pelas lentes do indianismo de José de Alencar, “com reminiscências de Chateaubriand na cabeça e *Iracema* aberta sobre os joelhos” (LOBATO, 2009, p. 167, grifo do autor). A crítica do escritor quanto a não se enxergar o verdadeiro Jeca é dirigida também a Cornélio Pires que, segundo Lobato (1957), lucrava com a estilização do caboclo, cuja imagem “sentimental, poética, ultra romântica, fulgurante de piadas” (LOBATO, 1957, t. 2, p. 40), era bastante rendosa. “O Cornélio vive, e passa bem, ganha dinheiro gordo, com as exposições que faz do 'seu caboclo'. [...] Ora, meu *Urupês* veio estragar o caboclo do Cornélio – estragar o caboclo” (LOBATO, 1957, t. 2, p. 40, grifo do autor).

O que pudemos retirar das entrelinhas dos vários escritos de (e sobre) Monteiro Lobato, quanto à sua verdadeira intenção com a criação do Jeca Tatu, é que não parece ter havido uma única intenção, mas várias: “Jeca Tatu foi um truque de Lobato. Um truque que deu certo! Com *Velha praga*, o fazendeiro matou vários coelhos com uma só cajadada” (ALVES FILHO, 2003, p. 56). Esses “coelhos” são, segundo Alves Filho (2003): criticar e retificar a visão romântica dos escritores a respeito do brasileiro da zona rural, por idealizarem a identidade nacional centrada

no caboclo e apoiada em arquétipos europeus; apontar a situação de alienação das elites que enxergavam o Brasil por variáveis exógenas; denunciar a condição de miséria e abandono na qual vivia aquele que deveria ser visto como o principal responsável pelo progresso do país, cujas bases produtivas encontravam-se no campo; e por último, e talvez o mais importante para o escritor, testar seu estilo e seu talento literários.

Em face desses argumentos, podemos acreditar que o Jeca Tatu gestado em **Velha praga** e que ganhou corpo em **Urupês** foi sim, no discurso de Monteiro Lobato, produto da mestiçagem; resultado do ambiente, e representação social para os brasileiros cultos, porém, para seu criador, Jeca foi principalmente o caminho para o reconhecimento como escritor de talento.

3 JECA TATUZINHO – DE PARASITA A PARASITADO: A REDENÇÃO DE UM ESTEREÓTIPO

Só progridem os homens do provisório – os que repelem o definitivo. Viver não é sentir, parar, estacionar, deitar – é andar (LOBATO, 1957).

Assim escreve Monteiro Lobato a seu amigo Godofredo Rangel, em carta de 1907. A provisoriidade do pensamento também era uma característica de Monteiro Lobato, ao menos quando se tratava da sua visão a respeito do caboclo.

Quando concebeu seu Jeca indolente e inadaptável à civilização, Lobato expôs seu pensamento, fruto das teorias sociais racistas, aceitas na época, amalgamadas com as suas próprias concepções e experiências, segundo acredita Alves Filho (2003), como já mencionamos.

José Wellington de Souza (2017), em sua tese **Raça e eugenia na obra geral de Monteiro Lobato**, afirma que a obra de Monteiro Lobato, “estava prenhe de uma ambição estilística que a aproximava do realismo moderno, fundado por Stendhal, [...]. Tal realismo, [...], disputava com as ciências sociais o privilégio de possuir o monopólio sobre a definição do real, [...]” (SOUZA, 2017, p. 25).

Na nossa leitura, Monteiro Lobato evidenciou sua concepção do real acerca do camponês brasileiro, na criação do primeiro Jeca, muito insistentemente em duas características: o nomadismo e a preguiça, temas já tratados neste trabalho que, para o escritor, seriam as causas do atraso do país nas questões de economia.

Podemos ver no nomadismo do Jeca Tatu que, para Lobato, devia-se aos “vagos atavismos” (LOBATO, 2009, p. 161) – consequência da mestiçagem de índio e português – que o impedia de ligar-se à terra e fazê-la produzir, uma aproximação do escritor com essas teorias de degenerescência do mestiço as quais Alves Filho (2003) se refere. Ao nomadismo também poderia ser atribuída a falta de respeito ao lidar com a terra: caráter provisório da vida do Jeca, que o levava a agir de forma leviana com as riquezas naturais da fauna, da flora e do solo, numa provável interpretação de Lobato.

José Wellington de Souza (2017): afirma ser dominante, ao menos no âmbito das ciências sociais no Brasil, a ideia de que o racismo foi uma constante na obra de Monteiro Lobato, desde 1914, com os artigos **Velha praga** e **Urupês**, até o romance **O presidente negro: Ou o choque das raças** (1926), com um período não racista

em que o escritor esteve ligado ao higienismo (SOUZA, 2017, p. 44). Também segundo Souza (2017) “para Skidmore a 'reabilitação' do Jeca [com as campanhas higienistas] só foi possível pela ausência de sangue negro na formação racial do personagem” (SOUZA, 2017, p. 32).

Como já mencionado neste trabalho, podemos notar nas cartas trocadas com o amigo Godofredo Rangel toda uma preparação de Monteiro Lobato com o objetivo de se tornar escritor. São muitos os comentários acerca do estilo – daquele que Lobato despreza, o estilo toda gente, e daquele que ele admira – Balzac, Zola, Euclides da Cunha, Camilo Castelo Branco, Machado de Assis, para citarmos alguns. Muitas são também as ideias sobre temas para “um livro profundamente nacional, sem laivos nem sequer remotos de qualquer influência europeia” (LOBATO, 1957, t. 1, p. 326-327). Em todas as passagens de **A barca de Gleyre** (1957) nas quais Lobato comenta com Rangel a respeito do personagem e do conto (ou do livro) que se está gestando dentro dele sobre o caboclo como piolho da terra, não há menção a nenhuma das teorias de cunho racista citadas por Alves Filho (2003), a despeito do uso de termos bastante fortes, ao comentar com Rangel que estuda o camponês, agregado de suas terras, para escrever sua obra, acompanha seu modo de vida desde a gestação e nascimento até sua morte, como no trecho a seguir:

Começo a acompanhar o piolho desde o estado de lêmdea, [...]. Nasce por mãos duma negra parteira, senhora de rezas mágicas de macumba. Cresce no chão batido das choças e do terreiro, entre galinhas, leitões e cachorrinhos, com uma eterna lombriga de ranho pendurada no nariz. Vê-lo virar menino, tomar o pito e a faca de ponta, impregnar-se do vocabulário e da “sabedoria” paterna, provar a primeira pinga, queimar o primeiro mato, matar com a picapau a primeira rolinha, casar e passar a piolhar as serras das redondezas do sítio onde nasceu até que a morte o recolha. Constrói lá uma choça de palha igualzinha à paterna, produz uns piolhinhos muito iguais ao que ele foi, com a mesma lombriga nas ventas (LOBATO, 1957, t. 1, p. 363).

Quanto à preguiça que, sob as lentes dos microscópios de Manguinhos, ganharia nova interpretação, no primeiro Jeca estaria associada a fatores ambientais, como podemos extrair desse trecho:

Bem ponderado, a causa principal da lombeira do caboclo reside nas benemerências sem conta da mandioca. Talvez que sem ela se pusesse de pé e andasse. Mas enquanto se dispuser de um pão cujo preparo se resume no plantar, colher e lançar sobre brasas, Jeca não mudará de vida.

“O vigor das raças humanas está na razão direta da hostilidade do ambiente. Se a poder de estacas e diques o holandês extraiu de um brejo salgado a Holanda, essa joia do esforço, é que ali nada o favorecia. Se a Inglaterra brotou das ilhas nevoentas da Caledônia, é que lá não medrava a mandioca”. Medrasse, e talvez os víssemos hoje, os ingleses, tolhiços, de pé no chão, amarelentos, mariscando de peneira no Tâmis. Há bens que vêm para males. A mandioca ilustra esse avesso do provérbio (LOBATO, 2009, p. 172, grifo nosso).

Ser adepto da lei do menor esforço seria, então, uma prerrogativa não apenas do Jeca Tatu, mas de qualquer um que vivesse em um ambiente tão favorável quanto o nosso – “O vigor das raças humanas está na razão direta da hostilidade do ambiente” (LOBATO, 2009, p. 172) não tendo nenhuma relação, portanto, com a mestiçagem do caboclo. Se holandeses ou ingleses vivessem num país tão favorecido ambientalmente quanto o Brasil, na visão de Monteiro Lobato, seriam tão descansados quantos os nossos jecas.

O estilo antiufanista e antirromântico que se inicia em **Velha praga** e se cristaliza em **Urupês**, segundo Souza (2017) seria uma resposta de Monteiro Lobato “à transformação do 'indianismo romântico' em 'caipirismo romântico', aos 'prismas' através dos quais os Fagundes Varela, Coelho Neto e Júlia Lopes teimavam em repetir no caboclo a imagem do índio de José de Alencar” (SOUZA, 2017, p. 65, grifo do autor), bem como uma tentativa de Lobato de marcar posição no campo literário que esses autores ocupavam.

Menos de um mês depois da publicação do artigo **Urupês**, Monteiro Lobato já mudaria sua forma de dizer, como confessou a Rangel na carta de 16 de janeiro de 1915: “[...], relendo aquilo, assombrei-me com um ror de coisas que hoje eu diria melhor – hoje, Rangel, um mês depois da ejaculação. Como mudamos a galope!” (LOBATO, 1957, t. 2, p. 5).

Acreditamos, no entanto, que as mudanças seriam apenas no estilo, e não na forma de pensar o Jeca, já que na sequência da mensagem ele afirma: “Estilo é como nariz na cara: cada qual o tem como Deus o fez [...] a gente procura, por efeito de mil influências, aperfeiçoar o estilo – aperfeiçoar o nariz” (LOBATO, 1957, t. 2, p. 5-6). E, no último parágrafo da mesma correspondência, menciona que o artigo **Velha praga** já havia sido transcrito em sessenta jornais, e que Cornélio Pires o havia contradito em um jornal de São Paulo acerca de sua imagem do caipira. E, sobre isso, comenta: “É um dos D. Magriços do caboclo Menino Jesus. Frágeis demais os argumentos, mais que isso – tolos” (LOBATO, 1957, t. 2, p. 10).

“Reproduzidos em outros jornais e mais tarde enfeixados em livro, os dois artigos de Lobato acabaram repercutindo no país de alto a baixo, gerando acesa polêmica” (AZEVEDO; CAMARGOS; SACCHETTA, 2000, p. 33). Polêmica criada, não tardaram a surgir os comentários – contra e a favor – da representação da identidade nacional desenhada no Jeca Tatu e, segundo Xavier (2010), surgiram também várias mutações e apropriações de sua figura, como as criadas pelos modernistas e as que o próprio Lobato produziria mais tarde.

Ainda fazendeiro, e agora também escritor conhecido, Monteiro Lobato insere-se definitivamente no mundo das letras graças ao seu polêmico Jeca Tatu, e torna-se colaborador frequente do jornal **O Estado de São Paulo**. E, segundo Azevedo et al. (2000), suas publicações abordando os problemas nacionais suscitavam debates, na medida em que aumentava sua “preocupação em desvendar a realidade de um Brasil desconhecido a que a intelectualidade brasileira teimava em dar as costas” (AZEVEDO; CAMARGOS; SACCHETTA, 2000, p. 35). No entanto, o polêmico escritor confessa ao amigo Rangel, em fevereiro de 1915: “Ando meio enjoado do *Estado*, daquela gravidade conselheiral. [...] Aquela bisca do Fialho inoculou-me o vírus do tudo dizer sem papas, e pôs-me sem válvulas controladoras. Não sirvo para o jornal. Meu campo é o livro, o panfleto [...]” (LOBATO, 1957, t. 2, p. 22).

A despeito desse enjoamento, o escritor continua a colaborar no referido jornal, bem como em outros menores, como **O Povo**, da cidade de Caçapava, onde confidenciou a Godofredo Rangel que era livre para escrever como fazia em **O Minarete**, jornal de seu amigo de Pindamonhangaba. Segundo ele próprio, em **O Povo**, seu tom era natural, normal; já n'**O Estado de São Paulo** havia censores, como se pode verificar a seguir: “O *Estado* é cauteloso. Poda-me os pedaços mais atrevidos e portanto melhores. Baixa o tom das minhas violências” (LOBATO, 1957, t. 2, p. 68).

De acordo com Alves Filho (2003), o sucesso dos artigos **Velha praga e Urupês** encoraja Lobato a investir na indústria do livro. “Não há livros, Rangel, afora os franceses. Nós precisamos entupir esse país com uma chuva de livros. ‘Chuva que faça o mar, germe que faça a palma’, já o queria Castro Alves” (LOBATO, 1957, t. 2, p. 7). E, enquanto os referidos artigos vão sendo publicados em um número cada vez maior de jornais, novos projetos literários vão surgindo.

3.1 A MITOLOGIA BRASÍLICA E O MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA AO MACAQUEAMENTO FRANCÊS

A venda da Fazenda do Buquira, em 1917, leva Monteiro Lobato, definitivamente, em direção ao mundo das letras. Em 1918, instalado em São Paulo, compra a **Revista do Brasil**, periódico mensal que circulou na capital de São Paulo entre os anos de 1916 e 1925, para o qual já escrevia desde seu lançamento em janeiro de 1916. Segundo Milena Ribeiro Martins (2003), em sua tese de Doutorado, intitulada **Lobato edita Lobato: história das edições dos contos lobatianos**: “Dentro de uma certa tradição de estudos sobre periódicos do início do século XX, é comum atribuir-se à Revista do Brasil [...] um lugar diferenciado em relação a outras publicações” (MARTINS, 2003, p. 13), tendo sido, possivelmente, a publicação cultural literária de maior destaque no panorama intelectual paulista durante as décadas de 1910 e 1920, em que os temas eram pensados com objetivo educacional, no sentido de instigar discussões e promover reflexões acerca do universo de preocupações e questões nacionais, fossem sobre artes plásticas, literatura, língua, educação, sociologia, história, etc. O viés nacionalista da revista encontrou eco nas inquietações de Lobato, e sobre isso fala a Rangel o seguinte: “Nasceu de boa estirpe, [...], é a única nesse gênero em todo o país [...]. Já no segundo número devo ocupar-lhe dez páginas com um conto de monjolos e monjoleiros, coisa muito 'buquirana', 'daqui' [...]” (LOBATO, 1957, t. 2, p. 64, grifo nosso), ou seja, para o escritor, coisas do Brasil, da Fazenda do Buquira, “valores da cultura nacional, até então soterrados pelo europeísmo vigente em quase todas as esferas” (AZEVEDO; CAMARGOS; SACCHETTA, 2000, p. 53), cuja filosofia do periódico era resgatar. Esse projeto veio ao encontro das ideias nacionalistas de Lobato, que começou como colaborador, acabando por comprar a **Revista do Brasil** em 1918.

Publicações semanais da edição vespertina de **O Estado de São Paulo**, o **Estadinho**, que resultaram de uma enquete idealizada por Monteiro Lobato sobre o folclórico personagem saci-pererê e que contava com a participação dos leitores, foram organizadas em um livro – **O Sacy-Pererê: resultado de um inquérito**. Esse não é, entretanto, considerado seu primeiro livro, uma vez que seu nome não consta na capa – Lobato assina como Demonólogo Amador – e os textos são de leitores do jornal, que participaram da enquete feita pelo escritor. Segundo ele próprio: “Será

livro popular e de vender bem. De modo que a minha estreia será um livro não assinado e feito com material dos outros. Meu só os comentários, prefácios, prólogos, epílogos [...]” (LOBATO, 1957, t. 2, p. 138). E o assunto Jeca, que parecia meio sumido da correspondência do escritor-editor com seu amigo por escrito, volta à cena na conversa sobre o epílogo do livro do saci, como posto na carta de 08 de dezembro de 1917: “Ontem escrevi o Epílogo, a coisa mais minha que já fiz até hoje – e concludo com a apologia do Jeca. 'Virei a casaca'. Estou convencido de que o Jeca Tatu é a única coisa que presta nesse país. Se o negócio correr bem, editarei outros livros [...]” (LOBATO, 1957, t. 2, p. 160, grifo nosso).

Monteiro Lobato tinha razão sobre as vendas. Segundo Alves Filho (2003), cerca de cinco mil exemplares esgotaram-se em questão de meses e o “‘Demonólogo amador’ convence-se da potencialidade do mercado livreiro” (ALVES FILHO, 2003, p. 66) e também concretiza seus planos de “um livro profundamente nacional, sem laivos nem sequer remotos de qualquer influência europeia” (LOBATO, 1957, t. 1, p. 326-327), ainda que essa sua fala tenha se referido à produção de um livro sobre sua teoria do caboclo como piolho da terra. “Significativamente, por meio de um moleque negro, [...], desprezado pelas elites e até então esquecido por estudiosos, Monteiro Lobato questiona o conceito de civilização à francesa, que a burguesia brasileira insistia em copiar” (AZEVEDO; CAMARGOS; SACCHETTA, 2000, p. 42).

Assim como, para Alves Filho (2003), o Jeca teria sido um truque de Lobato para testar seu autodesacreditado talento de escritor, o inquérito do saci-pererê é outro teste que Lobato faz, agora, na direção do mercado editorial, mas é também uma nova denúncia ao “imitativismo que impregna a mentalidade brasileira, contente em reproduzir, em todos os níveis, o modelo europeu, do qual se torna cópia fajuta” (AZEVEDO; CAMARGOS; SACCHETTA, 2000, p. 36). E no epílogo de **O Sacy-Pererê**: resultado de um inquérito, o pai do Jeca Tatu o traria de volta à cena valendo-se de sua imagem para, mais uma vez, contrapor o nacional ao importado:

Não há ilusões. Não seremos nunca “original” e sim má “cópia”. O partido do plágio erigido em sistema de governo e educação vencerá em toda a linha. Pobre do meu Jeca Tatu, serás suprimido! Negar-te-ão na paz, rebentar-te-ão à dinamite na guerra. Tu maculas com uma nota de originalidade a obra maravilhosa do plágio (LOBATO, 1959, p. 288 apud ALVES FILHO, 2003, p. 66).

À compra da **Revista do Brasil**, segue-se a publicação de **Urupês**, de Monteiro Lobato, livro de contos cuja primeira edição é de junho de 1918, que teve sua tiragem de mil exemplares esgotada em um mês. Traz 12 (doze) contos e um artigo – **Urupês**, através do qual ocorreu a cristalização da figura de Jeca Tatu como representação do caboclo.

Embora com uma ou outra referência ao universo rural, os contos **Os faroleiros** e **O engraçado arrependido** não apresentam personagens caipiras e não são ambientados em meio rural, como acontece com os demais. “Talvez por isso eles tenham sido dispostos lado a lado, na abertura do livro, deixando assim os demais contos formarem um só bloco, unidos pela identidade temática e pela ambientação” (MARTINS, 2003, p. 165).

A ilustração da capa da primeira edição, feita por J. Wasth Rodrigues, é uma referência ao conto **O mata-pau** e se assemelha bastante a um desenho de Lobato feito para o mesmo conto, porém, enquanto o primeiro retrata a condição de parasita dessa árvore, apresentando, portanto, um caráter descritivo, o desenho criado por Lobato ilustra uma passagem do conto, apresentando, assim, um caráter narrativo. E mais, a presença de dois personagens na cena evidenciam a proporção entre os elementos da imagem. Essa análise é feita por Martins (2003), em sua tese de Doutorado, já citada anteriormente. E foi também desse estudo que transcrevemos a “Explicação Desnecessária” que Monteiro Lobato (1918 apud MARTINS 2003) coloca como Prefácio da 1ª edição de **Urupês**.

Entra neste livro de contos uma caricatura que não o é, Urupês. Ela veio solver o tremendo problema batismal. E aqui aproveito o lance para implorar perdão ao pobre Jeca .Eu ignorava que eras assim, meu Tatu, por motivo de doença. Hoje é com piedade infinita que te encara quem, naquele tempo, só via em ti um mamparreiro de marca. Perdoas? O desenho da capa e algumas letras assinadas W. saíram da pena de J. Wasth Rodrigues. O resto é obra de um 'curioso' sem estudos que teve a sensatez de não assiná-los (LOBATO, 1918 apud MARTINS, 2003, p.159).

Desde a primeira edição, **Urupês** caracterizou-se como um enorme fenômeno editorial e cultural, para o qual é difícil encontrar equivalentes no universo literário brasileiro, segundo afirma João Luís Ceccantini (2014): “O brutal impacto de Urupês à sua época, a maneira espetacular como mobilizou a opinião pública e a intelectualidade brasileira, a quantidade de artigos sobre a obra publicados [...] e as polêmicas que criou fizeram história” (CECCANTINI, 2014, p. 44). Com uma

excepcional vendagem para os padrões da época, o livro teria sua segunda edição apenas cerca de dois meses após a primeira, surpreendendo, e muito, o escritor-editor. Lobato conta a Rangel, na carta de 30 de julho de 1918: “Meu livro esgotou-se no dia 26 – exatamente um mês após a saída. Estou a rever as provas da segunda edição – [...]. Não esperei uma saída assim, nem igualmente a boa recepção do público e da crítica (LOBATO, 1957, t. 2, p. 178).

E Lobato aumentaria a tiragem para dois mil exemplares, com algumas modificações anunciadas no Prefácio, que viria a ser o mais reeditado das edições posteriores. Uma modificação que nos pareceu bastante relevante foi a inclusão do artigo **Velha praga**, que não figura na 1ª edição e sofreu uma pequena alteração no título, sendo o título original, publicado no jornal em 1914, **Uma velha praga**. A inclusão do artigo **Velha praga** é explicada pelo próprio Lobato (1918) no Prefácio da 2ª edição: “E para ele entra mais uma, como direi? – o gênero é inclassificável – mais uma 'indignação': 'Velha Praga'. Explica-se: 'Velha Praga' é a verdadeira mãe dos Urupês, e não era justo separar a mãe do filho. [...]” (LOBATO, 1918 apud MARTINS, 2003, p. 169, grifo do autor). Nesse prefácio, está também, subliminarmente entendida, a versão criada pelo próprio pai do Jeca Tatu de que as reclamações feitas, por meio de carta enviada ao jornal **O Estado de São Paulo**, teriam transformado, de uma hora para outra, o fazendeiro em escritor como mencionado anteriormente neste estudo, e esclarecido com base nos argumentos de Alves Filho (2003).

A 3ª edição de **Urupês** ocorre ainda em 1918, com tiragem de quatro mil exemplares e traz os mesmos textos. Alterações ocorrem apenas na capa e na nota do editor. Porém, a despeito das, aparentemente insignificantes, modificações, a nova capa traz, então, uma representação dos urupês, que se referem tanto ao título do livro quanto àquele que se tornaria o mais conhecido personagem do escritor antes da criação de seus personagens infantis. A decisão de modificar a capa de **Urupês** em tão pouco tempo após o sucesso das duas primeiras edições, pode ter sido, de acordo com Martins (2003), a intenção de “modificar o alcance da ilustração da capa, o que contribuiria para uma certa unidade do livro, dada pelo título, pelo artigo e agora reforçada pela ilustração da capa” (MARTINS, 2003, p. 170).

Nas edições subsequentes (em cerca de seis meses foram três), Monteiro Lobato faz várias alterações, tanto nos textos quanto nas ilustrações da capa e dos desenhos que acompanhavam os contos. De acordo com Ceccantini (2014), o texto

lobatiano vai se alterando substancialmente ao longo do tempo e tem por um dos principais objetivos a intenção de atingir um número cada vez maior de leitores.

3.2 “O CAIPIRA NÃO É ASSIM. ESTÁ ASSIM.”

O sucesso de vendas de **Urupês** já estava garantido, quando o discurso de Ruy Barbosa veio, segundo Lobato (1957, t.2, p. 194), como um “pé de vento” nas vendas dos exemplares restantes. Durante sua fala no Teatro Lírico do Rio de Janeiro, em março de 1919, o então candidato a presidente, Ruy Barbosa, pergunta se o país conhecia aquele tipo de raça, formadora da nossa nacionalidade, “incapaz de evolução e impenetrável ao progresso”. A grande procura pelos **Urupês** provoca a quarta edição, como podemos verificar neste trecho da carta que Lobato escreveu a Rangel em de 20 de abril de 1919.

O discurso do Ruy foi um pé de vento que deu nos Urupês. Não ficou um para remédio, dos 7.000! Estou apressando a quarta edição, que irá do oitavo ao décimo segundo milheiro. Tiro-as agora aos quatro mil. E isso antes de um ano, hein? O livro assanhou a taba – e agora, com o discurso do Cacique mor, vai subir que nem foguete (LOBATO, 1957, t. 2, p. 194).

Essa edição nos interessa bastante, pois é nela que a figura do Jeca começa a mudar, não nos textos dos artigos **Velha praga** e **Urupês**, publicados sem alterações, apenas no prefácio. Lobato aproveita as discussões em torno da imagem de seu camponês, (res)suscitadas pelo discurso de Ruy Barbosa, para rever sua Explicação Desnecessária, implora perdão a Jeca Tatu e complementa seu retrato com uma breve descrição do que o escritor, agora, acredita ser a verdadeira razão para o estado de inércia do nosso homem rural.

A seguir, apresenta-se o Prefácio da 4ª edição da obra **Urupês**, de Lobato (1919 apud MARTINS, 2003).

Entra neste Livro de contos uma caricatura que não o é, ‘Urupês’. A intrusa veio solver o tremendo problema batismal. E saiu-se bem. Cumpre-me, todavia, implorar perdão ao pobre Jeca. Eu ignorava que eras assim, meu caro Tatu, por motivo de doenças tremendas. Está provado que tens no sangue e nas tripas um jardim zoológico da pior espécie. É essa bichana cruel que te faz papudo, feio, molengo, inerte. Tens culpa disso? Claro que não. Assim, é com piedade infinita que te encara hoje o ignorantão que outrora só via em ti mamparra e ruindade. Perdoa-me, pois, pobre opilado, e crê no que te digo ao ouvido: és tudo isso que eu disse, sem tirar uma vírgula, mas inda és a melhor coisa que há no país. Os outros, que falam

francês, dançam o tango, pitam havanas e, senhores de tudo, te mantêm nessa geena infernal para que possam a seu salvo viver vida folgada à custa do teu dolorido trabalho, esses, Jeca, têm n'alma todas as verminoses que tu tens no corpo... Doente por doente, antes como tu, doente só do corpo... (LOBATO, 1919 apud MARTINS, 2003, p. 173).

Essa é a nova visão que o criador tem da sua criatura (o Jeca não **era; estava**), resultado de um novo prisma, sem a influência de teorias racistas e da visão construída pelo Lobato fazendeiro. As lentes agora são as das recentes descobertas dos pesquisadores de Manguinhos, instituição conhecida hoje como Fundação Instituto Oswaldo Cruz, do Rio de Janeiro, fundada em 1900 com o nome de Instituto Sorterápico Federal e que ficou mais conhecido como Instituto de Manguinhos, uma referência à fazenda onde os laboratórios foram instalados.

Em 1907, no Congresso Internacional de Higiene e Demografia, na Alemanha, esse instituto é premiado, fato que faz com que o então presidente Afonso Pena sancione o projeto que reconheceria a instituição como um Instituto de Patologia Experimental, passando a se chamar oficialmente, em 1908, Instituto Oswaldo Cruz, homenagem ao médico bacteriologista Oswaldo Cruz (1872-1917), pioneiro nos estudos das moléstias tropicais e da medicina experimental no Brasil, cujos conhecimentos de microbiologia e dos fundamentos da higiene como forma de prevenção de inúmeras doenças, aplicados à realidade brasileira, possibilitou expor o verdadeiro estado físico de grande parcela da nossa população, em especial a da zona rural, vítima de inúmeras endemias espalhadas por todo o território.

Entre os anos de 1912 e 1917, esse instituto promoveria expedições sanitárias ao interior do Brasil com o objetivo de avaliar o quadro clínico da população. Às referidas expedições, juntaram-se Belisário Pena (1869-1939) e Artur Neiva (1880-1943), médicos sanitaristas, cujas pesquisas irão influenciar Monteiro Lobato em sua nova concepção do camponês. E o Jeca Tatu, parasita da terra, passa a ser o parasitado, na visão do escritor.

Para Monteiro Lobato, o resultado literário dessas expedições científicas foi a publicação de 14 artigos sobre os problemas de saneamento no Brasil, nas páginas do jornal **O Estado de São Paulo**, de março a junho de 1918. Ainda no mesmo ano, os artigos seriam enfeixados em livro publicado pela **Revista do Brasil**, por iniciativa da liga Pró-Saneamento e da Sociedade Eugênica de São Paulo, com o título **Problema vital**, que trazia como epígrafe a frase “O Jeca não é assim, está assim” O livro é um violento protesto no qual Lobato denuncia, em conjunto com os

pesquisadores da equipe de Oswaldo Cruz, o descaso do poder público em relação às condições de saúde do homem rural.

Diante da nova realidade descortinada pelos relatórios das expedições produzidos por Belisário Pena e Artur Neiva, Lobato passa a enxergar o atraso do caipira não como consequência do nomadismo produto da miscigenação, ou como resultado das benemerências de uma natureza tão generosa. Seu Jeca agora é “fruto do subdesenvolvimento, que gera a fome, a doença e a miséria” (AZEVEDO; CAMARGOS; SACCHETTA, 2000, p. 56). Dessa forma, a literatura de Monteiro Lobato segue agora por um novo caminho e levanta uma nova bandeira: a de que os males dos Jecas, em vez da preguiça e alienação, são o parasitismo e a ignorância.

No entanto, a despeito do pedido de desculpas feito por Lobato ao Jeca nos prefácios das primeiras edições de **Urupês**, sua imagem não muda – Jeca Tatu continua sendo “feio, molenga, inerte”, como afirma o autor nesse mesmo texto – Explicação desnecessária – da quarta edição do livro **Urupês**, já citado anteriormente neste trabalho. Porém, agora, Lobato “acusa a política brasileira, a falta de saneamento e o abandono do homem do campo, que, escravizado pela 'miséria econômica' e pela 'miséria fisiológica' é impedido de criar riqueza” (SIMÕES FILHO; 2009, p. 63, grifo do autor).

A nossa gente rural possui ótimas qualidades de resistência e adaptação. É boa por índole, meiga e dócil. O pobre caipira é positivamente um homem como o italiano, o português, o espanhol. Mas é um homem em estado latente. Possui dentro de si grande riqueza em forças. Mas força em estado de possibilidade. E é assim porque está amarrado pela ignorância e falta de assistência as terríveis endemias que lhe depauperam o sangue, caquetizam o corpo e atrofiam o espírito.
O caipira não “é” assim. “Está” assim. Curado, recuperará o lugar a que faz jus no concerto etnológico (LOBATO, 1956, p. 285).

Convencido da real situação do Jeca, Monteiro Lobato usaria sua literatura para militar sobre as questões de saneamento básico do país e a situação de abandono do camponês. E o caminho para isso foi desnudar sua criação, despi-lo da imagem de preguiçoso fatalista e vesti-lo com as vestes do doente opilado, papudo e impaludado. Assim sendo, Lobato denuncia, mais uma vez, no jornal **O Estado de São Paulo**, por meio de vários artigos divididos em dois temas, a doença do caipira e o crime de omissão do cidadão que, parasitariamente, segundo o próprio escritor, usufruía do produto do penoso trabalho dos jecas.

O primeiro bloco, que tinha como epígrafe “Saneamento do Brasil”, tem início em 18 de março de 1918 com o artigo **A ação de Oswaldo Cruz** e nele Lobato engrandece as descobertas e as práticas da microscopia e da microbiologia em detrimento das soluções empíricas e domésticas, sem deixar de insistir na sua retórica de que o povo brasileiro, influenciado pela literatura principalmente, não se via como verdadeiramente era. O primeiro artigo inicia-se assim:

De longa data vivemos num perfeito mundo da lua muito parente daquele camoneano estado d'alma ledo e cego da Inês de Castro... Sempre vimos errado, a nós e às nossas coisas. E apesar de inúmeras decepções continuamos a ver-nos ainda às avessas. [...]
Por seu lado a política “sarcoptosa”, interessada na sonolência budista do povo, entrou a confirmar oficialmente a miragem, por meio da velhaca literatura dos relatórios oficiais ambrosíacos e das mensagens nectarinas. E dessa falseada visão das coisas advieram males sem conta (LOBATO, 1956, p. 223-224, grifo nosso).

Podemos notar que, agora, o parasita (social) na visão do escritor é o político, pelo menos nesse excerto, quando ele menciona sua política sarcoptosa – novamente numa alusão ao *Sarcoptes*, termo usado anteriormente para se referir ao Jeca como parasita da terra.

Nesse mesmo artigo, Monteiro Lobato (1956) critica também a produção cultural no Brasil. Segundo ele, o país nas “letras, artes e ciência, ainda não criou coisa nenhuma, sempre satelitante, qual lua morta, em torno dos movimentos europeus, copia-lhe com servilismo a letra sem nunca assimilar o espírito” (LOBATO, 1956, p. 225).

Ah, se o Brasil que fala e pensa e age consagrasse ao estudo e soluções dos problemas internos um décimo das energias despendidas em comentar fatos europeus. Mas é impossível isso. Não há tempo nem é chique. O chique é meditar nos destinos da Alsácia Lorena (LOBATO, 1956, p. 237).

O mesmo estilo visceral, que caracterizou sua crítica ao caboclo e sua ironia à alienação do brasileiro culto, se apresenta em **Problema vital**, em que Lobato (1956) volta sua pena furiosa contra o Estado. E, se antes seu lugar de fala era o do fazendeiro revoltado com o tratamento que os Jecas davam ao solo e à vegetação, responsabilizando-os pelo atraso do campo e o conseqüente atraso econômico do país, quem fala agora é o escritor conhecedor das revoltantes condições de saúde do homem rural.

Lobato, que já havia ironizado o sistema eleitoral e seu voto de cabresto em **Urupês**, sobe o tom da crítica em favor do caboclo, contra o que ele chamou de velhacaria política, denunciando o que acredita ser, então, a verdadeira razão da situação de subdesenvolvimento.

Seminus, malnutridos, na grande maioria doentes de males que só aos seus espoliadores compete prevenir, eles são o pólipó humilde que fez o que está aí. Se o que está aí não é melhor, nem maior, nem mais sério e decente do que deveria ser, culpa cabe somente a quem lhes carunchou o banco de coral com a parlapatice retórica de mão dada à velhacaria política (LOBATO, 1956, p. 271).

O estilo colérico de Lobato, além de uma clara indignação, parece encerrar também uma outra razão: a percepção de que esse era o caminho para atingir o leitor, chamar sua atenção, e fazer o país que lê sair de sua inércia ao enxergar a situação real, suas causas e consequências, isto porque, segundo Alves Filho (2003) “Ao reconstruir a identidade do Jeca por novo ângulo, Lobato insiste na tese da contradição entre a alienação do brasileiro culto (que tem os olhos voltados para fora) e a realidade nacional existente” (ALVES FILHO, 2003, p. 68).

No discurso lobatiano, há várias passagens que podem ser usadas para respaldar essa suspeita, sendo que uma delas foi extraída das cartas ao amigo Godofredo Rangel, em que Lobato (1957) afirma: “Já compreendi o nosso público. Para interessá-lo é só vir com bombas na mão e explodi-las nas ventas de alguém, ou meter a riso qualquer coisa, farpear um grande paredro da política [...]” (LOBATO, 1957, t. 2, p. 68).

E as bombas em **Problema vital** (1956) são muitas: **Dezessete milhões de opilados** é o título do segundo artigo enfeixado neste livro, e trata dos ciclos de transmissão dos vermes parasitas do intestino delgado humano *Ancilostoma duodenale* e *Necator americanus*. Monteiro Lobato, como sempre, pinta com suas palavras os detalhes dos ciclos biológicos, da contaminação aos sintomas, bem como aponta as soluções que, segundo ele são, ao mesmo tempo fáceis e difíceis (LOBATO, 1956, 235).

O ciclo do ancilóstomo é, pois, este: mucosa intestinal como habitat do indivíduo adulto; em estado de ovo desce pelo intestino grosso e de lá se passa à terra, carregado nas fezes; uma vez na terra, desabrocha em ninfa; a ninfa adapta-se ao ambiente e espera com infinita paciência o “pé-no-chão” da ingênua criatura feita à imagem e semelhança de Deus que lhe

passa ao alcance; encontrado esse pé propício, a ninfa ri-se do rei da criação, finca-se num poro e penetra no corpo do rei por escaninhos e portas de seu conhecimento instintivo, até alcançar a Canaã do duodeno, onde se aposenta com todos os vencimentos, entregue à tarefa agradável de botar ovos aos milheiros para que não haja hipótese de periclitir a sobrevivência da espécie (LOBATO, 1956, p. 232-233).

Na sequência, vem uma descrição dos sintomas da doença: “Não tem conta os males causados no organismo humano pelo horrendo verme. A permanente sugadela de sangue traz logo profunda anemia; [...]” (LOBATO, 1956, p. 233). E na anemia estaria a explicação para outros comportamentos do caboclo, antes incompreendidos pelo escritor. “E ainda inclina o opilado ao vício da cachaça, lenitivo a que recorre para contrabater a permanente sensação de frio que o desequilíbrio sanguíneo acarreta” (LOBATO, 1956, p. 233). E mais uma vez Jeca Tatu é uma triste criatura, um soturno urupê humano, de inteligência atrofiada, “incapaz de ação, incapaz de vontade, incapaz de progresso” (LOBATO, 1956, p. 233), porém, agora, por razões bem distintas das que Lobato imputou ao Jeca de 1914.

Além das fortes denúncias contra o deplorável estado dos jecas e a omissão do poder público sobre essa questão, o escritor aproveita, mais uma vez, para chamar atenção da intelectualidade brasileira para os males caseiros, em vez de ter os olhos voltados para as coisas da Europa, e também novamente, alfineta os literatos que descreviam um caboclo romantizado, desconhecido dos escritores que, segundo Lobato, eram “sujeitos que não penetram nos campos de medo dos carrapatos” (LOBATO, 1957, t. 1, p. 364).

Retrato do nosso caboclo quem o dá perfeito, com fidelidade fotográfica, é o médico ao desenhar o quadro clínico do ancilostomado. Tudo mais é mentira, retórica, verso. Esses heroicos sertanejos, fortes e generosos, evolução literária dos índios plutárquicos de Alencar; essa caipirinha arisca, faces cor de jambo, pés lépidos de veada, carne dura de pêssego, licenças bucólicas de poetas jamais saídos das cidades grandes (LOBATO, 1956, p. 233-234).

E Monteiro Lobato, então, conclui: o Jeca não **é** assim. Ele **está** assim. Eis a primeira transformação de Jeca Tatu na metamorfose do pensamento de Monteiro Lobato acerca do caboclo. Jeca Tatu não é mais o parasita da terra, é agora o parasitado pelos seus males: o ancilóstomo, cuja larva fica no solo e penetra a pele desprotegida; a malária; transmitida pela picada de um mosquito que põe seus ovos

em água de lagoas; o tripanossomo, transmitido pela picada do inseto barbeiro, que faz seus ninhos nas palhas dos telhados ou nas frestas das paredes das casas de bambu e barro, moradias muito comuns Brasil afora, e outros tantos males, causa da miséria fisiológica dos milhões de Jecas, rurais e urbanos.

Cada artigo é um violento protesto contra a alienação das elites intelectuais, detentoras dos espaços de denúncia, que não enxergam (ou não querem enxergar) que o caboclo que vai “deambulando pelas estradas com ar abobado, é um lamentável naufrago da fisiologia, a que chamamos homem por escassez de sinonímia” (LOBATO, 1956, p. 234); em vez disso, ironiza o escritor, “bizantinizam sobre a colocação dos pronomes e outras maravilhas; [...] estetas de olho ferrado na França auscultam o pulsar do coração latino para fisgar de primeira mão a 'nova corrente em via de substituir o parnasianismo’” (LOBATO, 1956, p. 242, grifo do autor).

O estilo colérico de Lobato é mais veemente quando aponta para o descaso das autoridades políticas, detentoras dos meios financeiros: “E os paredros do litoral, luminares da política, [...], espinoteiam, zaranzas, na tentativa de fisgar soluções puramente formalísticas, sem contato nenhum com as realidades cruas” (LOBATO, 1956, p. 234). E, segue ironizando os políticos, dizendo que para uns a solução está na revisão da constituição, para outros, bastaria mudar o artigo sexto; já para os feministas, a solução é o direito de voto ser estendido às mulheres opiladas, há também os que proclamam o parlamentarismo como panaceia, e há ainda aqueles que estão convencidos de que “vestindo farda obrigatória, o doente do Brasil sara” (LOBATO, 1956, p. 235). Porém “Um olhar, uma medida, uma campanha contra o grande mal, nisso ninguém cuida, Não há tempo, não há verba... E o mal cresce...” (LOBATO, 1956, p. 242).

Fala-se hoje em pátria mais do que nunca. Jamais o dispêndio de hinos, versos, conferências, artigos, livros, boletins e discursos patrióticos foi maior. No fundo de tudo isso, porém, está a retórica vã, a mentira, a ignorância das verdadeiras necessidades do país.

Programa patriótico, e mais que patriótico, humano, só há um: sanear o Brasil. (LOBATO, 1956, p. 244).

E como Monteiro Lobato poderia ajudar a sanear o Brasil, não sendo ele médico ou político? Seu caminho continua sendo a literatura; seu discurso, o Jeca Tatu.

No quarto artigo de **Problema vital** (1956), **Dez milhões de impaludados**, como o título já sugere, o escritor trata da malária e apresenta uma estatística estupefaciente: segundo ele, valendo-se dos dados de Rui Barbosa que havia calculado a população brasileira em 25 milhões de habitantes, e recorrendo a Manguinhos, cuja proporção de doentes para a malária seria de quarenta por cento, teríamos dez milhões de brasileiros contaminados pelo plasmódio, microrganismo que “aloja-se nos glóbulos vermelhos do sangue e os destrói; aloja-se ainda no baço, no fígado e no encéfalo, produzindo [...] os acessos perniciosos em que periodicamente tremem dez milhões de criaturas nossa patrícias” (LOBATO, 1956, p. 247).

Assim, na terra paradisíaca onde dezessete milhões de criaturas vivem para uso e gozo do ancilóstomo, e três milhões pagam pesado tributo de sangue, de vida e de inteligência a um miserável percevejo, dez milhões tiritam na febre consuntora do impaludismo. Para alcançar tais números é força que a maioria dos doentes abriguem simultaneamente os três hóspedes letais. E é o que se dá.

A malária, depois da ancilostomose, é a maior responsável pela degradação fisiológica do povo brasileiro. Ela o anemia, engorgita-lhe o fígado e o baço – mata-o (LOBATO, 1956, p. 247-248).

Nesse artigo, o escritor explica, mais uma vez de maneira bastante didática, todo o ciclo do parasita e do agente transmissor – no caso o vetor é o mosquito anófeles, “um mosquito irmão do pernilongo caseiro, *culicina*, esse inoportuno músico do 'fium' que nos manteve sob a flagelação amarílica até o parecimento de Osvaldo Cruz” (LOBATO, 1956, p. 248). Mostra também que o combate à malária deve ser travado em duas frentes: uma é tratar os doentes com quinina para exterminar o plasmódio – “O plasmódio não resiste à ação do alcaloide de Pelletier. O tudo é que o sal de quinina ingerido o seja de fato, e não sórdida e criminosa falsificação, como acontece muitas vezes” (LOBATO, 1956, p. 249). A outra frente de combate é a profilaxia:

A profilaxia da malária é a mesma da febre amarela. Na impossibilidade que está o homem de destruir por completo o mosquito sanguinário, só há o recurso de evitá-lo, interpondo, nas zonas rurais, um aceiro escampo entre a casa e o mato; e nas casas urbanas isolando os doentes. Em ambos os casos a providência é a mesma – isolamento, embora obtido por meios diversos (LOBATO, 1956, p. 250).

Junto ao papel social de esclarecimento que Monteiro Lobato passou a imprimir a esses artigos, vinham as denúncias. Aqui o escritor denuncia que vendem sais de quinino por preços exorbitantes, o que para ele é o mesmo que dizer que “O Brasil não tem quina. O fato de existirem nas farmácias sais de quinino por preços fabulosos, numa terra de pobreza onde o impaludado chora de fome, vale por não ter quina”. E completa “País tropical sem quina é país perdido” (LOBATO, 1956, p. 250).

As esperanças do escritor parecem se renovar quando o Instituto Butantã passa a fabricar os sais de quinino. “Dote-se o laboratório com metade das verbas gastas em subvenções de jornais, e Butantã salvará o país inteiro da infecção palustre” (LOBATO, 1956, p. 250-251). E sobre a malária, a ancilostomose e a doença de Chagas, conclui: “Das três endemias pavorosas que fazem do Brasil uma nação pobre, aparvalhada e fragílisma, se nem todas são curáveis, são todas evitáveis” (LOBATO, 1956, p. 251).

Mas é doloroso dizê-lo: as coisas estão por este nível e ninguém, fora do círculo restrito dos discípulos de Osvaldo, põe tento na gravidade da situação.

Os governos digerem e engordam, alheios à mazela da montaria embridada. A parte culta da sociedade folga e ri, fazendo lembrar Bizâncio.

[...]

Meio país em tremura de sezões, inchado, pálido, inerte, faminto, pede quina como o torturado da sede pede água? O governo dá-lhes novas reformas eleitorais.

Dezessete milhões de criaturas exangues, languentes na canseira sem fim do amarelão, erguem os olhos mortiços para o Olimpo, pedindo misericórdia? Júpiter, Momo, Ganimedes sorriem e dão-lhes os conselhos paternais do Vieira Souto: “Trabalhai desde o romper da aurora até o por do sol”

Três milhões de embarbeirados, vergada a cabeça ao peso das papeiras, sorriem o sorriso doloroso dos cretinoides? As sociedades recreativas discutem qual o maior – César, Alexandre ou Foch.

A leishmaniose ulcera horripilantemente a cara de milheiros de irmãos miseráveis? Nós debatemos a colocação dos pronomes.

A lepra campeia avassaladora, encaroçando as carnes e putrefazendo em vida centenas de indivíduos? Nós cantamos *rag-times* patrióticos.

Legiões de criancinhas morrem como bichos, de fome e de verminose? Nós abrimos subscrições para restaurar bibliotecas belgas.

A mulher dos campos mumifica-se de miséria aos vinte anos? As damas da cidade five-ó-clocktizam em francês, nos Trianons e nas Cavés, mostrando umas às outras fotografias dos *poilus* de que elas são madrinhas (LOBATO, 1956, p. 251-252).

Há os que acreditam que o estilo cru, enfurecido (ainda que caricato) que desnudou o Jeca Tatu, sua casa, seus hábitos e sua família em 1914, fosse a fala irada do fazendeiro falido dirigida aos caboclos que praticavam queimadas e deixavam o solo ainda mais improdutivo. O excerto acima nos lembrou muito o estilo

Monteiro Lobato de **Velha praga e Urupês**, indignado, colérico. Então, o que nos parece é isso, uma questão de estilo, que Lobato perseguia desde que começou a se preparar para se tornar um literato, e seu caminho começa a se desenhar no Jeca Tatu. Rechaçava o estilo toda gente como o escritor costumava chamar aqueles que, para ele, não se destacavam, não faziam a diferença, copiavam os modelos europeus. Lobato acabou por descobrir que os temas que lhe causavam indignação também lhe inspiravam os melhores textos, como confessara a Rangel em 1920: “Estou triste, Rangel, porque verifiquei que só escrevo coisas que prestem quando sob a influência da indignação. É a minha musa, a Cólera!” (LOBATO, 1957, t. 2, p. 213).

Os artigos do livro **Problema vital** (1956) trazem uma boa dose de conhecimento científico, como se pode notar nos vários trechos citados, e todos trazem a indignação e a cólera como fio condutor, com descrições que não têm meias palavras, são duras, chocantes, imagens muitas vezes até cruéis para alguns, talvez numa tentativa do escritor fazer o Brasil “que fala, pensa e age” (LOBATO, 1956, p.237) enxergar o outro Brasil, o Brasil esquecido, o Brasil doente, o “lamentável naufrago da fisiologia” (LOBATO, 1956, p.234), sem o “maldito prisma que desnatura as realidades”(LOBATO, 1957, t. 1, p.362); passar a ver esse país com “olho clínico”, “examinar seus problemas vitais” sob as lentes do microscópio, “ouvir a voz do laboratório e nunca a chiadeira do patriotismo zarolho” (LOBATO, 1956, p. 270).

A esta hora milhões de verdadeiros patriotas lá estão no eito , porejantes de suor, na faina da limpa e do plantio. Febrentos de maleita, exaustos pelo amarelão, espezinados pelo ácaro político, lá estão cavando a terra como podem, desajudados de tudo, sem instrução, sem saúde, sem gozo da mais elementar justiça. Estão fazendo “patriotismo” embora desconheçam a palavra pátria (LOBATO, 1956, p. 270, grifo do autor).

No artigo seguinte, que tem o título **Deficit econômico, função do deficit da saúde**, Monteiro Lobato expõe “o quadro apavorante da nossa caquexia econômica” (LOBATO, 1956, p. 273), compara nossas exportações per capita com países como Cuba, Canadá, Argentina Uruguai, Nicarágua e Chile – todos com populações e territórios bem menores na época e com exportações bem mais expressivas que as do Brasil – e, aproveita para alfinetar o regime republicano: “Tudo quanto o paciente trabalho da Monarquia acumulou em cinquenta anos de vida séria, jaz virtualmente

alienado ao judeu inglês” (LOBATO, 1956, p. 275). Mas, como o próprio título indica, o artigo versa sobre onde se encontra a origem do déficit econômico do país: na saúde de quem produz a riqueza.

Onde reside a verdadeira causa desta caquexia? Na doença do povo. O déficit financeiro é reflexo do déficit econômico. O déficit econômico é reflexo do déficit da saúde. Sem restaurar a saúde do povo não há solução possível para os efeitos mediatos e imediatos da doença. A população rural, esteio que é da riqueza pública, força primária da indústria extrativa, fonte de onde tudo promana, quanto mais doente se torna, menos eficiente na produção de riqueza é. (LOBATO, 1956, p. 276).

Lobato denuncia que, enquanto faltam verbas para tratar essa população, muito é desperdiçado no que ele chama de elefantes brancos como recenseamentos sem objetivos claros, exposições de arte, gastos com o Teatro Municipal do Rio de Janeiro, duplicação da Central, enfim, “obra gigantesca que não se faria no Brasil, se os nossos estadistas fossem dotados do mais elementar bom senso” (LOBATO, 1956, p. 278).

Na visão do escritor, não é só o homem do campo que se encontra em estado de miséria fisiológica; os das cidades do interior do país também vivem os mesmos dramas. Lobato, então, escreve **Iguape**, o décimo segundo artigo, em que usa a cidadezinha de pouco mais de três mil habitantes, segundo o recenseamento da época informado no artigo, como exemplo do que estaria ocorrendo em todo o Brasil:

Iguape lhe porá ante os olhos, em eloquente epítome, o quadro geral da caquexia orgânica que emperrou o país. Iguape é o Brasil. Marasmo senil, modorra. Tudo lento, a arrastar-se em paraplegia de tabético. O comércio, ronzeiro e mesquinho; a indústria, tateante e ingênua; a lavoura, incapaz de criar riquezas, eternamente adstrita à enxada e ao nomadismo da foice e do fogo (LOBATO, 1956, p. 303).

Segundo o artigo, 3.100 indivíduos se inscreveram em uma lista no Posto de Profilaxia de Iguape e fizeram exame de fezes. Destes inscritos, os exames revelaram a contaminação de 2.673, acusando a presença de uma grande variedade de parasitas como áscaris, ancilóstomos, amebas, tênias, oxiúros etc, “uma fauna inteira, voracíssima, vivendo à tripa forra, em família ou em sociedade de duas, três e quatro espécies nos intestinos da pobre gente!” (LOBATO, 1956, p. 304-304).

A cidade se transformou numa espécie de plano piloto da ação dos higienistas, como demonstra esse trecho do artigo:

Graças à orientação de Artur Neiva a campanha foi iniciada de modo a demonstrar por A mais B não só a nossa capacidade científica, como também a nossa capacidade organizadora. A ofensiva de Iguape merece ser divulgada com amplitude para orientação das subseqüentes, e lição aos increus (LOBATO, 1956, p. 306).

Monteiro Lobato continua o artigo descrevendo como foi realizada a campanha de saneamento, e conclui:

Os resultados [...] não virão imediatos, [...] Mesmo assim há consequências imediatas de sugestiva evidência. [...]. O organismo, livre da causa anemiante, reage, readquire a defesa natural e a ferida desaparece por si – feridas que vinham de anos. Fato mais eloquente não há.

Por ele se evidencia a elevação do tônus vital, com o seu cortejo de reflexos no moral, revigorizantes da vontade, desmodorantes das faculdades adormecidas. O curado, de negativo, passará a fator ativo de produção (LOBATO, 1956, p. 308).

O artigo **Um fato**, publicado originalmente, na **Revista do Brasil**, em abril de 1918, sob o título de **A Trappa de Tremembé**, segundo nota de rodapé do livro **Problema vital** (1956), nos parece o ponto de virada na escrita de Monteiro Lobato no caminho da transformação de Jeca Tatu. Nesse texto o escritor narra a experiência de “um grupo de frades agricultores, vindos da França, que fundou a Trappa Maristella à beira do Paraíba, no Tremembé. Impressionava mal a população ribeirinha ali fixada ” (LOBATO, 1956, p. 281).

O autor descreve essa população ribeirinha de forma muito semelhante à sua descrição do Jeca:

Dava-lhes subsistência o rio. Com o anzol dele tiravam a piabanha e o lambari, e com o covo apanhavam, nos afluentes, cardumes de curimatás. [...] Escorrida a água na vazante, os piraquaras coavam por peneira as poças lodacentas [...]. Era o apogeu da safra. [...]. Fora disso teciam balaios e jacás, e mercavam coisas do mato, ingás aos molhos, maracujás às pencas, guembês picantes, orquídeas em flor, e barba-de-pau nos tempos dos presepes. Da lavoura, nada. Parasitas do rio [...], olhavam as fazendas com horror, e daí, na boca dos fazendeiros, a sua má fama de indolentes. Indolentes e ruins, incapazes, restolho de gente, lesmões humanos. Era unânime esta opinião na lavoura circunjacente, caída em modorra por falta de braços (LOBATO, 1956, p. 282-283).

Porém, como os frades agricultores ali instalados precisavam de mão de obra para trabalhar a terra, e não havendo “campo para escolha, resolveram pegar no homem que havia, a título de experiência” (LOBATO, 1956, p. 283). Mas, prossegue o escritor, antes de colocar para trabalhar na lavoura esse homem “alquebrado pela

má alimentação, pela má habitação, roído pelo ancilóstomo” (LOBATO, 1956, p. 283), procederam de maneira inversa: “atucharam-lhe a fibra com alimentação abundante; depois abrigaram-no em casas higiênicas construídas em lugares secos e os curaram nos limites do possível. Resultado: uma 'ressurreição” (LOBATO, 1956, p. 283, grifo nosso).

3.3 JECA TATUZINHO – A REDENÇÃO DE UM ESTEREÓTIPO

Descoberta a razão da indolência do Jeca, era preciso, então, tratá-la. “Curar o homem do campo significava criar riqueza, restabelecendo os verdadeiros alicerces da restauração econômica e financeira da nação” (AZEVEDO; CAMARGOS; SACCHETTA, 2000, p. 59).

Das carcaças opiladas onde morrinhava a indolência do pobre Jeca Tatu, saiu, pelo equilíbrio alimentar, um homem resistente; pela cura das mazelas, um homem ativo; pela noção do relativo conforto, um homem sedentário, que “parava” na fazenda e criava amor à faina agrícola. [...]

Breve, graças à inteligência da solução dada ao problema, pôde a Trappa movimentar toda a sua enorme exploração arroseira, a mais aperfeiçoada que existe no estado, fazendo funcionar as mais modernas máquinas de lavrar, plantar e ceifar.[...].

Este exemplo é frisante. Mostra o caminho a seguir, e mostra o erro dos nossos governos em nunca levarem em conta, para solucionar o problema do trabalho agrícola, a parte da higiene. [...]

Faltou-nos o estadista de visão bastante lúcida para apreender este outro modo de obter braços: a restauração pelo saneamento dos milhões que temos em casa, incapacitados para o trabalho por força de males curáveis e evitáveis.

O exemplo da Trappa ensina-nos que o saneamento vale por avultada corrente imigratória. É mister, curando-o, valorizar o homem da terra, largado até aqui no mais criminoso abandono.

Curá-lo é criar riqueza. É estabelecer os verdadeiros alicerces da nossa restauração econômica e financeira (LOBATO, 1956, p. 283 - 284)

A redenção de Jeca Tatu, o preguiçoso, ou pelo menos uma tentativa de mudança desse estereótipo, viria por meio da última publicação da série **Problema vital – Jeca Tatu: A Ressurreição**, na qual Monteiro Lobato retoma as condições e as características iniciais do primeiro Jeca, misturadas às suas novas concepções advindas das campanhas sanitaristas, onde o escritor parece ter adicionado também um pouco da experiência dos frades agricultores franceses da Trappa Maristella, o que o escritor chamou de exemplo frisante.

No conto **Jeca Tatu: A Ressurreição**, o personagem agora é proprietário, não mais um agregado (o que, certamente, fará muita diferença), mas continua

sendo, inicialmente, um pobre caboclo que mora numa casinha de sapé, com sua mulher muito magra e feia e seus filhinhos pálidos e tristes. Passa os dias de cócoras, não planta coisa alguma, nem um pé de couve atrás da casa. O que ele e a família comem é retirado da mata, resultado da caça ou da coleta. Vez ou outra pesca no ribeirão que corre perto de casa. Segue vivendo numa miséria de dar pena; nem móveis, nem roupas, nada que signifique comodidade. “Um banquinho de três pernas, umas peneiras furadas, a espingarda de carregar pela boca, muito ordinária e só” (LOBATO, 1956, p. 329).

O Jeca Tatu era tão fraco que quando ia lenhar vinha com um feixinho que parecia brincadeira. E vinha arcado, como se estivesse carregando um enorme peso.

– Por que não traz de uma vez um feixe grande? Perguntaram-lhe um dia.

Jeca Tatu coçou a barbicha rala e respondeu:

– Não paga a pena.

Tudo para ele não pagava a pena. Não pagava a pena consertar a casa, nem fazer uma horta, nem plantar árvores de fruta, nem remendar a roupa.

Só pagava a pena beber pinga.

– Por que você bebe, Jeca? Diziam-lhe.

– Bebo para esquecer.

– Esquecer o quê?

– Esquecer as desgraças da vida.

E os passantes murmuravam:

– Além de vadio, bêbado... (LOBATO, 1956, p. 329 -330)

A velha apatia do Jeca continua lá, a miséria, o deixar tudo por fazer pois nada paga a pena, o viver sem o mínimo de comodidade, também. Até o banquinho de três pernas para as visitas continua lá. “Três pernas permitem o equilíbrio; inútil, portanto, meter a quarta, o que ainda o obrigaria a nivelar o chão. Para que assentos, se a natureza os dotou de sólidos, rachados calcanhares sobre os quais se sentam?” (LOBATO, 2009, p. 170). E Jeca Tatu continua a passar os dias de cócoras.

Mas agora, entre o olhar do escritor e seu Jeca acorado existe um novo prisma – as lentes do microscópio, que o fazem enxergar a origem da apatia do barba rala: não é preguiça que faz o caboclo ser assim tão desanimado, é doença. Jeca Tatu não é preguiçoso; **está** anêmico, por isso não há mais ironia, aspereza, cólera ou fúria no tom do escritor. Parece haver, na verdade, compaixão e desgosto de ver o Jeca nessa penúria.

E o pobre Jeca Tatu segue na sua vida. Apesar de possuir muitos alqueires de terra, não sabe aproveitá-los. Planta sempre uma roça mínima de milho e de feijão,

uns pés de abóbora e cria um ou outro porquinho e algumas galinhas. “Mas o porco e as aves que cavassem a vida, porque Jeca não lhes dava o que comer. Por esse motivo o porquinho nunca engordava e as galinhas punham poucos ovos” (LOBATO, 1956, p. 330). Já o vizinho italiano, apesar de próspero, continuava a trabalhar o dia inteiro.

Mas a vida do Jeca estava para mudar.

Um dia um doutor portou lá por causa da chuva e espantou-se de tanta miséria. Vendo o caboclo tão amarelo e chucro, resolveu examiná-lo.

– Amigo Jeca, o que você tem é doença.

– Pode ser. Sinto uma canseira sem fim, e dor de cabeça, e uma pontada aqui no peito que responde na cacunda.

– Isso mesmo. Você sofre de anquilostomíase.

– Anqui... o quê?

– Sofre de amarelão, entende? Uma doença que muitos confundem com a maleita.

– Essa tal maleita não é a sezão?

– Isso mesmo. Maleita, sezão, febre palustre ou febre intermitente: tudo é a mesma coisa, está entendendo? A sezão também produz anemia, moleza e esse desânimo do amarelão; mas é diferente. Conhece-se a maleita pelo arrepio, ou calafrio que dá, pois é uma febre que vem sempre em horas certas e com muito suor. O que você tem é outra coisa. É amarelão (LOBATO, 1956, p. 331-332).

Depois de receitar remédios, deixar algumas recomendações, como não andar descalço e não mais beber pinga e, afirmando que se Jeca Tatu seguisse suas palavras ficaria forte e saudável como o vizinho italiano, o médico foi embora, prometendo voltar em uma semana.

Jeca não acreditou muito nas palavras do doutor, mas resolveu seguir seus conselhos – passou a andar calçado e tomou os remédios. Quando o médico retorna, Jeca já se sente bem melhor e pode ver, através da lente que o doutor havia trazido, os tais vermes que estavam nos seus intestinos.

– Veja, são Jeca, que bicharia tremenda estava se criando na sua barriga! São os tais *anquilostomos*, uns bichinhos dos lugares úmidos, que entram pelos pés, vão varando pela carne a dentro até alcançarem os intestinos. Chegando lá, grudam-se nas tripas e escangalham com o freguês. Tomando este remédio você bota para fora todos os *anquilostomos* que tem no corpo. E andando sempre calçado, não deixa que entrem os que estão na terra. Assim fica livre da doença pelo resto da vida (LOBATO, 1956, p. 333).

Começa aqui a ressurreição de Jeca Tatu. À medida que sua saúde melhora, a propriedade começa a prosperar como resultado de seu trabalho.

Três meses depois ninguém mais conhecia o Jeca. [...] Jeca, cheio de coragem, botou abaixo um capoeirão para fazer uma roça de três alqueires. E plantou eucaliptos nas terras que não prestavam para cultura. E consertou todos os buracos da casa. E fez um chiqueiro para os porcos. E um galinheiro para as aves. O homem não parava, vivia a trabalhar com fúria que espantou até seu vizinho italiano (LOBATO, 1956, 334).

Com diálogos simples e de forma didática, provavelmente, na intenção de alcançar o leitor leigo, Monteiro Lobato, expõe em **Jeca Tatu: A Ressurreição** alguns aspectos da doença anquilostomíase (atualmente ancilostomíase ou ancilostomose) também conhecida como amarelão, porque a pessoa parasitada é vítima de perda contínua de sangue, fica anêmica e ganha aspecto pálido – ou amarelado.

Além de mostrar como deve ser feito o combate e a prevenção da doença (com medidas simples – remédios e calçados, respectivamente), Lobato salienta a diferença entre os sintomas da ancilostomíase e da malária, a segunda maior responsável pela degradação fisiológica do povo brasileiro e que atingia 10 milhões de pessoas num contingente de 25 milhões (LOBATO, 1956, 347-348), que também provoca anemia e, conseqüentemente, fraqueza e cansaço – as reais causas do desânimo do Jeca antes da redenção.

É a máquina do saneamento que partiu. É a ideia transformada em ação. É o repúdio definitivo da parolagem bacharelesca de até aqui, e o início da arrancada para a civilização. É o lançamento da primeira pedra do Brasil de amanhã – curado, ressurgido, capaz de pôr-se de pé e caminhar (LOBATO, 1956, p. 175).

A escrita de Lobato recria, em 1924, **Jeca Tatu: A Ressurreição**, em formato de almanaque, publicada e difundida como propaganda dos Laboratórios Fontoura, uma historieta ilustrada contando, didaticamente, como o Jeca ficou livre das doenças pelo uso de medicamentos e que, por meio da educação, livra-se também da doença da ignorância. Curado, transforma-se em um próspero trabalhador rural.

O texto, que “é o desfecho da obra, um toque ficcional e otimista a uma coletânea desoladora de artigos jornalísticos” (SILVA, 2014, p. 73), quando publicado na edição de 1956 de **Problema vital** traz a seguinte nota:

Esta pequena história teve um curioso destino. Adotada por Candido Fontoura, esse homem de visão tão penetrante, para propaganda de seus preparados medicinais contra a malária e a opilação, vem sendo espalhada pelo país inteiro na maior abundância. As tiragens já alcançaram quinze milhões de exemplares – e prosseguem. Não há recanto do Brasil, não há

fundo de sertão, onde quem sabe ler não haja lido o “Jecatatusinho”, que é o nome popular da história por causa do pequeno formato das edições distribuídas. E dessa forma, graças à ação de Fontoura, as noções dadas no “Jecatatusinho” sobre as origens da malária e da opilação já entraram no conhecimento do povo roceiro, habilitando milhares e milhares de criaturas a se defenderem e também a se curarem, quando por elas alcançados (LOBATO, 1956, p. 340).

Pelas palavras do escritor, o Jeca Tatu preguiçoso transforma-se no Jeca Tatu doente, para depois tornar-se curado e próspero. Pelo formato (tamanho) da edição, Jeca Tatu curado e próspero, transforma-se em Jeca Tatusinho. A história de Jeca Tatusinho pode nos mostrar a crença de Monteiro Lobato na recuperação da saúde da população rural como forma de recuperação da nossa economia. E Jeca Tatusinho torna-se o novo discurso de Monteiro Lobato, o caminho para a redenção do Jeca doente, o ideal de saúde aliado à produtividade do campo, indispensável ao progresso do país. E, segundo Azevedo et al. (2000), Lima Barreto – para quem o problema vital chamava-se **latifúndio** – já havia observado em maio de 1921, na **Gazeta de Notícias**: “O que se evola de suas palavras não é ódio, não é rancor, não é desprezo, apesar da ironia e da troça; é amor, é piedade, é tristeza de não ver o 'Jeca' em condições melhores” (AZEVEDO; CAMARGOS; SACCHETTA, 2000, p. 60).

4 ZÉ BRASIL – NOVO NOME, NOVA ROUPAGEM: ALEGORIA DO TRABALHADOR EXPLORADO

Para Artur Neves (1948), segundo afirmam Azevedo et al. (2000), “a fase mais trágica da vida de Monteiro Lobato é a que vai de 1941 a 1945” (NEVES, 1948, p. 279 apud AZEVEDO; CAMARGOS; SACCHETTA, 2000, p.187) referindo-se ao período em que o escritor perde seu filho Edgard, o mais velho dos filhos homens, que ocorreu em fevereiro de 1942. Nessa época também ele assiste revoltado à liquidação das suas empresas petrolíferas “que sucumbiram diante da pressão dos monopólios estrangeiros e escassez de capital para investimento” (AZEVEDO; CAMARGOS; SACCHETTA, 2000, p. 187).

Na nossa concepção esse período deve ser alongado, antecipado em dois anos e começando, portanto, em 1939, ano em que Lobato perde seu filho Guilherme, o segundo dos filhos homens, e o terceiro de nascimento.

Escrevendo a seu amigo Godofredo Rangel em 20 de fevereiro de 1943, Lobato fala dessas perdas, não em tom desesperado como ele próprio afirma na carta: “Eu não me desespero com mortes porque tenho a morte como um alvará de soltura. [...]. Mas Purezinha não se conforma. Impossível maior desespero” (LOBATO, 1957, t. 2, p. 345), mas em tom de desalento, não só pela perda dos filhos mas pelo sofrimento da esposa. Seu desânimo está presente em todo o conteúdo da carta, relativamente curta quando comparada à maioria das que compõem o acervo de **A barca de Gleyre** (1957).

A correspondência, que se inicia com “Pois é. Perdi o meu segundo filho, o Edgard, um menino de ouro, tal qual o Guilherme. Impossível filhos melhores que os meus, e talvez por isso foram chamados tão cedo”, chega ao penúltimo parágrafo com: “E assim vamos também nós morrendo. Morrendo nos filhos, pedaços de nós que seguem na frente. Morrendo nas tremendas decepções em que desfecham nossos sonhos” (LOBATO, 1957, t. 2, p. 345). Difícil para o leitor de suas cartas não imaginar seu tom de desânimo e seu semblante cansado.

O tom de desalento dessa missiva é precedido por um tom mais forte, um misto de desilusão e revolta, numa carta de setembro de 1941, ano em que ficou preso por vários meses, “cumprindo pena por haver escrito ao Presidente Getúlio Vargas, acusando o Conselho Nacional de Petróleo de favorecer a Standard Royal Dutch em detrimento das tentativas nacionais de encontrar e explorar o produto”

(ALVES FILHO, 2003, p. 72). Aí Lobato afirma: “Depois que me vi condenado a 6 meses de prisão, e posto numa cadeia de assassinos e ladrões só porque teimei demais em dar petróleo à minha terra, morri um bom pedaço na alma” (LOBATO, 1957, t. 2, p. 336). E num trecho mais a frente, aparece um tom irado: “Estive em Taubaté depois de 25 anos de ausência – lá de onde tanto te escrevi no tempo em que tinha mais literatura e sonhos na cabeça do que hoje tenho ódios e nojo de tudo” (LOBATO, 1957, t. 2, p. 337).

Mas o que mais torturou o escritor nesses anos foi, sem dúvida a asfixiante atmosfera criada pelo Estado Novo [...] O homem que sentia uma necessidade fisiológica de dizer sem rebuscos todas as verdades, o panfletário que há muito transformara a sua pena na mais agressiva e eficiente arma de combate, não podia de maneira alguma adaptar-se ou conformar-se com a “nova ordem” implantada pela ditadura. [...] Enquanto muitos dos nossos intelectuais dobravam a cerviz e procuravam se escangar ao carro da ditadura, em troca de uma posição vantajosa em qualquer dos galhos de sua frondosa árvore burocrática, Monteiro Lobato, velho e doente, continuava a desafiar a censura do DIP, atacando incansavelmente os “erros e arbitrariedades dos sobas do Estado Novo” (ARTUR NEVES, 1948, p. 279-281 apud AZEVEDO; CAMARGOS; SACCHETTA, 2000, p. 187).

Voltemos um pouco nessa estrada para observarmos e analisarmos o que consideramos ser o caminho que levará Monteiro Lobato à construção do personagem Zé Brasil.

4.1 SOMOS TODOS JECAS TATUS

Ao regressar dos Estados Unidos, onde viveu entre os anos de 1927 e 1931 como adido comercial brasileiro, Monteiro Lobato está falido; perdeu tudo o que tinha com o *crack* da Bolsa de Valores em 1929. “Para sobreviver tem de trabalhar muito. Com cinquenta anos de idade ele passa horas a fio na máquina de escrever: [...] no rearranjo de seus textos, na produção de novas histórias do sítio, na tradução de obras alheias” (LAJOLO, 2000, p. 75).

Durante o tempo vivido nos Estados Unidos Monteiro Lobato se questionava sobre a razão pela qual esse país, que também fora uma colônia, “com extensão territorial, recursos naturais e composição racial similares aos do Brasil, transformara-se na potência que influenciava os destinos do mundo, enquanto o seu país era tão miserável” (AZEVEDO; CAMARGOS; SACCHETTA, 2000, p. 147).

Com mais ou menos letras, mais ou menos roupas, na Presidência da República sob o nome de Wenceslau ou na literatura com a Academia de Letras, no comércio como na indústria, paulistas, mineiros ou cearenses, somos todos uns irredutíveis Jecas. O Brasil é uma Jecatatuásia de oito milhões de quilômetros quadrados (LOBATO, 1957, t. 2, p. 40).

De acordo com Azevedo et al. (2000) a resposta, para Lobato, estava na riqueza. Para ele uma parte do trabalho do homem seria consumida na sua subsistência, ou seja, comer, vestir e morar. Sendo consumida significa que desaparece. Mas a parte do trabalho que não fosse consumida na subsistência, se acumularia e iria constituir riqueza. “O solo, a superfície, apenas permite a subsistência. O enriquecimento vem de baixo. Vem do subsolo” (LOBATO, 1959, p.18 apud AZEVEDO; CAMARGOS; SACCHETTA, 2000, p.148). Então, quanto maior fosse a exploração de ferro, carvão e petróleo, bases para o desenvolvimento industrial de um país, “melhores seriam suas condições econômicas e, conseqüentemente, maior liberdade e poder adquiriria no contexto mundial” (AZEVEDO; CAMARGOS; SACCHETTA, 2000, p.148).

Entretanto, não bastava explorar as riquezas. Era preciso que o país usufrísse delas. Afinal, durante o período colonial, o ouro do Brasil enriquecera muitas nações, mas não a si próprio. Por isso, a independência política transformava-se em peça chave. E, paralelamente, tornava-se necessário exercer, no plano interno, a democracia, cuja ligação estreita com o desenvolvimento era muito clara para Lobato. [...].

Baseado nesse raciocínio e disposto a libertar seu país das amarras da dependência econômica, Lobato empenhará todos os esforços para viabilizar uma estrutura industrial capaz de assegurar o desenvolvimento do Brasil. Já tentara a siderurgia [...], enfrentando a burocracia e os interesses do capital estrangeiro. Agora, fundamentado na existência de petróleo no continente americano, lança-se em busca do ouro negro, Brasil afora, falando para plateias lotadas nas diversas cidades por onde peregrina em busca de adeptos para a causa que lança com fé quase religiosa (AZEVEDO; CAMARGOS; SACCHETTA, 2000, p.148, grifo nosso).

Com o objetivo de convencer a população sobre a importância da busca pelo petróleo, Monteiro Lobato se põe na estrada, viajando o Brasil para dar palestras e fomentar debates sobre o assunto pela imprensa. “Conferências sobre o petróleo constituem novidade absoluta. [...] Para promover a venda de ações duma companhia! Para levantar dinheiro! Tudo isso francamente confessado e explicado por 'a' mais 'b', com todas as cartas na mesa” (LOBATO, 1948, p. 181 apud AZEVEDO; CAMARGOS; SACCHETTA, 2000, p. 149).

Numa dessas conferências, em Belo Horizonte, ele afirma: “Compreendi ser o petróleo a grande coisa, a coisa máxima para o Brasil, a única força com elementos capazes de arrancar o gigante de seus berço de ufânias”. E usando de suas metáforas e neologismos, como sempre fazia, Lobato apela para a emoção do público mineiro lançando mão do lema da bandeira dos Inconfidentes metamorfoseado em lema pró petróleo: “O nosso sonho de hoje é a independência econômica, e a nossa divisa, *Petroleum quod serum tamen* – petróleo ainda que tarde” (LOBATO, 1959, p.45 apud AZEVEDO; CAMARGOS; SACCHETTA, 2000, p.149).

No livro **Monteiro Lobato, furacão na Botocúndia** (2000) um pouco dessa epopeia é resgatada, ainda que de forma resumida. Azevedo et al. aí afirmam que, no ano de 1931 em carta a Manuel Carneiro Muniz, Lobato anunciaria o lançamento da Companhia de Petróleos do Brasil, “cuja subscrição alcançou, nos primeiros quatro dias, quase metade das ações. Explica que primeiro fariam – com o aparelho Romero, desenvolvido para localizar lençóis petrolíferos – prospecções em Araquá, no município paulista de São Pedro”(AZEVEDO; CAMARGOS; SACCHETTA, 2000, p.150).

Empolgado com a aceitação de suas ideias, Monteiro Lobato vai contando a alguns amigos, por meio de cartas, os detalhes de seus empreendimentos. A Lino Moreira, amigo dos tempos do Minarete (e também parceiro dessa aventura), fala sobre a captação de fundos para a Petróleos do Brasil: “Em 12 dias úteis reuniu o capital necessário e hoje, sem um mês inda de idade, ninguém larga ação pelo mesmo preço que a pagou”. E continua: “Agora vai começar a segunda parte, que é o lançamento da Cia. para explorar o petróleo de Alagoas, o ponto talvez no mundo onde exista em maiores quantidades e melhor condição estratégica para exportação [...]” (LOBATO, 1959, t.1, p. 316 apud AZEVEDO; CAMARGOS; SACCHETTA, 2000, p. 150).

“Meu petróleo está uma maravilha”, diria numa carta enviada a seu amigo Anísio Teixeira, no ano de 1932. “A vitória está assegurada e, a não ser que me veja espoliado por leis do Juarez [Távora], [...], terei meios de realizar várias grandes coisas que me fervem na cabeça” (TEIXEIRA, 1986, p. 69 apud AZEVEDO; CAMARGOS; SACCHETTA, 2000, p. 150).

Satisfeito com os primeiros resultados, Lobato percorre o país divulgando o andamento das últimas descobertas. O importante era imitar os americanos, mobilizando as riquezas do subsolo. “Transformar as pedras em ferro, transformar o ferro em máquinas e extrair do seio da terra esse petróleo que move as máquinas. Façamos isso e nossos futuros ministros da Fazenda poderão ficar sossegados no Rio de Janeiro”, diria, ironizando as viagens para conseguir empréstimos no estrangeiro.

“Mais sabão ou mais açúcar não influencia em nada a vida do país; enriquecerá uns tantos homens apenas. Mas petróleo, petróleo a jorrar de mil poços, gasolina a 200 réis, óleo combustível a 100 réis, influencia tremendamente, pois equivale à maior das revoluções econômicas e ao começo do Brasil de amanhã – sadio, forte, poderoso” (LOBATO, 1948, p. 182 apud AZEVEDO; CAMARGOS; SACCHETTA, 2000, p. 150, 151).

Em junho de 1933, informa a seu cunhado Heitor de Moraes: “Estive na sonda e tive o gosto de assistir ao primeiro contato com um veiozinho de petróleo, do qual incluo aqui uma isca. Isto vem a mudar muito o aspecto de tudo” (LOBATO, 1959, t. 1, p. 332 apud AZEVEDO; CAMARGOS; SACCHETTA, 2000, p. 152).

Ao retornar do Norte do país em janeiro de 1935, e após se dar conta de que a pobreza extrema que presenciara não se curaria somente por meio de plataformas políticas ou concepções abstratas, Lobato escreve a Davi Pimentel: “Precisamos de riquezas concretas. Petróleo e ferro. Conseguido isso, tudo o mais nos virá natural e logicamente”. E continua: “Somos 40 milhões de mendigos, 'de cócoras' sobre um tesouro. [...] A revolução de 30 só mirou uma coisa: arredar da gamela os que estavam debruçados no angu” (LOBATO, 1959, t. 1, p. 332 apud AZEVEDO; CAMARGOS; SACCHETTA, 2000, p. 152, grifo nosso).

Nas várias cartas enviadas a amigos e colaboradores, Monteiro Lobato externa sempre seu entusiasmo e otimismo com as novas descobertas, mas não tardaria a descobrir os entraves burocráticos e as sabotagens que arruinariam seus sonhos nacionalistas. E aí escrever é, mais uma vez, o seu caminho.

Remete muitas cartas a personalidades públicas denunciando manobras da Standard Oil, a multinacional que, segundo ele, tencionava apropriar-se dos melhores lençóis petrolíferos brasileiros através da filial argentina. Por intermédio de seu amigo Ronald de Carvalho, secretário da presidência, Lobato escreve a Getúlio Vargas sobre essas manobras, e acrescenta: “E isso com a cooperação efetiva do Sr. Victor Oppenheim e Mark Malamphy, elementos seus que essa companhia insinuou no Serviço Geológico e agora dirigem tudo de lá, sob o olho palerma e inocentíssimo do Dr. Fleury da Rocha” (LOBATO, 1959, t. 1, 343, 344 apud AZEVEDO; CAMARGOS; SACCHETTA, 2000, p. 153).

Suas denúncias aparecem também no prefácio do livro **A luta pelo petróleo** (1935), obra de Essad Bey, traduzida por Charlie W. Frankie, e lançada pela Companhia Editora Nacional. Aí, Lobato “denuncia a ineficiência do Serviço Geológico, órgão oficial encarregado das pesquisas, a quem acusa de encampar internamente a política dos trustes internacionais para o Brasil: 'não tirar petróleo e não deixar que ninguém o tire'” (AZEVEDO; CAMARGOS; SACCHETTA, 2000, p. 153, grifo do autor).

A Henrique Rupp Júnior, deputado federal por Santa Catarina, escreve: “A Lei de Minas, feita sob medida para atender aos interesses da Standard, e imbecilmente endossada pelos pró-homens da revolução, tira todo o estímulo, com a criação de embargos desalentadores”; e, informando que já havia denunciado tudo isso a Vargas, conclui: “Mas o presidente da República não quer se aborrecer. Prefere engordar na Presidência” (LOBATO, 1959, t. 1, p. 346, 347 apud AZEVEDO; CAMARGOS; SACCHETTA, 2000, p. 153).

Parece ser nesse momento que o empreendedor Monteiro Lobato começa a compreender o caráter internacional do capitalismo e a incorporar essa compreensão à sua reflexão sobre o País. “Os trustes e os monopólios que sustentam o *american way of life* que ele tanto admirou nas terras do Tio Sam têm braços longos: tão longos que acabam por atingi-lo, quando seus esforços em prol do petróleo atraem contra ele as iras do sistema” (LAJOLO, 2000, p. 76).

Uma vez mais escreve a Getúlio, em 19 de agosto de 1935, para reclamar da burocracia do Ministério da Agricultura que dificultava as atividades de sua Companhia de Petróleos do Brasil: “Isso constitui crime imperdoável, além de denunciar de modo esmagador que há gente paga por estrangeiros para que o Brasil não tenha nunca o seu petróleo” (LOBATO, 1959, t. 1, p. 350 apud AZEVEDO; CAMARGOS; SACCHETTA, 2000, p. 153).

Na busca de se desvencilhar dos embargos e das sabotagens, a literatura é, uma vez mais, o seu caminho. E Monteiro Lobato lança, pela Companhia Editora Nacional, **O escândalo do petróleo**, em agosto de 1936.

Em seu artigo **Literatura, política, petróleo e escândalos: O escândalo do petróleo**, Katia Chiaradia (2014) afirma que poucos são os apontamentos claros e definidos acerca desse livro e que, talvez, os únicos sejam o mês e o ano da primeira edição. Os demais, como o gênero, os processos de produção e

comercialização, a recepção entre os leitores e, até mesmo, sua autoria são pontos obscuros.

A pena sempre foi a principal arma de Monteiro Lobato em todas suas investidas políticas ou empresariais, e isso se manteve em *O escândalo do petróleo*. Mas, nesse caso, há dois acréscimos importantes ao processo lobatiano de criação a que estamos habituados: mais notavelmente que em outros casos, sua pena não foi a única a redigir o livro; além disso, o envolvimento de Lobato ultrapassou a ideologia e concretizou pontos práticos.

O escândalo do petróleo é uma miscelânea de artigos, de vários pensadores e homens importantes de seu tempo. Oscilando entre o relatório histórico e o editorial, guardando traços de denúncia social e reportagem política, é praticamente impossível encaixá-lo em um gênero já (re)conhecido, [...]. Trata-se, sem dúvida, de uma prosa sociopolítica, mas as taxonomias param por aí (CHIARADIA, 2014, p. 284).

No livro, Lobato “narra os percalços de seu projeto petrolífero em constantes tropeços na política governamental” (LAJOLO, 2000, p. 76); obra que, segundo Alves Filho (2003), “continua sendo um documento de consulta obrigatória para todos que se proponham a investigar a história da ação dos trustes no Brasil” (ALVES FILHO, 2003, p. 71).

A obra é um sucesso de público e um prato cheio para a censura. No ano seguinte, já em plena ditadura Vargas, o livro é proibido de circular, assim como as companhias de petróleo tinham sido proibidas de encontrar petróleo.

As relações de Monteiro Lobato com o poder ficam cada vez mais tensas. (LAJOLO, 2000, p. 76).

Mas Monteiro Lobato insiste. Em nova carta a Getúlio Vargas, de março de 1938, esclarece que o novo Código de Minas inviabiliza a atuação das companhias nacionais de petróleo pois desconsidera os registros das jazidas efetuados sob as regras anteriores. E ainda “ressalta que a lei, de autoria do engenheiro Domingos Fleury da Rocha, diretor do Departamento Nacional da Produção Mineral e seu antigo desafeto, representa um golpe de morte para o petróleo do país” (AZEVEDO; CAMARGOS; SACCHETTA, 2000, p. 157, 158).

E é mais uma vez pela escrita, no seu estilo já tão característico, que seu caminho vai sendo traçado. Uma de suas cartas destinadas a Getúlio Vargas acabou oferecendo o pretexto para que Monteiro Lobato fosse preso por acusação de injúria ao presidente da República, ao criticar os atos do Conselho Nacional do Petróleo. “E, embora preso, não desistia do seu proselitismo epistolar. Aproveitando-se do aniversário de Getúlio enviou-lhe de 'presente' uma ideia numa carta repleta de

trechos irônicos” (KOSHIYAMA, 2006, p. 185, 186, grifo do autor). O presente (a ideia) seria a criação da Companhia Nacional do Petróleo com quinhentos mil contos de capital, como havia sido formada a Companhia Siderúrgica Nacional.

A prisão ocorreu em 27 de janeiro de 1941, e

antes da investida dos agentes policiais nos seus escritórios, Lobato fora arrancado de casa em plena madrugada [...]. Levado para o DEOPS (Delegacia Especializada de Ordem Política e Social) e qualificado, seria transferido para a Casa de Detenção (AZEVEDO; CAMARGOS; SACCHETTA, 2000, p. 159).

Fica incomunicável até o dia 30, quando recebe a visita da esposa, Purezinha, e da filha caçula, Ruth, num encontro de 30 minutos fiscalizado pelo chefe dos investigadores. Antes, porém, no dia 28, Lobato havia recebido um pequeno embrulho enviado por Purezinha que continha, além de roupas de baixo, aspirinas e produtos de higiene, um lápis bem apontado que, o – sempre – escritor vai usar no papel do embrulho que desamassa, para escrever à sua esposa. E “Na carta que ele diz escrever à toa, ‘para dar vazão aos sentimentos, *porque não há jeito* de fazer esse papel chegar a você’, salta à vista o impacto que a incomunicabilidade lhe causara” (AZEVEDO; CAMARGOS; SACCHETTA, 2000, p. 160, grifo do autor).

No meio da tarde desse mesmo dia Lobato será conduzido a novo interrogatório no DEOPS antes de ser liberado.

Última peça do inquérito policial, o relatório seria encerrado em 1º de fevereiro e remetido no mesmo dia ao TSN (Tribunal de Segurança nacional). Aponta que, a par das buscas nos escritórios da UJB (União Jornalística Brasileira) e da Companhia Matogrossense, também fora vasculhada a “residência do indiciado”. Salieta ainda que “ficou provado à sociedade que o Dr. José Bento Monteiro Lobato [...] procura com notável persistência desmoralizar o Conselho Nacional do Petróleo”, sem contudo apresentar qualquer prova das acusações, o que demonstrava a “suma gravidade do delito praticado pelo indiciado”. Foram esses os motivos alegados para justificar a ação policial contra Lobato (AZEVEDO; CAMARGOS; SACCHETTA, 2000, p. 161).

Porém, a razão concreta (e jamais admitida oficialmente) da prisão, de acordo com Azevedo, Camargos e Sacchetta (2000) teria sido uma entrevista de Monteiro Lobato à BBC de Londres, irradiada em diversos idiomas a 30 de dezembro de 1940 e reproduzida pela imprensa norte-americana, inglesa e argentina, na qual o escritor consegue alfinetar a ditadura brasileira driblando, em nível internacional, a censura

imposta em nível nacional pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Em um dos trechos bastante contundentes – de um todo bastante provocativo, Lobato afirma:

Desnorteada com a liquefação de todos os valores cristalizados em séculos, a humanidade tonteia diante do surto dos valores da violência, que os partidos vitoriosos por assalto ao poder forçam sobre o indefeso homem comum. O justo passa a injusto, o certo é o errado e o errado é o certo; o bom é o mau e o mau é o bom; o pensamento livre é o crime e a delação é a virtude; a história é falseada nas escolas para que também se torne instrumento dessa obra de *inversão de todos os valores* (LOBATO, 1948, p. 174-176 apud AZEVEDO; CAMARGOS; SACCHETTA, 2000, p. 161, 162).

O escritor seria posto em liberdade 4 dias após ter sido detido na madrugada de 27 de janeiro de 1941, para ser preso novamente em 19 de março, dessa vez por um período mais longo. Monteiro Lobato é julgado culpado por delito de opinião. (XAVIER, 2010, p. 72).

Agora, com a experiência da prisão anterior, “e sem a incomunicabilidade que tanto o perturbava, Lobato encara o episódio com serenidade. Mantém um 'diário' onde relata as visitas dos seus noventa dias de prisão” (AZEVEDO; CAMARGOS; SACCHETTA, 2000, p. 163, grifo nosso).

Escrever, para Monteiro Lobato, era uma necessidade do corpo. Nas suas palavras ao amigo Rangel em 07 de junho de 1914 ele já havia descoberto isso: “Às vezes passa-me a ideia de agarrar palavras, [...], e dizer ao mundo: 'Sou assim, [...]'! Não escrevo para ti, [...]. Apenas satisfaço uma necessidade orgânica, [...]'. Pura fisiologia” (LOBATO, 1957, t. 1, p. 360). Então, com a máquina de escrever, papel e o livro *The arches of the years* para traduzir, levados por sua mulher e a filha Ruth, transforma sua cela em escritório e dá início a uma profusa correspondência. Escreve a Cândido Fontoura, a Menotti del Picchia, a Lygia Fagundes Telles, ao amigo, tradutor e editor argentino Benjamin de Garay e a várias outras personalidades, segundo Azevedo, Camargos e Sacchetta (2000), sempre no seu peculiar estilo, cáustico e zombeteiro.

Ao amigo Fontoura, por exemplo, escreve ironizando o Tribunal de Segurança, e diz jocosamente que este o achara um tanto magro e que, por isso, decidira hospedá-lo num dos melhores hotéis de São Paulo, O Detenção Hotel. Conta também que se sentiu humilhado por seus companheiros de cela – um médico, um industrial e um engenheiro – por não ter matado nenhuma mulher, como

os dois primeiros, nem falsificado nada, como fizera o último. Fala das visitas que recebe e da grande quantidade de guloseimas trazidas; reclamando que dessa forma iria engordar e assim não poderia se transformar no mártir número 1 do petróleo por não haver mártires gordos (AZEVEDO; CAMARGOS; SACCHETTA, 2000, p. 163, 164).

Ainda segundo Azevedo et al. (2000), a prisão não faz Monteiro Lobato desistir da causa do petróleo e, como seu julgamento fora irradiado pela Hora do Brasil e divulgado também na imprensa norte-americana, ele percebe que pode driblar novamente o cerco da censura do Departamento de Imprensa e Propaganda e reacender a polêmica do petróleo escrevendo a Geraldo Serra, seu secretário na União Jornalística Brasileira: “Estou como queria, colhendo o que plantei. A 'Causa do Petróleo' ganha muito mais com a minha detenção do que com o comodismo palrador aí do escritório” (NUNES, 1986, p. 235 apud AZEVEDO; CAMARGOS; SACCHETTA, 2000, p. 166).

Lobato mais uma vez sofre as consequências por dizer exatamente o que pensava. Condenado a seis meses de prisão, não se dobra. Nem se emenda. E, apesar do baque, continua vivaz, sarcástico e cheio de compaixão pela fauna de “lealíssimos assassinos” e “ingênuos transgressores dos códigos humanos” que o cercam. Distribui tudo quanto lhe trazem, escuta pacientemente os desabaços, faz inúmeras amizades. Uma delas, tachado de homem perigoso, “verdadeiro monstro”, é José Maria Crispim, operário, membro do Comitê Regional do Partido Comunista, cujo coração generoso e “inteligência nobilíssima” não escapam a Lobato. “Ele não fala de si”, conta, “só quer conversar de grandes ideias” (CAVALHEIRO, 1956, p. 69-71 apud AZEVEDO; CAMARGOS; SACCHETTA, 2000, p. 167, 168, grifos do autor).

Na prisão Lobato torna-se consciente da dura vida no cárcere e, sempre atento à realidade que o cerca, não se furta a manifestar-se sobre o assunto. Faz-se porta-voz dos companheiros, pondo em cena, mais uma vez, sua multiplicidade: o advogado Monteiro Lobato estuda os processos e solicita ao então secretário da Justiça, Abelardo Vergueiro César, revisões e soltura dos que já haviam cumprido suas penas; o editor e escritor já famoso recorre a amigos influentes com pedidos de emprego para ex-presidiários (AZEVEDO; CAMARGOS; SACCHETTA, 2000).

O Lobato cidadão político e crítico social escreve a Fernando Costa, novo interventor de São Paulo, no dia de sua posse, cumprimentando-o em nome dos cerca de seiscentos detentos, vítimas, segundo ele, do esquecimento e da crueldade

humana, que sofriam com a aplicação de torturas pela polícia do Estado (AZEVEDO; CAMARGOS; SACCHETTA, 2000, p. 168 -170).

Ao comandante do Conselho Nacional do Petróleo, general Horta Barbosa, responsável por sua prisão, Lobato envia uma carta debochada e irreverente, em agradecimento pelos dias inesquecíveis e deliciosos passados na Casa de Detenção, que lhe permitiram meditar sobre o livro de Walter Pitkin, *A short introduction to the history of Human Stupidity*. E nem o presidente Vargas escapa de sua ferina ironia. Lobato recomenda a Getúlio aproveitar o general comandante do Conselho Nacional do Petróleo e os demais membros como combustível nas fornalhas das sondas (LAJOLO, 2000, p. 77,78).

E quando descobre que amigos, familiares e intelectuais estão se movimentando para tirá-lo da cadeia, diz que não quer liberdade apenas para si e reage com um discurso radical: “Anistia aos presos políticos. Prestes irá residir no México, e eu vou dar petróleo a esta infame terra. Precisamos de muito petróleo para fazer uma fogueira imensa e assar esse tribunais de exceção” (CAVALHEIRO, 1956, v.2, p. 72 apud AZEVEDO; CAMARGO; SACCHETTA, 2000, p. 170).

A despeito de não esmorecer na questão do petróleo e de se engajar em outras causas, como a das condições dos encarcerados, de tentar ensiná-los a ler e de buscar colocações junto a seus amigos para os que já haviam cumprido pena; “apesar de toda esta coragem, quem sai do presídio poucos meses depois é outro homem, desencantado e amargurado” (LAJOLO, 2000, p. 78). E esse homem, de quase sessenta anos, vai enfrentar a perda de outro filho – morre em fevereiro de 1942 seu filho Edgard ; o suicídio de seu cunhado Heitor, e sua precária situação financeira, resultado das perdas com as buscas pelo petróleo.

Descrente do governo, enredado em problemas pessoais, ainda assim no último decênio de sua vida ressurgem esporadicamente a garra daquele Monteiro Lobato que, entusiasmado com a Biblioteca do Congresso, em Washington, tinha dito que “uma país se faz com homens e com livros”. Por este tempo, suas simpatias ideológicas e intelectuais são amplas e díspares: começa a interessar-se pelo espiritismo, adere ao georgismo e aproxima-se bastante de algumas posições comunistas. (LAJOLO, 2000, p. 78).

O escritor muda-se para a Argentina em 1946, onde escreve um livro com o pseudônimo de Miguel García. O livro, **La nueva Argentina**, de acordo com Marisa

Lajolo (2000) teria o objetivo de explicar a plataforma peronista que transformaria a Argentina num país forte e feliz.

Mas, afirma Lajolo (2000), o exílio voluntário lhe pesa. Sente falta dos amigos e decide regressar. Ainda segundo a lobatóloga, esse Lobato que retorna ao Brasil parece ter compreendido mais amplamente a natureza do capitalismo, aperfeiçoando sua visão que, em 1935, o teria feito escrever o artigo **Os grandes crimes contra os povos**, quando no auge da campanha do petróleo teria se referido ao “capitalismo anônimo internacional que paira sobre o mundo como tremendo Pássaro Roca controlador dos governos fracos [que] não passam de bonecos nas mãos do Poder Oculto do Capitalismo Internacional Anônimo [...]” (LOBATO, 1935, não paginado apud LAJOLO, 2000, p. 80).

E, para Lajolo (2000), essa mesma concepção o fizera se desligar da União Cultural Brasil-Estados Unidos, “justificando numa carta [...] 'os americanos fazem a maior das guerras ao fascismo na Europa e dão todo o apoio moral e material ao mesmo fascismo aqui'”. Nesse contexto, Monteiro Lobato se reaproxima das ideias de Luís Carlos Prestes.

“É quando escreve sua obra mais desconhecida, **Zé Brasil**” (LAJOLO, 2000, p. 78).

4.2 A ÚLTIMA TRANSMUTAÇÃO DO JECA: ZÉ BRASIL

Segundo Alves Filho (2003), nos meses em que cumpriu sua pena, Monteiro Lobato conviveu com outro tipo de Jeca, sendo então possível observá-lo por novo ângulo.

Em entrevista concedida ao Diário de São Paulo – pouco após ter reconquistado o direito de ir e vir – refere-se, com grande admiração, a um deles:

“Conheci na detenção um comunista de terrível fama. Ao porem-me junto com ele avisaram-me de que se tratava de um homem perigosíssimo, verdadeiro monstro, etc. Não tive medo. Aceitei a companhia do 'monstro' e com ele passei no apartamento da prisão especial um mês e meio. Chama-se José Crispim. Um modesto operário – mas que grande alma, que imenso coração, que nobilíssima inteligência! [...] não falava de si, só queria falar de ideias e grandes ideias. E estudava a economia brasileira. Quando obtive que o Roberto Simonsen lhe mandasse a sua 'História Econômica do Brasil', com que gosto, com que sorriso de prazer imenso, ele lia aquilo [...]. Crispim não tinha crime nenhum. Estava preso porque em sua casa foram encontrados livros sobre a Rússia – essas mesmas obras que hoje andam à venda em todas as livrarias.”

Foi na vigência do Estado Novo que Lobato entrou em contato com diferentes tipos de “Jecas urbanos”, atafalhados nas masmorras da ditadura (ALVES FILHO, 2003, p. 73).

Nesse período o escritor começa a (re)desenhar mais uma vez seu camponês. Os traços agora se identificam com os ideais do Partido Comunista, e o Jeca vai sofrer uma nova (e última) metamorfose. Monteiro Lobato aborda, novamente, passados 33 anos, a temática do trabalhador rural, questão dos seus polêmicos e (talvez por isso) famosos artigos **Velha Praga e Urupês**, de 1914.

Mas o olhar do escritor agora é outro. Lobato vai mostrar nessa nova roupagem do Jeca a situação dos meios de produção no campo, “tema candente, insistentemente debatido pela imprensa comunista” (LUCA, 2014, p. 365), o latifúndio, para os comunistas, o verdadeiro problema vital.

Segundo Tânia Regina de Luca (2014) há uma considerável distância entre a caracterização de Jeca Tatu, que despertou polêmica principalmente “por afrontar certa tradição romântica de atribuir dimensões épicas ao homem do campo, e as mutações subsequentes” (LUCA, 2014, p. 360).

Nesse momento, Lobato condensa em **Zé Brasil** (1947) sua nova visão do camponês brasileiro, “em que a temática central desloca a explicação dos males do Brasil do trabalhador rural para a atitude das classes dominantes e para estrutura fundiária responsável pelo nomadismo e pela pauperização do Jeca (LIMA, 1998, p. 150, apud XAVIER, 2010, p. 72). “Dessa vez, [...], ele é a reencarnação 'politizada' do caboclo: com Zé Brasil, Lobato faz também uma autocrítica, atribuindo à estrutura econômica brasileira, e não mais à preguiça ou à falta de saúde, a precária situação do camponês brasileiro” (PAZ, 2011, p. 22, grifo nosso).

Em formato de folheto, com 28 páginas, **Zé Brasil** é lançado em 1947 pela Editorial Vitória que, segundo Xavier (2010), era difusora de textos marxistas e comprometida com o Partido Comunista Brasileiro. Apreendido em seu primeiro lançamento, acaba sendo muito procurado e logo surgem edições clandestinas nas quais o texto passa a ser distribuído.

Em 1948, quando foi publicado pela Editora Calvino, o livreto passa a circular livremente. Porém, “[...] A apreensão de publicações indesejáveis continuou sendo feita no plano estadual, como a ocorrida na Bahia, quando foram confiscados dois mil exemplares de Zé Brasil (1948), [...], um folheto de 28 páginas, publicado pela Editorial Vitória [...]” (HALLEWELL, 2005, p. 519 apud PAZ, 2011, p. 23). Eliane

Hatherly Paz (2011) no artigo **Juca, Candinho e Zé: o mesmo Brasil**, afirma que Lobato teria escrito o folheto com a intenção de defender o Partido Comunista, de Luís Carlos Prestes, a quem o escritor passa a admirar, e partido também de seus sócios na Editora Brasiliense Caio Prado Jr. e Artur Neves.

Segundo Luca (2014), não há como negar o carácter pedagógico do texto que “apresenta, em tom de denúncia, as características da estrutura social brasileira e da exploração inerente ao modo de produção capitalista” (LUCA, 2014, p. 363). O enredo narra as angústias do trabalhador rural, submetido aos caprichos e à exploração de um poderoso latifundiário – o Coronel Tatuíra. “Esse Zé, coloquial de José, nome dos mais comuns, personificava milhares de outros indivíduos que, em todo o *Brasil*, compartilhavam as mesmas dificuldades e injustiças, perpetradas por um punhado de coronéis, tal como o Tatuíra do texto lobatiano” (LUCA, 2014, p.358).

Em pouco mais de vinte páginas, afirma Luca (2014), Lobato apresenta ao leitor o cotidiano desse Jeca, que vive sem qualquer mobília num casebre de sapé, trabalha de sol a sol apesar das doenças – opilações, verminoses, malária, sezões. Sua precária condição de agregado é retratada por meio de diálogos, e o interlocutor de Zé Brasil, segundo Alves Filho (2003) seria uma espécie de inconsciente do personagem.

Alves Filho (2003) afirma também que, desde o início da história, Monteiro Lobato deixa clara sua intenção de identificar Jeca Tatu e Zé Brasil como um só personagem, “metamorfoseando a identidade construída em torno do primeiro, em 1914, na identidade do segundo. Zé Brasil, como Jeca Tatu, 'era um pobre coitado'. Os dois moravam em casa de sapé sem mobília nenhuma” (ALVES FILHO, 2003, p. 74, grifo do autor).

Basicamente, o único aspecto onde a descrição do Jeca Tatu diverge do Zé Brasil é quanto ao procedimento. O primeiro era descrito como 'preguiçoso'; o segundo é descrito como 'trabalhador dedicado'.

“A vida do Zé Brasil era mais simples. Levantar de madrugada, tomar uma cafezinho ralo com farinha de milho (quando tinha) e ir para a roça pegar no cabo da enxada [...]. A luta com a terra sempre foi brava” (ALVES FILHO, 2003, p. 74, grifo nosso).

Na análise de Alves Filho (2003), diferentemente de Jeca Tatu, Zé Brasil não arma arapuca de agregado. O Coronel Tatuíra – nome do coronel do conto e antagonista de Zé Brasil – é quem seria o verdadeiro tatu da história, cavando

buracos – armadilhas – para enredar os Jecas. Zé Brasil representa os milhares de trabalhadores rurais sem terra que, assim como Jeca Tatu, vivem como agregados.

No conto, Zé Brasil explica que trabalha de meeiro para o Coronel Tatuíra, dizendo que ele, o coronel, não faz nada: não fornece nenhuma ferramenta, nem remédios para a malária ou para as verminoses, mas na hora da colheita, leva a melhor metade, ou seja, a melhor parte da produção. O que sobra para os trabalhadores é a parte magra, o cultivo de pior qualidade (ALVES FILHO, 2003).

“O tom didático do panfleto vai ao encontro de um público rural leitor de almanaques, em sua maioria pessoas com pouca instrução, para quem a narrativa precisava ser mediada por imagens” (PAZ, 2011, p. 24). Em diálogo simples e direto, Monteiro Lobato vai desmistificando os conceitos estereotipados sobre o comunismo ao mesmo tempo em que idealiza a imagem de Luís Carlos Prestes. Para combater o Coronel Tatuíra, que representa o latifúndio, Lobato usa as ideias de Prestes, exaltando a campanha do Cavaleiro da Esperança e conclamando os homens do campo à ação:

Quem é que o guerreia? Os que trabalham na roça, como você? Os que sofrem as injustiças do mundo, como você? Os que nas cidades ganham a vida nos ofícios ou como operários de fábricas? Os que produzem tudo quanto existe no mundo? Responde: Não. Os que combatem Prestes e as ideias de Prestes não são os que trabalham e sim os que vivem à custa do trabalho dos outros (LOBATO, s/d, p. 22 apud PAZ, 2011, P. 24).

Na análise de Luca (2014), a presença de diálogos não envolve, necessariamente, o estabelecimento de trocas efetivas, mas tem função estratégica no desenrolar da narrativa, cujo propósito é “conduzir Zé Brasil, nomeação metafórica que abarca todos os oprimidos pela ordem vigente, a tomar consciência de sua situação, que culmina – e também se esgota – no ato de cerrar fileiras em torno do Cavaleiro da Esperança” (LUCA, 2014, p. 364).

Segundo Alves Filho (2003), em **Zé Brasil** Monteiro Lobato mantém sua “tese da alienação das elites e continua chamando a atenção para as endemias que minavam o organismo do Jeca” (ALVES FILHO, 2003, p. 74).

A gente da cidade – como são cegas as gentes das cidades! Esses doutores, esses escrevedores nos jornais, esses deputados, paravam ali e era só crítica: vadio, indolente, sem ambição, imprestável... Não havia o que não dissessem do Zé Brasil. Mas ninguém punha atenção nas doenças que derreavam aquele pobre homem – opilação, sezões, quanta verminose há,

malária. E cadê doutor? Cadê remédio? Cadê jeito? (LOBATO,1947, não paginado apud ALVES FILHO, 2003, p. 74, 75).

Ainda de acordo com Alves Filho (2003), nem Jeca Tatu nem Zé Brasil prosperaram. Ao Jeca, Lobato atribui o fracasso à preguiça e ao descaso das autoridades. Já Zé Brasil não prospera em virtude de problemas mais complexos, vítima de relações de produção, historicamente bem estruturadas. “Lobato insiste que a classe social que quer manter a ferro e fogo tais relações – pois beneficiária delas – é a responsável pelas precárias condições de sobrevivência material de milhões de Jecas” (ALVES FILHO, 2003, p. 75).

Para Marisa Lajolo (2000) a história de Zé Brasil representa uma autocrítica do Lobato maduro ao jovem escritor que, ao criar o polêmico Jeca, não foi capaz de perceber a dimensão econômica do problema agrário brasileiro e que, mesmo avançando na sua percepção do camponês em virtude das campanhas de saneamento, não chega a compreender de fato que os problemas da saúde, na verdade, mascaravam outros mais concretos, os da infraestrutura brasileira. E para Lima Barreto, já em 1921, o verdadeiro problema vital do Brasil seria o latifúndio, como afirmam Azevedo, Camargos e Sacchetta (2000).

Os primeiros folhetos que saíram, em 1947 pela Editorial Vitória, trazem ilustrações do pintor amazonense Percy Deanne (1922-1984) que, segundo Luca (2014) mostram o “caboclo descalço e maltrapilho, seu simpático cachorrinho Joli, o rechonchudo coronel, com chapéu de abas largas e seu inseparável chicote, que também compunham a capa” (LUCA, 2014, p. 360). Em fevereiro de 1948, o folheto seria apreendido pelos órgãos de repressão do Estado. “O fato, longe de ser uma medida isolada, inseria-se no já vasto rol de ataques às liberdades democráticas, tornadas rotineiras no governo Dutra e que visavam, sobretudo, organizações e publicações vinculadas ao PCB” (LUCA, 2014, 369).

As apreensões policiais desencadeiam a impressão e a distribuição de diversas edições clandestinas, segundo Azevedo et al. (2000), e cartas e telegramas não param de chegar ao escritório do autor que, “em mais de uma das suas tiradas declarou aos jornalistas: 'Para um escritor nada melhor do que as iras da Polícia, do que o veto da Igreja, do que a condenação dos pseudomoralistas’” (AZEVEDO; CAMARGOS; SACCHETTA, 2000, p. 196, 197).

Em 1948, *Zé Brasil* teria uma edição ilustrada com dez desenhos de Candido Portinari, nos quais os traços variam entre o realismo, o expressionismo e a figuração semiabstrata, e perde o ar caricatural que lhe havia dado Deanne, segundo afirma Eliane Hatherly Paz (2011). Mas, “é a deformidade da ilustração da capa que prende os olhos” (PAZ, 2011, p. 24).

Recurvado sobre o solo seco, *Zé Brasil* é apenas tronco e membros, que aparentam estar plantados no sertão pelos pés descalços. Sua pele, ressecada sobre o corpo magro e esgarçada sobre os músculos, faz saltar as veias e as mãos castigadas do lavrador, que retira as moitas rasteiras e semiestéreis. Em sua cabeça pequena, desproporcional ao corpo, não há traços que o individualizem: *Zé Brasil* é um “zé ninguém” (PAZ, 2011, p. 25).

Paz (2011) afirma ser desconhecida a forma como Portinari se envolveu com essa publicação de Monteiro Lobato, mas que, segundo nota na imprensa, certa vez Lobato teria se queixado de que seu *Zé Brasil* andava mal vestido. E, segundo a mesma nota, sua queixa não persistiria por muito tempo: Portinari ilustraria uma edição de luxo de ***Zé Brasil***.

Também não consta ainda nos arquivos do Projeto Portinari, segundo Paz (2011), nenhum documento que estabeleça indícios de ter havido por parte de Lobato uma encomenda das ilustrações de ***Zé Brasil***. Em contrapartida, há um bilhete de Leme Júnior, do ano de 1948, a Candido Portinari sobre o envio de dez exemplares do livro e dos originais das ilustrações para serem assinados. “Segundo informações no banco de dados do Projeto, Leme Júnior foi 'pessoa ligada ao PCB e à editora do livro *Zé Brasil*'” (PAZ, 2011, p. 25, grifo do autor).

Ainda segundo Paz (2011), como acontecera com o escritor, também o pintor se encantara com o discurso do Cavaleiro da Esperança sobre o latifúndio, e aderiu ao Partido Comunista, como declarou, em entrevista ao jornal ***Tribuna Popular***, em agosto de 1945:

Quando o homem falou dos camponeses e tocou o problema da terra dei um pulo. Tinha tocado na ferida do Brasil. Era a vida de meu pai, de minha família, era a vida de Brodósqui, era a vida da massa camponesa do Brasil. Devo a Prestes essa emoção. Nas suas palavras senti o drama do homem brasileiro sem terra. Já em Brodósqui não precisava ir mais longe, eu sinto o drama do meeiro. O dono da terra não vende a terra, faz a meia, lucra sempre e não deixa o camponês progredir. A terra é dele. O latifúndio é a causa da miséria (BALBI, 2003, p. 88 apud PAZ, 2011, p. 25).

Embora, de acordo com Lajolo (2000) Monteiro Lobato nunca tenha se filiado ao Partido Comunista, como o fez Portinari, é evidente seu realinhamento ideológico com os ideais comunistas na sua última reconstrução do caipira.

Para Marisa Lajolo (2000)

Este Monteiro Lobato maduro reescreve o jovem Monteiro Lobato que em 1914 não tinha sabido entender a dimensão econômica do problema agrário brasileiro. Zé Brasil corrige também o outro Monteiro Lobato que, nos anos 20, no meio de campanhas pela saúde pública, avança a questão, mas não chega a atinar que o problema das péssimas condições de saúde do Jeca era decorrente da infraestrutura brasileira (LAJOLO, 2000, p. 81).

Quando comparadas aos debates que cercaram (e ainda cercam) o Jeca Tatu, do preguiçoso ao doente, as referências a Zé Brasil são relativamente escassas, de acordo com Luca (2014). Ainda segundo essa pesquisadora, na biografia de Monteiro Lobato escrita em 1955 por Edgard Cavalheiro, consta que o escritor estava sem entusiasmo para obras de fôlego, não mostrando, portanto, todo seu estilo e seu potencial ao escrever **Zé Brasil**, produzindo um texto marcado por diálogos frágeis e descrições pobres, numa composição apressada, bem diferente do Lobato incisivo e colérico, pai de Jeca Tatu – o caboclo preguiçoso e queimador de mato, e do Lobato discípulo da ciência como promotora da cura que levaria ao desenvolvimento econômico do país, pai de Jeca Tatuinho (LUCA, 2014).

“O didatismo e o viés doutrinário explicariam, portanto, a falta de qualidade e força literárias, opinião que vem sendo endossada e acabou por tornar-se dominante” (LUCA, 2014, p. 363), o que ressalta o caráter pedagógico da obra que, em tom de denúncia, aborda as características da organização social brasileira e dos modos de produção inerentes ao capitalismo. Luca (2014) afirma que, nessa linha **Zé Brasil** dialoga com a produção literária de 1930 e 1940, cujo objetivo era revelar e alterar a realidade brasileira, tendo como temática principal a problemática agrária (LUCA, 2014).

A falta de qualidade e de força literárias talvez possam ser explicadas pelo momento que Lobato vivia – o escritor já era um homem envelhecido, doente, descrente: perdeu seus dois filhos, seu cunhado e amigo, foi preso por seis meses, teve obras censuradas e passou por várias falências. Razões não faltavam para desânimo, tristeza e desalento. Mas mesmo envelhecido, cansado e desencantado, Monteiro Lobato “ainda encontra forças para procurar soluções para os eternos

problemas brasileiros que tanto o angustiavam” (AZEVEDO; CAMARGOS; SACCHETTA, 2000, p. 197) e é na literatura que sempre busca seu caminho.

5 NO CAMINHO DA ROÇA

Intriga o fato de que um personagem cujas aparições são esporádicas, numa obra vastíssima – Alves Filho (2003) afirma que, de cerca de oito mil páginas, Jeca Tatu ocuparia bem menos que uma centena delas – a criação de Monteiro Lobato esteja ainda, depois de 104 anos, tão presente no imaginário brasileiro, (re)acendendo tantas polêmicas e sendo objeto de diferentes apropriações.

Jeca Tatu vem chegando de mansinho, no último parágrafo de **Velha praga** (1914), e não vem sozinho; traz com ele Chico Marimbondo e Manoel Peroba, que não voltam a aparecer em **Urupês**. Nos parágrafos anteriores ele era só o caboclo incendiário, “um urumbeva qualquer, de barba rala, amoitado num litro de terra litigiosa” (LOBATO, 2009, p. 163).

No segundo artigo – **Urupês** – a imagem e o nome de Jeca Tatu ganham corpo. O artigo acabou dando nome também ao primeiro livro de contos assinado por Monteiro Lobato e que, segundo Ceccantini (2014), da primeira publicação em 1918 até 1923 já havia alcançado 30.000 exemplares vendidos, configurando-se como “um fenômeno inédito no mercado editorial brasileiro da época e, diga-se, com números impressionantes mesmo para os padrões atuais de edição de um livro nacional de contos” (CECCANTINI, 2014, p. 51).

Desde seu lançamento, *Urupês* configurou-se como um estrondoso fenômeno editorial e cultural, [...]. O brutal impacto de *Urupês* à sua época, a maneira espetacular como mobilizou a opinião pública e a intelectualidade brasileira, a quantidade de artigos sobre a obra publicados nos mais variados veículos da imprensa e as polêmicas que criou fizeram história. Do mesmo modo, a extraordinária vendagem alcançada pela obra, objeto de altas tiragens, atípicas para os padrões de seu tempo, e de edições as mais variadas, utilizando-se de recursos gráficos editoriais inovadores (capas coloridas, ilustrações, paratextos etc.) constituiu um divisor de águas do mercado editorial brasileiro (CECCANTINI, 2014, p. 44).

O sucesso de vendas propagou a imagem do Jeca e causou (e continua causando) polêmica, pois quem se sentiu incomodado, reagiu discordando de Monteiro Lobato, porém a discordância e a polêmica não deixaram que o Jeca caísse no esquecimento. “A discordância dava-se apenas quanto à possibilidade de tomá-lo como representativo do 'caboclo' brasileiro em geral” (ALVES FILHO, 2003, p. 99, grifo do autor). Assim, a oposição a Monteiro Lobato quanto às características negativas do caipira encerradas no Jeca, acabava realçando sua inferioridade e

sancionando o estereótipo criado pelo escritor ou, nas palavras do próprio Lobato: “Para um escritor nada melhor do que as iras da Polícia, do que o veto da Igreja, do que a condenação dos pseudomoralistas” (AZEVEDO; CAMARGOS; SACCHETTA, 2000, p. 196-197).

Ao Jeca também coube a glória de figurar na “retórica política de Rui Barbosa como exemplo das condições de miséria e abandono em que vivia o povo brasileiro” (SOUZA, 2017, p. 31). O então candidato a presidente fez, talvez, a primeira apropriação da figura de Jeca Tatu, e o caipira estereotipado, que já vinha percorrendo o país, desde 1914 com as publicações dos artigos nos jornais e, a partir de 1918, no livro de contos **Urupês**, ganha mais notoriedade.

São muitas as apropriações feitas da figura de Jeca Tatu, tanto para exprimir uma comida típica do interior do país quanto para anunciar uma festa junina ou uma noite sertaneja: “Classe média solta o Jeca em noite sertaneja’ – título da matéria de Mário César Carvalho, publicada na Folha de São Paulo, em 12/07/1992” (ALVES FILHO, 2003, p. 93).

Para Alves Filho (2003) são muitas as razões para a duradoura presença do Jeca no nosso imaginário. Uma delas teria sido a fácil aceitação da construção original do arquétipo do caboclo, porque o tipo estaria, de certo modo, apoiado em imagens literárias conhecidas como as de contos de Gustavo Barroso, Camilo Castelo Branco, bem como traços literários calcados no sertanejo de Euclides da Cunha (ALVES FILHO, 2003, p. 106).

Outra razão apontada por Alves Filho (2003) para Jeca Tatu reaparecer e sobreviver como identidade nacional seria a sua bondade. Estabelecendo uma comparação entre duas identidades nacionais construídas em momentos históricos distintos: o caipira de Lobato, na Primeira República, e o índio de José de Alencar, no Segundo Reinado, o sociólogo afirma que “Em comum, como identidade do brasileiro, o Jeca de Lobato tem com o índio de Alencar o fato de também ser bom. Pois é a bondade natural que, de forma subjacente, Lobato mantém como substrato dos [...] Jecas que construiu” (ALVES FILHO, 2003, p. 108).

Há também a empatia do nome – Jeca é o jeito caipira de tratamento àquele que se chama Zeca, apelido ou tratamento carinhoso dado a José, nome de muitos brasileiros, por isso, para Alves Filho (2003) não importa se a versão do escritor para a escolha do nome do personagem é real ou fictícia, o fato é que houve um “forte apelo emocional contido no caricato nome Jeca Tatu” (ALVES FILHO, 2003, p. 109).

Outros fatores apontados por Alves Filho (2003) seriam os milhões de cópias do livreto Jeca Tatuzinho, espalhados Brasil afora pelo laboratório de Candido Fontoura. Segundo o próprio Lobato, como já mencionado, até 1956 as tiragens já haviam alcançado 15 milhões, tornando o Jeca uma figura familiar nos quatro cantos do país.

Jeca Tatu também foi alvo de muitas matérias e charges que foram, e ainda são, publicadas em jornais e revistas de alta circulação, que o retratam ora como identidade do caipira, ora como referencial do brasileiro pobre, ora do brasileiro em geral (ALVES FILHO, 2003, p. 111). Sem falar nos diversos filmes do ator e produtor Amácio Mazzaropi contendo a palavra Jeca no título – oito no total, nos quais a caracterização do personagem (principalmente o vestir, o andar, o acocorar-se) assemelha-se com aquela feita por Monteiro Lobato em **Urupês**. Filmes que foram, entre as décadas de 1960 e 1980, ao mesmo tempo, grandes bilheterias e simplórios e de má qualidade para os críticos (ALVES FILHO, 2003). O que, tanto de um lado quanto de outro, atraíam a atenção para o Jeca Tatu, fazendo-o permanecer na lembrança do brasileiro.

“O grande número de músicas que em suas letras destacam a simplicidade dos hábitos e os bons sentimentos do Jeca, implicando tratar-se de maneiras de ser bem brasileiras” (ALVES FILHO, 2003, p. 112), com destaque do sociólogo para o que ele considerou ser um dos maiores clássicos da chamada música sertaneja, a toada **Tristeza do Jeca**.

Além da música, do cinema, de matérias nos jornais e de charges em revistas de grande circulação, Jeca Tatu foi dicionarizado e virou jeca-tatu, habitante do interior rural brasileiro, segundo Houaiss (2011); ou simplesmente jeca, adjetivo que define aquele que é cafona, que não tem refinamento porque mora na roça, também de acordo com Houaiss (2011). É esse o jeca representado nas danças folclóricas da quadrilha das festas juninas – não sabe se vestir, não sabe andar calçado, não sabe falar direito, não tem traquejo social.

Mas, talvez uma das razões fundamentais para a permanência do personagem Jeca Tatu no imaginário social brasileiro, afirma Alves Filho (2003), sejam, justamente, suas transformações – preguiçoso, doente, explorado. Assim, “o personagem de Lobato, que nasceu com objetivos precisos, configurando uma identidade regional, de tanto ser metamorfoseado por seu criador, acabou por se transformar numa casca vazia” (ALVES FILHO, 2003, p. 93). Essa casca vazia foi (e

vem) sendo preenchida por diferentes conteúdos, permitindo que ele seja objeto de diferentes apropriações, mantendo (re)desenhada sua figura no imaginário social brasileiro.

6 CONCLUSÃO

O menino que, segundo ele mesmo, nasceu pintor, acabou não encontrando sua borboleta de asas de fogo nos caminhos da pintura mas, ajustando as velas de sua barca, deixou que os ventos o levassem para os mares da literatura. “Desistindo de uma arte, caiu nos braços de outra. Fez-se escritor, em uma transposição vocacional que se refletiria por toda sua obra” (AZEVEDO; CAMARGOS; SACCHETTA, 2000, p. 44).

José Bento Monteiro Lobato nasceu José Renato, mas aos onze anos já mudou de nome. Suas metamorfoses estavam apenas começando.

Desde a infância, passava longos períodos na biblioteca do avô materno: “Cada vez que naquele tempo me pilhava na biblioteca de meu avô, [...] me deslumbrava. Coisas horríveis, mas muito bem desenhadas [...]. Cenas de índios escalpando os colonos. [...] Eu 'ouvia' os gritos” (LOBATO, 1957, t. 1, p. 51, grifo nosso).

Sonhava com pintura mas o avô, visconde, o queria advogado. A literatura, porém, seria sua companhia mais constante. Desde a adolescência, José Bento escrevia artigos para jornais estudantis, sempre sob pseudônimos. E, mesmo cursando a Faculdade de Direito, interessava-se muito mais pela literatura e pela pintura do que pelas leis.

Durante o tempo de faculdade iniciou uma assídua correspondência com Godofredo Rangel, que duraria mais de 40 anos e mais tarde se transformaria no livro **A barca de Gleyre** (1957). Na grande maioria das vezes as cartas eram sobre os mais variados aspectos da arte da **literatura**.

No período em que trabalhou como promotor na cidadezinha de Areias, sempre trocando informações, sugestões e ideias com Rangel, Lobato escreveu alguns contos, que viriam a ser publicados anos mais tarde, quando ele se tornaria editor de seus próprios livros e dos livros de muitos outros escritores.

O **caminho** para o reconhecimento como escritor de talento começa a se **desenhar** em **Velha praga** que, assim como a imagem de Jeca Tatu, se cristaliza em **Urupês**.

A despeito de muitas opiniões conceituadas e aceitas de que a criação de Jeca Tatu é fruto da ira do fazendeiro contra o caboclo agregado, queimador de mato, a quem ele não poderia cobrar pelos danos causados em suas terras, nossa

conclusão é de que as intenções de Monteiro Lobato foram bem mais além. Parte da construção do Jeca foi, provavelmente, alicerçada na cólera que o fazendeiro sentiu observando como o camponês lidava com a terra. Cólera que o próprio escritor confessa ser sua musa inspiradora. Havia, porém, vários outros objetivos.

Tanto em **Velha praga** quanto em **Urupês**, há uma crítica explícita “a um romantismo ufanista que teimava em não morrer” (SOUZA, 2017, p. 65), mas que, para Lobato, precisava ceder espaço a um novo estilo, num período em que, segundo Souza (2017) a literatura ocidental tinha por pretensão reproduzir a realidade, quando o literato competia com o sociólogo pela primazia da visão científica sobre a realidade social (SOUZA, 2017, p. 66). Monteiro Lobato queria “matar o caboclo que evoluiu dos índios de Alencar e veio até Coelho Neto” (LOBATO, 1957, t. 1, p. 364) e mostrar os elementos para uma arte nova, que ele havia encontrado lá na fazenda, ou seja, que ele havia presenciado, sem o tal prisma que desnatura as realidades (LOBATO, 1957, t. 1, p. 362).

Crítico social que era e atento observador da realidade a seu redor, Lobato inicia em **Velha praga** o que enfatiza em **Urupês**: a caracterização do Jeca Tatu, evidenciando condições sócio econômicas bastante primitivas que o escritor enxergava nos camponeses do Vale do Paraíba e, numa espécie de sinestesia entre a literatura e a pintura, com cores fortes de tons bastante escuros, pinta o caboclo barba rala, feio, sorna, preguiçoso, “nômade por força de vagos atavismos”, “a vegetar de cócoras, incapaz de evolução, impenetrável ao progresso” (LOBATO, 2009, p. 161,169).

A alienação do Jeca Tatu talvez ainda pudesse ser compreendida por seu criador, pois Jeca não sabia ler nem escrever – ele nunca foi à escola. O que Monteiro Lobato parecia não compreender mesmo era a alienação dos que tinham os olhos “estonteados com as proezas infernais dos belacíssimos 'vons' alemães” (LOBATO, 2009, p. 159) ou de qualquer outra proeza que viesse da Europa, mas que não enxergavam os males do próprio país.

O momento da gestação e da concepção do personagem Jeca Tatu é coincidente com a aproximação de Lobato com os intelectuais nacionalistas do jornal **O Estado de São Paulo**, segundo afirma Xavier (2010), por isso os olhos do escritor se voltam para as coisas da roça, buscando o que, naquele momento, ele acredita representar a nossa nacionalidade, sem distorcer a realidade.

As três representações do camponês encerram momentos diferentes do pensamento de Monteiro Lobato. O Jeca de **Urupês** tem a visão do fazendeiro influenciada pelas leituras das teorias sociais ainda em voga, que pregavam a mestiçagem como degeneração da raça, o que, talvez, para Lobato explicasse o nomadismo de seu personagem, todo seu desapego a terra, o descaso com o meio ambiente, as queimadas, a baixa produtividade e, conseqüentemente, o atraso no campo e na economia do país. Já a preguiça do Jeca, o escritor atribuiu às benesses do ambiente, à fertilidade da terra, à abundância de alimento à disposição do caipira ou, nas palavras do escritor “a causa principal da lombeira do caboclo reside nas benemerências sem conta da mandioca” (LOBATO, 2009, p. 172).

As lentes dos microscópios dos pesquisadores de Manguinhos mudaram a visão de Lobato sobre a lombeira de Jeca Tatu, e a preguiça passou a ser vista cientificamente, como falta de hemoglobina no sangue que provoca a anemia. Os sintomas da anemia podem ser variados: cansaço, fraqueza, respiração ofegante, dores no corpo, dores de cabeça, calafrios, tudo provocado pela baixa quantidade de sangue. E Monteiro Lobato descobriu que seu Jeca não era preguiçoso, era vítima da ancilostomose, da malária, da doença de Chagas e de outras parasitoses que ainda atingem muitos Jecas. E para aliviar um pouco esses sintomas o caboclo recorria à cachaça. Descoberto isso, o escritor transforma Jeca Tatu em seu discurso em prol das campanhas sanitaristas e o personagem será ressuscitado como Jeca Tatuzinho – o camponês que prosperou após ter sido medicado e curado – nos almanaques dos laboratórios de Candido Fontoura.

Há um grande intervalo de tempo entre a ressurreição de Jeca Tatu e seu reaparecimento, transmutado no trabalhador rural sem terra, meeiro e explorado pelo latifundiário, cujo nome passou a ser Zé Brasil. Tempo (e acontecimentos) suficiente(s) para Monteiro Lobato perceber que retratar a realidade brasileira era bem mais complexo do que falar apenas da preguiça ou da miséria como agentes causadores do nosso atraso econômico.

A trajetória do personagem no pensamento do escritor, desde o Jeca preguiçoso do fazendeiro/escritor até o Jeca explorado pelos latifundiários do escritor/editor/tradutor/adido comercial/metalurgista etc, que há pouco havia sido preso por não calar suas ideias, corresponde, segundo Alves Filho (2003), a construções de identidades brasileiras que foram sancionadas por discursos de várias procedências, articulados em diferentes momentos históricos e com os mais

variados propósitos. “Notável que tais construções de identidades – em que pese a especificidade e a supremacia de cada uma delas em conjunturas precisas – permaneçam e coexistam em debates contemporâneos” (ALVES FILHO, 2003, p. 95).

Monteiro Lobato, a princípio, perseguiu na história do caboclo seu estilo literário, que aliasse uma ideia nova a um novo jeito de dizer. Desde o início o escritor demonstra uma grande preocupação com a forma de escrever: “Impossível boa expressão de uma ideia se não com ótima forma” (LOBATO, 1957, t. 1, p. 222). E o Jeca nasceu Tatu – um destruidor, parasita da terra; descrito em linguagem áspera (como se trata um parasita); cresceu Tatuzinho, e proferiu o discurso sanitarista de Lobato e dos laboratórios Fontoura. E, em 1948, Jeca morre como Zé Brasil, o trabalhador rural sem terra e explorado pelo patrão latifundiário, o último discurso proferido por Monteiro Lobato usando o caboclo como seu porta-voz.

Pela pena de Monteiro Lobato, Jeca Tatu proferiu diferentes discursos e por suas transmutações e apropriações continua a proferi-los, (re)acendendo polêmicas, seja por concordância ou por discordância às identidades que lhe são atribuídas, o que mantém sua imagem, e a de Monteiro Lobato, vivas.

“E se a Arte, como quer Hegel, é a ideia que se procura, que se acha e que se vai além dela, Monteiro Lobato é um grande e nobre artista” (LIMA BARRETO, 1921 apud ALVES FILHO, 2003, p. 11).

Esse grande e nobre artista tanto perseguiu a borboleta de asas de fogo que acabou por encontrá-la lá onde estava o Jeca Tatu, no **caminho da roça**.

REFERÊNCIAS

ALVES FILHO, Aluizio. **As metamorfoses do Jeca Tatu**: a questão da identidade do brasileiro em Monteiro Lobato. Rio de Janeiro: Inverta, 2003.

AZEVEDO, Carmen Lucia; CAMARGOS, Marcia; SACCHETTA, Vladimir. **Monteiro Lobato, furacão na Botocúndia**. São Paulo: SENAC, 2000.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

CASTILHA, Leandro Dalcin. A construção de um sentido de “caipira” no “Jeca Tatu” de Monteiro Lobato. **Espaço Plural**, São Paulo, ano VIII, n. 16, p. 71-74, jan./jun. 2007.

CECCANTINI, João Luís. **Cinquenta tons de verde: Urupês**, o primeiro *best-seller* nacional. In: LAJOLO, M. (Org.). **Monteiro Lobato livro a livro**: obra adulta. São Paulo: Editora da Unesp, 2014. p. 43-56.

CHIARADIA, katia. **Literatura, política, petróleo e escândalos**: o escândalo do petróleo. In: LAJOLO, M. (Org.). **Monteiro Lobato livro a livro**: obra adulta. São Paulo: Editora da Unesp, 2014. p. 283-296.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss Conciso da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

KOSHIYAMA, Alice Mitika. **Monteiro Lobato**: intelectual, empresário, editor. São Paulo: Edusp, 2006

LAJOLO, Marisa. **Monteiro Lobato**: um brasileiro sob medida. São Paulo: Moderna, 2000.

LAJOLO, Marisa. **Saci or not Saci**: that is the question. In: LAJOLO, M. (Org.). **Monteiro Lobato livro a livro**: obra adulta. São Paulo: Editora Unesp, 2014. p. 25-39.

LIMA, Nísia Trindade. **Jeca Tatu e a representação do caipira brasileiro**. Caxambu, XXII ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 1997. [RTF] Disponível em: <<http://clacso.edu.ar>>. Acesso em: 19 jul. 2016.

LOBATO, Monteiro. **Problema vital**. São Paulo: Brasiliense, 1956.

LOBATO, Monteiro. **A barca de Gleyre**: 1º e 2º tomos. São Paulo: Brasiliense, 1957.

LOBATO, Monteiro. **A onda verde**. São Paulo: Globo, 2008.

LOBATO, Monteiro. **Ideias de Jeca Tatu**. São Paulo: Globo, 2008.

LOBATO, Monteiro. **Cidades mortas**. São Paulo: Globo, 2009.

LOBATO, Monteiro. **Urupês**. São Paulo: Globo, 2009.

LUCA, Tania Regina de. **Zé Brasil em perspectiva**: contexto de produção e circulação. In: LAJOLO, M. (Org.). **Monteiro Lobato livro a livro**: obra adulta. São Paulo: Editora da Unesp, 2014. p. 357-380

MARTINS, Milena Ribeiro. **Lobato edita Lobato**: história das edições dos contos lobatianos 2003. 418 f. Tese de doutorado em Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

MENDES, Ângela Maria. **Estereótipos e o discurso pedagógico**. 2016. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=Estere%C3%B3tipos+e+o+discurso+pedag%C3%B3gico&btnG=>>. Acesso em: 05 set. 2016.

NUNES, Cassiano. **Monteiro Lobato**: o editor do Brasil. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

PASSIANI, Enio. **Na trilha do Jeca**: Monteiro Lobato, o público leitor e a formação do campo literário no Brasil. **Interfaces Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, n. 7, p. 154- 270, jan./jul. 2002.

PAZ, Eliane Hatherly. **Juca, Candinho e Zé**: o mesmo Brasil. In: YUNES, E. (Org.). **Monteiro Lobato**: ideias ao infinito. Rio de Janeiro: Editora Reflexão, 2011.p. 18-27.

SILVA, Raquel Afonso da. **Problema vital**: a restauração do Brasil sob a ótica da medicina higienista. In: LAJOLO, M. (Org.). **Monteiro Lobato livro a livro**: obra adulta. São Paulo: Editora da Unesp, 2014. p. 59-76.

SIMÕES FILHO, Mário Luís. Representações do homem do campo em Monteiro Lobato: de Jeca Tatu a Zé Brasil. **Assis: Miscelânea Revista de Pós-Graduação em Letras**, UNESP – Campus de Assis, v. 6, p. 58-74, jul./nov. 2009. Disponível em: <www.assis.unesp.br/miscelanea>. Acesso em: 31 ago. 2016.

SOUZA, José Wellington de. Raça e eugenia na Obra de Monteiro Lobato, 2017, 179 f. Tese de doutorado em Ciências Sociais, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017.

TORRECILLAS, Maria Vera Cardoso. **O estereótipo do caipira brasileiro na literatura, nos quadrinhos e na pintura.**2016. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=O+estere%C3%B3tipo+do+caipira+brasileiro+na+literatura%2C+nos+quadrinhos+e+na+pintura&btnG=>>. Acesso em: 19 set. 2016.

XAVIER, Vanessa Balsanéllo. **Os Brasis de Monteiro Lobato:** de Jeca tatu ao desencantamento. Curitiba: Editora da UFPR, 2010.